



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

RONALDO NEVES FERREIRA

**FOLIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E CIDADANIA NA APA DE CAFURINGA
(DF): PERSPECTIVAS DO TURISMO CULTURAL.**

Brasília
2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1017613.

F383f Ferreira, Ronaldo Neves.
Folia do Divino Espírito Santo e cidadania na APA
de Cafuringa (DF) : perspectivas do turismo cultural
/ Ronaldo Neves Ferreira. -- 2014.
181 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, Programa de Mestrado
Profissional em Turismo, 2014.
Orientação: Everaldo Batista da Costa ; coorientação: Eloisa
Pereira Barroso.
Inclui bibliografia.

1. Turismo cultural. 2. Patrimônio cultural - Estudo
e ensino. 3. Cidadania. 4. Festas religiosas. I. Costa,
Everaldo Batista da. II. Barroso, Eloisa Pereira. III.
Título.

CDU 338.482.2:39



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

RONALDO NEVES FERREIRA

**FOLIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E CIDADANIA NA APA DE CAFURINGA
(DF): PERSPECTIVAS DO TURISMO CULTURAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissionalizante em Turismo do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Co-orientadora: Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso

Brasília
2014

RONALDO NEVES FERREIRA

FOLIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E CIDADANIA NA APA DE CAFURINGA
(DF): PERSPECTIVAS DO TURISMO CULTURAL.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissionalizante em Turismo,
do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – Orientador
Departamento de Geografia – UnB

Prof.^a Dr.^a Eloísa Pereira Barroso - Co-orientadora
Departamento de História – UnB

Prof.^a Dr.^a Marutschka Martini Moech – Membro Interno
Centro de Excelência em Turismo – UnB

Prof. Dr. Fernando Luiz A. Sobrinho – Membro externo
Departamento de Geografia - UnB

Aprovado em: _____.

Local de defesa: Módulo “C” do Centro de Excelência em Turismo, Universidade de
Brasília.

Aos meus saudosos pais, Reinério e Dalva, que sempre contribuíram com referências e valores na minha formação de vida.

À Ana Regina, a querida Rê, companheira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A decisão de fazer um curso de mestrado, sendo ele acadêmico ou profissionalizante, requer do aluno a consciência de que ele terá pela frente um grande desafio. E encarar esse desafio não é fácil, uma vez que, durante essa trajetória, o curso exige dele, competências e habilidades que serão colocadas à prova a todo o momento, seja na participação das aulas, seja na execução das atividades pedagógicas e, sobretudo, na sua postura em lançar um novo olhar no mundo da ciência.

No período inicial, existe o momento de empolgação. Com o passar o tempo, surge o sentimento de ansiedade, de insegurança, de autoquestionamento. No entanto, não podemos deixar de perder o entusiasmo e *la ternura, jamás!* Temos também momentos de solidão, isso nós temos! Mas, na realidade, todo esse caminhar é compartilhado com inúmeras pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos com esse projeto pessoal e profissional.

Nesse momento de gratidão, gostaria inicialmente de agradecer de forma especial ao Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, por ter aceitado a incumbência de me orientar e, ainda, pela sua competência e atenção, sobretudo pela paciência dispensada a esse neoprendiz de pesquisador. Participar das aulas expositivas, dos debates e das reflexões, realizar seminários, leituras prévias dos textos e elaborar um artigo científico contribuíram de forma significativa. Da mesma forma, a leitura sobre a consagração das cidades em decorrência da patrimonialização global possibilitou, a mim, uma nova compreensão desses espaços. Gostaria de lembrar também a oportunidade concedida a mim de realizar a pesquisa de campo em Alto Paraíso e especialmente em São Jorge. Muito grato pelo apoio nessa jornada!

Gostaria de agradecer também à Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso, pela sua atenção e disponibilidade em aceitar, também, a missão da co-orientação. Em especial, agradeço suas valiosas correções e incentivos, durante o pouco tempo que lhe coube. Suas sugestões e orientações, sobretudo com relação ao conceito do patrimônio, me fizeram ter outra percepção do papel do patrimônio cultural. Posso afirmar que estar sob a orientação desses dois professores foi uma oportunidade

significativa, e certamente gostaria de contar com essa convivência, *a posteriori*, em outros momentos, dando continuidade a essa caminhada.

Gostaria de agradecer também à Profa. Dra. Marutschka Martini Moech, pela sua dedicação, carinho e disponibilidade em participar da banca. Em suas aulas, tive a possibilidade de lançar outro olhar sobre o turismo, na medida em que tive a oportunidade de refletir sobre as diversas abordagens e conceitos relacionados a esse tema, os quais contribuíram para a compreensão crítica dessas concepções e de suas respectivas implicações. Muito grato pelos empréstimos de livros!

Um agradecimento ao Prof. Dr. Fernando Luiz A. Sobrinho, pela sua disponibilidade, atenção e por aceitar participar da banca, bem como por eu ter tido a oportunidade de compartilhar da sua competência por conta de suas pertinentes apreciações e ensinamentos referentes à região Centro-Oeste, o que ficou evidente durante a nossa participação em uma pesquisa de campo em Alto Paraíso e especialmente em São Jorge.

Quero agradecer ao Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos, que sinalizou os caminhos e as devidas ferramentas de que o pesquisador deve lançar mão no exercício da investigação e da prática científica, aspecto fundamental para a nossa formação. Aproveitando a oportunidade, agradeço ao mencionado professor, que, na condição de Diretor do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, nos proporcionou um clima e um ambiente criativo e amigável, o que contribuiu, por certo, para a nossa efetiva e afetiva convivência.

Agradeço à Profa. Dra. Karina e Silva Dias, que me possibilitou compreender o mundo das diversidades culturais locais no cenário da globalização, apreendendo conceitos importantes que me fizeram fazer outra leitura dos contextos culturais. Ao mesmo tempo, agradeço-lhe enquanto Coordenadora do Mestrado Profissionalizante em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília. O curso tem sido conduzido de forma competente e comprometida.

Agradeço à Profa. Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, pela possibilidade de refletir sobre os conceitos referentes à sustentabilidade e sua relação com o turismo no mundo contemporâneo. Essa reflexão é de fundamental importância no sentido de pautar as discussões referentes às diversas questões no mundo atual.

Um agradecimento à Profa. Dra. Maria Elenita M. Nascimento, pela sua atenção, pelo carinho e pela contribuição significativa de suas aulas, com

orientações técnicas quanto à elaboração de textos e ensinamentos referentes à importância da apresentação desses textos científicos em eventos acadêmicos – procedimento imprescindível para o processo de formação de um aprendiz de pesquisador.

Quero fazer um agradecimento muito especial, a todos os professores do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, os quais me proporcionaram conhecimento e informação de qualidade, abrindo, assim, outras possibilidades de compreensão da realidade, o que muito contribuiu para o meu processo de formação profissional. Reconheço a grande jornada de trabalho realizada por esses professores, ora ministrando aulas, escrevendo artigos e orientando alunos, ora na gestão de cursos ou de projetos. Trata-se realmente de uma grande jornada, que as vezes não é reconhecida pelo Estado brasileiro. Para vocês, os meus eternos e fraternos agradecimentos!

Poder ter acesso a livros e outras publicações, abrindo outras possibilidades de compreensão da realidade, são fundamentais para um estudante, sobretudo na condição de pós-graduando. Nesse sentido, gostaria de agradecer aos bibliotecários Denise Bacellar Nunes e Marcelo Barbosa Miranda, do Núcleo de Documentação e Informação em Turismo (NDIT), responsáveis pela Biblioteca do Centro de Excelência em Turismo/UnB, pela atenção, apoio e pelo pronto atendimento sempre com atenção e cordialidade. Agradeço aos Professores de Inglês Marcelo Viglioni Braga e a César Costa de Araújo, que disponibilizaram o seu tempo para contribuir, com este trabalho, ao dar suporte na escrita do *abstract*.

Ter tempo para se dedicar ao curso de mestrado é, para nós estudantes, fundamental! Nesse sentido, gostaria de manifestar a minha gratidão ao Prof. Luiz Otávio da Justa Neves, diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/DF, e à Profa. Tânia Maria Ferraz Paiva, gerente do Departamento de Educação Profissional, por compreender a importância da realização do mencionado curso para a minha vida pessoal e profissional. Sou eternamente grato!

Atuo profissionalmente no Senac, particularmente na Unidade de Inclusão e Cidadania, e, nesse sentido, gostaria de agradecer também ao nosso colega Elias Viana de Barros, chefe da mencionada unidade, bem como aos nossos colegas que compõem a nossa querida equipe, pela compreensão e pelo apoio. É muito bom contar e compartilhar os nossos sonhos com pessoas amigas!

Gostaria de agradecer também, à Profa. e Msc. Kátia Christina S. de Moraes Corrêa, pela sua atenção e pelo empréstimo de interessantes livros que abordam a questão da educação nos dias atuais. Ter acesso as esses ensinamentos e, enfrentar o desafio da educação, é uma tarefa que exige comprometimento.

Agradeço ao Prof. Dr. Nelson Francisco Inocêncio da Silva, do Departamento de Artes da Universidade de Brasília, que me presenteou com um exemplar de um livro, do autor Nestor Garcia Canclini, em um momento no qual eu não o encontrava nas livrarias locais, fato que contribuiu imensamente para o acesso aos ensinamentos do mestre, no que diz respeito à cultura e à sua inserção no mundo globalizante. Fica aqui uma sugestão aos editores: publiquem mais Canclini! Nós, estudantes e professores, agradecemos!

Agradeço ao Prof. Robson Eleutério, pela sua grande contribuição como historiador da região do Cerrado.

Quero também manifestar os meus agradecimentos aos colegas de curso, tanto do ano de 2012 como de 2013, pelo carinho, convivência e pela possibilidade de compartilhar os nossos receios e inseguranças, sobretudo em momentos de fraqueza. Nesse sentido, gostaria de agradecer especialmente, à colega Tatiana Terra, pelas suas palavras de estímulo, mostrando que é necessário iniciar e, sobretudo, finalizar a nossa caminhada, como bem disse os poetas Almir Sater e Renato Teixeira, na sua poesia musicada, *Tocando em frente!*

Um agradecimento especial à Jacinta Luiza dos Santos Diz Y Alvarez, à Juliana Maria Coutinho Vieira e ao Clerismar Aparecido Longo, pela competência, pelo pronto atendimento, suporte e por me ajudar a compreender os meandros da nossa língua portuguesa no que se refere às correções ortográficas e à formatação.

Um agradecimento ao Paulo Cesar, artista do mosaico, pela sua atenção e disponibilidade em nos acompanhar, em um fim de semana, na primeira incursão pela APA de Cafuringa, mostrando os caminhos e buscando contatos.

Um agradecimento ao Professor e artista plástico, José Ivacy, conhecedor das histórias da região, o qual, nos encontros informais e gastronômicos em sua residência-atelier, me possibilitou perceber melhor o potencial cultural dessa região.

Um agradecimento duplo para Erasmo dos Anjos Silva, presidente da Associação de Moradores da Rua do Mato, que, juntamente com sua esposa, Natália Fernandes dos Anjos, nos receberam com muito carinho em sua residência para uma conversa informal no momento em que eu iniciava a pesquisa de campo.

Agradeço pela confiança por conta do empréstimo de um exemplar raro do livro *APA de Cafuringa, a última reserva do DF*, publicado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, livro que teve grande valia como referência para a nossa pesquisa.

Um agradecimento especial para Delson da Costa Matos, profissional do audiovisual, cuidador da memória cultural da região e companheiro de andanças pelo Córrego do Ouro e por outras comunidades rurais. Seu apoio e disponibilidade de tempo foram fundamentais para as realizações dos contatos e entrevistas que tanto contribuíram para a execução deste projeto.

Quero agradecer também à Nelita de Souza Matos, gerente de cultura da Administração Regional da Fercal, pelo seu apoio e suporte. Torço para que ela consiga concretizar o projeto de criação da Escola da Catira na comunidade do Córrego do Ouro.

Agradeço a Vanderlúcio Lemos Alarcão, presidente do grupo Cavaleiros do Divino, pelo apoio e pelos contatos realizados durante a pesquisa. Quero manifestar também os meus agradecimentos ao Sr. Valdemar do Ribeirão, que, na condição de ex-presidente do Grupo Cavaleiros do Divino, nos proporcionou momentos de conversas que contribuíram para compreender melhor a realidade da Folia do Divino.

Agradeço a Edson das Dores Moraes de Freitas, conhecido como “Dison”, que, na condição de presidente da Associação Cultural Catira da Batalha, me forneceu informações interessantes sobre a Dança da Catira. Ao mesmo tempo, agradeço também a Osmar Junior, agente de saúde da Secretaria de Saúde do GDF, o qual contribuiu com informações referentes à realidade de saúde dos moradores da comunidade.

Agradeço também à Hilda Francisca Pedrina, presidente da Associação do Produtor Rural do Córrego do Ouro, pela sua atenção e disponibilidade (era sempre receptiva em nos receber em sua residência com o tradicional cafezinho).

Agradeço ao Sr. Almerindo e à sua família, pela hospitalidade e acolhimento na sua residência, bem como pelas informações prestadas durante a nossa pesquisa.

Um agradecimento à Profa. Sílvia Melo de Mouro, diretora da Escola Classe do Córrego do Ouro, pela sua atenção e informações fornecidas para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço à Maria Auxiliadora da Silva Benevides, a nossa querida Dora, que, sempre com sua palavra amiga, nos estimulou nessa jornada de formação pessoal e profissional.

Obrigado às minhas irmãs, Louise Neves Ferreira e Ione Neves Ferreira, que cuidaram da nossa saudosa mãe, enquanto eu, morador de Brasília desde 1996 – quando troquei Salvador pela Capital da República – vim em busca de novos desafios. Sei que não foram momentos fáceis, mas elas cumpriram a missão com atenção e muito carinho. Meus eternos agradecimentos!

Quero agradecer a todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram no processo de produção desta dissertação.

Um GRANDE abraço fraternal a todos!

RESUMO

A presente dissertação se propõe a realizar uma reflexão a partir do referencial teórico baseado nas categorias do turismo cultural, da educação patrimonial e da cidadania cultural, tendo como eixo uma análise do papel da Educação Patrimonial como instrumento de atuação, tanto no ambiente escolar quanto no espaço comunitário, visando à possibilidade de construção da cidadania e do turismo cultural. Tem-se como foco desta pesquisa, a festividade conhecida como Folia do Divino Espírito Santo, em especial aquela que ocorre na comunidade rural do Córrego do Ouro, localizada na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa – referência para essa manifestação religiosa. Considerando o recorte desta pesquisa, pretende-se, em um primeiro momento, enfatizar a relação entre religiosidade e festividades religiosas. Para tanto, serão abordados a religiosidade e o simbólico, seguidos da história da religiosidade, da religiosidade na dimensão do ideológico e do simbólico, da relação entre religiosidade e identidade cultural e, por fim, sua relação com a territorialidade. Portanto, serão abordadas as festividades religiosas enquanto expressão popular e a religiosidade como espaço de mobilização. Assim, a Educação Patrimonial no processo de construção da cidadania e do turismo cultural se constitui como foco deste trabalho.

Palavras-chave: turismo cultural; APA de Cafuringa; Folia do Divino Espírito Santo; educação patrimonial; cidadania cultural.

ABSTRACT

This thesis aims to perform a reflection taking as a starting point the theoretical framework based on the categories of cultural tourism, heritage education and cultural citizenship, focusing the analysis on the role of heritage education as an intervention tool both in a school environment and throughout the Community, seeking the possibility of construction of citizenship and cultural tourism. The research focus on the festivity known as “Folia do Divino Espírito Santo” (Festival of the Divine Holy Spirit), with special attention on the one that takes place in the rural community of “Córrego do Ouro” (Gold Creek), located in the Environmentally Protected Area of Cafuringa, reference to this religious tradition. Considering the focus of this research, we intend, at first, to emphasize the relationship between religiosity and religious festivities. In order to do that, it will be addressed religiosity, beliefs and faith, followed by the history of religiosity, of religiosity in an ideological and symbolic dimension, of the relationship between religiosity and cultural identity, and eventually, its relationship with territoriality. Finally it will address religious festivities as forms of popular expression and religiosity as a space of social mobilization. Then, Heritage Education in the construction process of citizenship and cultural tourism will be the focus of this piece of work.

Keywords: cultural tourism; Environmentally Protected Area of Cafuringa; Festival of the Divine Holy Spirit; heritage education; cultural citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pintura rupestre localizada na Toca da Subida da Serrinha I (Caçada da Onça), Serra da Capivara.	34
Figura 2 – Folia do Divino Espírito Santo. Setembro 2013.....	41
Figura 3 – Folia do Divino Espírito Santo. Setembro 2013.....	49
Figura 4 – Peregrinação dos muçulmanos à Meca, realizando a visita em torno da Caaba, local sagrado do islamismo.	51
Figura 5 – Baianas se preparam para lavar as escadarias da igreja.....	53
Figura 6 – Altar do Divino Espírito Santo. Sítio Três Corações. Setembro de 2013.	55
Figura 7 – Folia do Divino Espírito Santo. Momento do jantar. Sítio Três Corações. Setembro de 2013.....	56
Figura 8 – Distrito Federal – Áreas de Proteção Ambiental.....	107
Figura 9 - Localização da APA de Cafuringa.....	108
Figura 10 – Missão Cruls	111
Figura 11 - Localização das Regiões Administrativas.	112
Figura 12 – Localização da APA de Cafuringa, Parque Nacional de Brasília e demais áreas.	113
Figura 13 - Praça principal da Comunidade da Rua do Mato.....	116
Figura 14 - Foto Ronaldo Neves Ferreira.	116
Figura 15 – Residência da Sra. Onofra Gomes de Sousa. Comunidade da Boa Vista.	120
Figura 16 - Vista parcial da Comunidade da Boa Vista.	121
Figura 17 - Escola Classe Rural Boa Vista.....	122
Figura 18 – Centro Comunitário da Boa Vista.	122
Figura 19 - Rua principal do Córrego do Ouro.....	124
Figura 20 - Escola Classe do Córrego do Ouro.....	125
Figura 21 – Posto de Saúde do Córrego do Ouro.	125
Figura 22 - Poço Artesiano do Córrego do Ouro	126
Figura 23 - Centro Comunitário do Córrego do Ouro	127
Figura 24 - Ponto de Encontro Comunitário (PEC) no Córrego do Ouro.....	128
Figura 25 – Igreja do Divino Espírito Santo, na cidade de Alenquer. Portugal.....	129

Figura 26 - Momento em que os foliões estão se preparando para o jantar durante o pouso da Folia o Divino Espírito Santo no Sítio Três Corações. Setembro de 2013.	133
Figura 27 - Momento em que as Cozinheiras estão servindo o jantar para os foliões e cata-pouso, durante o pouso da Folia do Divino Espírito Santo no Sítio Três Corações. Setembro de 2013.	133
Figura 28 - Sr. Almerindo Felipe dos Santos em sua residência. Córrego do Ouro. Maio de 2014	135
Figura 29 - Chegada da Folia O Divino Espírito Santo para um pouso na Fazenda Recanto do Cajueiro. Setembro de 2013.....	137
Figura 30 - Chegada da Folia O Divino Espírito Santo para um pouso na Fazenda Recanto do Cajueiro. Setembro de 2013.....	138
Figura 31 - Chegada da Folia O Divino Espírito Santo para um pouso na Fazenda Recanto do Cajueiro. Chegada ao Cruzeiro. Setembro de 2013.	138
Figura 32 – Altar do Divino - Pouso no Sítio Três Corações da Sra. Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.	140
Figura 33 - Estrutura da Cozinha no Pouso no Sítio Três Corações da Sra. Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.	141
Figura 34 - Cozinheiras e a estrutura da cozinha durante pouso no Sítio Três Corações, da Sra. Mari do Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.....	142
Figura 35 - Momento do Jantar no Pouso no Sítio Três Corações da Sra Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.	143
Figura 36 - Celebração do ‘Bendito da mesa’ no Pouso no Sítio Três Corações da Sra Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.	143
Figura 37 - Pouso no Sítio Três Corações. A direita, Sr. Ovídio, no centro, Elvécio Pereira Cardoso, o Guia da Folia do Divino Espírito Santo e na esquerda, filho do Sr. Ovídio. Comunidade do Ribeirão – setembro de 2013.	145
Figura 38 - Reunião realizada na Fazenda Batalha, com o Sr. Edson das Dores e Alexandre Yañez, Administrador da Fercal e Sra. Nelita Matos, Gerente de	

Cultura, com o objetivo de discutir a criação da Escola de Catira dentre outros assuntos da pauta cultural para a comunidade. Realizada no dia 03.04.2014.

..... 164

Figura 39 - Grupo de Catira da Batalha, Sr. Edson das Dores 'Dison', Alexandre Yañez, Administrador da Fercal e a Sra. Nelita Matos, Gerente de Cultura..... 165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Faixa etária	147
Quadro 2 – Escolaridade	148
Quadro 3 – Naturalidade	149
Quadro 4 – Nível de participação	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CEB – Companhia Energética de Brasília

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNART – Cadastro Nacional de Negociantes de Antiguidades e Obras de Arte

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LP – *Long Play*

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

PDOT/DF – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal

SNPC – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZDA – Zona de Desenvolvimento Agrícola

ZDAG II – Zona de Desenvolvimento Agropecuário II

ZPPN – Zona de Proteção do Patrimônio Natural

ZPVS – Zona de Preservação da Vida Silvestre

ZUE – Zona de Uso Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
A RELIGIOSIDADE E AS FESTIVIDADES RELIGIOSAS	31
1. A religiosidade e o simbólico	31
1.1. Os primórdios tempos da religiosidade.....	32
1.1.1. A religiosidade na dimensão do ideológico e do simbólico	35
1.1.2. A religiosidade e a identidade cultural	41
1.1.3. A religiosidade e a territorialidade	44
1.2. A Folia do Divino enquanto expressão da cultura popular.....	49
1.2.1. As festividades religiosas enquanto espaço de mobilização.....	51
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONSTRUCTO DA CIDADANIA E DO TURISMO CULTURAL.....	57
2. Os primórdios da Educação Patrimonial.....	57
2.1. A Educação Patrimonial no Brasil.....	64
2.2. A Educação Patrimonial: instrumentos de cidadania.....	71
2.3. O turismo cultural.....	96
2.4. A cidadania no constructo do turismo cultural.....	100
O CÓRREGO DO OURO E A FOLIA DO DIVINO.....	104
3. Características gerais da região e da comunidade do Córrego do Ouro.....	104
3.1. O histórico da Folia do Divino Espírito Santo.....	131
3.1.1. A Folia do Divino no Córrego do Ouro.....	134
3.1.1.1. O início com a Alvorada.....	134
3.1.1.2. Chegada em frente da casa: Benção do Cruzeiro.....	137
3.1.1.3. Entrada na residência.....	139
3.1.1.4. Louvação.....	140
3.1.1.5. Cantoria ou peditório.....	141
3.1.1.6. Matinas e agradecimentos.....	145
3.1.1.7. Despedidas e novo agradecimento.....	145
3.1.1.8. A entrega da Folia e a Desalvorada.....	147

3.1.2. A relação dos moradores do Córrego do Ouro com a Folia do Divino.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
GLOSSÁRIO.....	176
ANEXOS.....	180

INTRODUÇÃO

Definir um tema para dissertação é um processo desafiador e estimulante, na medida em que o pesquisador se vê diante de inúmeras situações de provocações teóricas e práticas. Na realidade, essa experiência significa também um processo de descobertas, de acertos e de erros. Contudo, em que pesem as nossas inseguranças, é esse estado que norteia o espírito da ciência e da pesquisa científica.

Após um período de amadurecimento, elegei como objeto para dissertação a *Folia do Divino Espírito Santo e cidadania na APA de Cafuringa (DF): perspectivas do turismo cultural* é buscar analisar a mencionada manifestação religiosa/cultural à luz da perspectiva da cidadania e do turismo cultural. A presente dissertação visa contribuir para uma reflexão, no sentido de verificar a Folia do Divino Espírito Santo, enquanto espaço de possibilidades de exercício, pelos moradores da comunidade do Córrego do Ouro, de cidadania cultural. Ao mesmo tempo, este trabalho permitiu averiguar as possibilidades de esse patrimônio cultural ser uma opção dentro do fenômeno do turismo cultural.

Diante dessas duas perspectivas, discutir cidadania, sobretudo a cultural, é um aspecto muito caro para o indivíduo, sobretudo para aquele que mora em áreas periféricas. Mas, pensando por outro lado, trazer a abordagem do turismo cultural para essa localidade é poder agregar e vislumbrar possibilidades de desenvolvimento para as pessoas do lugar. E, quando me refiro a essa expressão – desenvolvimento –, quero, na realidade, situar que compreendo o termo como possibilidade de uma vida digna, tanto no âmbito individual, quanto coletivo, como por exemplo, o acesso e com qualidade, à infraestrutura, ao saneamento básico, à comunicação, à saúde, à educação e aos demais serviços de utilidade pública.

Sob essa perspectiva, entende-se que a Folia do Divino Espírito Santo, enquanto manifestação religiosa e cultural existente nessa comunidade, tem uma importância e um significado simbólico que aglutina e mobiliza seus moradores, além de ser um tema que vem se mostrando como fonte de inspiração para vários artistas nas suas mais diversas linguagens estéticas.

Para efeito de introdução dessa dissertação, buscou-se, no cancionário da música popular brasileira, uma poesia singela, mas rica de significados e símbolos. A letra, intitulada *Bandeira do Divino*, composta pelo cantor e compositor carioca Ivan Lins e Vitor Martins, gravado no LP intitulado "Nos dias de hoje" (EMI-Odeon), lançado em 1978, traz uma mensagem bastante pertinente à natureza e ao objetivo desta pesquisa.

Situando historicamente, essa composição foi escrita em um momento de obscurantismo político iniciado com o golpe de Estado em 1964, no Brasil. Vale destacar que esse episódio foi conduzido pelos militares e setores conservadores da sociedade brasileira e vigorou por vinte e um anos, até 1985. No entanto, em meados da década de 80, esse projeto político começou a apresentar sinais de falência, quando segmentos sociais começaram a desencadear um processo de articulação, mobilização e organização dos diversos setores da sociedade brasileira, no sentido de se contrapor, em âmbito nacional, ao regime vigente. Esse processo culminou com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, o que resultou, em seguida, na promulgação da Constituição de 1988, fato que contribuiu de forma determinante para o período a seguir, denominado de redemocratização.

Apesar desse período obscuro, produziram-se, no campo musical, lindas pérolas que procuraram iluminar os corações e mentes dos brasileiros, a exemplo da composição, a seguir:

Bandeira do Divino

Os devotos do Divino
vão abrir sua morada
Pra bandeira do menino
ser bem-vinda,
ser louvada, ai, ai

Deus nos salve esse devoto
pela esmola em vosso nome
Dando água a quem tem sede,
dando pão a quem tem fome, ai, ai

A bandeira acredita
que a semente seja tanta
Que essa mesa seja farta,
que essa casa seja santa, ai, ai

Que o perdão seja sagrado,
que a fé seja infinita
Que o homem seja livre,
que a justiça sobreviva, ai, ai

Assim como os três reis magos
que seguiram a estrela guia
A bandeira segue em frente
atrás de melhores dias

No estandarte vai escrito
que ele voltará de novo
Que o rei será bendito
ele nascerá do povo.

(Letra e Música de Ivan Lins e Vitor Martins)

A letra dessa música deve ser lida e compreendida dentro do contexto político e histórico mencionado, e, na medida em que realizamos essa leitura atenta, percebemos que a composição fala de liberdade, de justiça, da fome e de uma governança, que emergirá do povo, fazendo referência às eleições diretas, até então proibidas no país. Temas e lutas muito caros e que foram empreendidas, naquela época, pela sociedade brasileira que lutava em prol do retorno da democracia.

Muitas e diversas outras músicas foram produzidas nesse período que, de forma subjacente, criticavam o regime vigente. Contudo, a *Bandeira do Divino* é uma obra que chamou a atenção, tanto pelo seu conteúdo e teor de protesto subliminar, como pelo seu formato, pois o autor buscou formatar, essa

composição, baseando-se num cântico tradicional, utilizado nas festividades da Folia do Divino Espírito Santo.

Apesar de essa letra ter sido escrita nesse período obscuro da vida política brasileira, ela continua bastante atual, uma vez que estamos em um processo de construção e aprimoramento da democracia o que por sua vez, contribuirá para uma vida digna do cidadão brasileiro.

Portanto, a partir dessa inspiração musical, buscamos a realização desta dissertação, cujo objetivo é realizar uma reflexão sobre a relação dos moradores em comunidades rurais, localizadas na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, particularmente a comunidade do Córrego do Ouro, com a Folia do Divino Espírito Santo, sob a ótica da cidadania e do turismo cultural.

Sendo assim, do ponto de vista legal, uma Área de Proteção Ambiental (APA) caracteriza-se por ser, em geral, extensa, por possuir um determinado grau de ocupação humana, e por ser dotada de atributos naturais, estéticos e culturais, segundo Rocktaeschel (2006, p.55).

Essa área, por sua vez, se apresenta especialmente importante para a qualidade de vida e para o bem-estar das populações humanas, na medida em que busca proteger a diversidade biológica, como também disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais conforme previsto no Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, que regulamentou a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. O decreto dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, além de dar outras providências.

Desenvolver uma pesquisa de dissertação numa área singular, como é a de proteção ambiental, e que faz parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação¹ é uma tarefa bastante desafiadora, sobretudo, por conta das suas características e por guardar diversas peculiaridades que devem ser consideradas para efeito de uma pesquisa científica. Daí reside a necessidade de que essas áreas sejam regulamentadas por uma legislação diferenciada. Além

¹ A Lei nº 9.985, de 5 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000a).

disso, a pesquisa, na área em questão, requer procedimento metodológico que respeitem a sua configuração peculiar. Dessa maneira a metodologia aqui escolhida foi um estudo etnográfico, a qual, segundo Angrosino (2009, p.16), significa a descrição de um povo. Para o autor, o objeto da etnografia é lidar com gente, com pessoas e, nesse sentido, valoriza a participação qualitativa dos seres humanos. Por outro lado, é uma metodologia que não contempla a participação simples e quantitativa do indivíduo. Em suma, essa metodologia preza pela qualidade da informação e da participação, e não pelo aspecto quantitativo. É uma metodologia que se apresenta de maneira pertinente ao nosso objeto de pesquisa, haja vista ela se propor a estudar pessoas em grupos organizados em comunidades e/ou sociedades, que tenham uma relação consistente. O referido autor considera que o modo de vida peculiar que existe na comunidade, por conseguinte, deve ser compreendido e caracterizado como uma forma de expressão cultural, o que implica estudar e analisar os comportamentos, os costumes e as crenças que foram, ao longo do tempo, aprendidas, absorvidas, compartilhadas e incorporadas e que ao mesmo tempo, contribuíram para a construção do universo cultural do grupo ou comunidade.

Para justificar a utilização do método etnográfico em nossa dissertação, consideramos uma série de aspectos apresentados por Angrosino (2009, p.31). Inicialmente, o autor afirma que a etnografia é baseada na pesquisa de campo, uma vez que ela é conduzida no local onde as pessoas, objeto da pesquisa, vivem e não em laboratórios, espaço onde o pesquisador possui todos os mecanismos de controle do processo de pesquisa, como acompanhamento e controle de comportamentos. Nesse sentido, salientamos que a nossa pesquisa foi realizada em decorrência de andanças pelas comunidades rurais da APA de Cafuringa, particularmente, na fazenda Batalha e na comunidade do Córrego do Ouro.

O questionário foi elaborado com o intento de traduzir o objetivo geral e os objetivos específicos. As respostas obtidas foram analisadas no sentido de esclarecer e de possibilitar uma percepção mais acurada da realidade da festa e do povo local.

O referido instrumento de coleta de informações foi elaborado com doze questões: uma fechada e as demais, abertas. A questão fechada refere-se à

condição do indivíduo na manifestação (se era na condição de folião ou de cata-pouso). As questões abertas evidenciaram respostas interessantes, ricas e reveladoras para a nossa pesquisa.

Vale salientar que os questionários foram aplicados por amostragem no Córrego do Ouro, comunidade rural composta por 58 famílias que representam 390 habitantes, segundo dados do Quadro Demonstrativo Populacional do GDF. Dessa forma, foram aplicados questionários para 34 moradores, o que representa 9% da população local. A aplicação, dessa ferramenta de pesquisa, ocorreu nos momentos de deslocamento para a referida comunidade, especialmente por conta da realização do Encontro da Viola Caipira, ocorrido no centro comunitário local.

Uma característica interessante é considerar o caráter multifatorial, ou seja, o fato de poder conduzir a pesquisa utilizando não só as técnicas de coleta de dados de natureza qualitativa, mas também quantitativa. Sendo assim, lançamos mão de entrevistas, conversas informais, observações, além de coleta de dados, a exemplo dos dados populacionais.

Poder interagir com as pessoas a serem pesquisadas durante um longo prazo de tempo é uma característica marcante nesse método, uma vez que o período de interação do pesquisador com o seu objeto de estudo é uma relação a ser privilegiada. Segundo o autor, esse tempo pode ser estimado em algumas semanas, um ano ou mais. Salientamos que a nossa pesquisa começou no início de 2013 e perdurou até a presente data, o que significa dizer que tivemos mais de um ano de interação.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, poder discutir com as pessoas – ou seja, com os informantes – as conclusões e interpretações obtidas ao longo do processo de pesquisa foi poder estabelecer um caráter dialógico na metodologia da pesquisa. Nesse sentido, acreditamos poder agregar em termos de qualidade não só a informação, mas também a interpretação e a construção do trabalho de pesquisa.

Outro aspecto a ser observado referente a essa metodologia, diz respeito aos momentos compartilhados com os moradores da localidade – objeto de estudo desta pesquisa. Nesse sentido, observamos que a convivência e a interação com a comunidade do Córrego do Ouro foram

importantes nesse processo de pesquisa realizada através de visitas, nas quais foram compartilhadas conosco a cultura local.

O caráter holístico se faz presente na medida em que possibilita revelar um retrato mais completo do grupo ou da comunidade a ser pesquisada. Esse aspecto contribui para que o pesquisador busque compreender e obter, ao final da pesquisa, um quadro mais completo, em seus mais diversos aspectos, do objeto pesquisado.

Outros aspectos a serem considerados dizem respeito à escolha desse objeto de pesquisa, o que se deve, por sua vez, pelo fato de existir necessidade de propostas de turismo cultural para comunidades rurais, localizadas numa área de proteção ambiental. Esse tipo de localidade, as APAs, além de possuir um potencial natural, como rios, cachoeiras, fauna e flora, possui também uma riqueza cultural, de natureza religiosa, como a Folia do Divino, Festa de Reis, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Dança da Catira, artesanato, entre outras formas de expressão cultural.

Com relação à técnica de pesquisa etnográfica, salientamos que Angrosino (2009, p. 53) chama atenção para uma característica dessa metodologia referente à inserção do observador participante, o que deve ser entendido não como uma técnica, mas, sim, como uma postura do pesquisador para facilitar a coleta de dados e informações.

Vale salientar que a observação, segundo o mencionado autor, consiste no ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas, no cenário de campo, através dos cinco sentidos do pesquisador. Assim, diante dessa consideração, destacamos que foi fundamental, no estudo em tela, atentar para tais percepções, no processo da pesquisa, o que nos possibilitou uma visão atenta da comunidade em questão.

Desta maneira, a etnografia nos permitiu um trabalho de pesquisa, no âmbito do turismo cultural, em que procuramos contemplar conceitos caros como a educação patrimonial e a cidadania cultural, com o intuito de contribuir para a reflexão dentro desse segmento, bem como para a efetivação de um compromisso profissional, por acreditar em projetos de caráter interdisciplinar, participativo e que sinalize para outras possibilidades de construção de uma vida digna, em comunidades rurais carentes, a exemplo do Córrego do Ouro.

Esses aspectos nortearam o nosso trabalho de pesquisa, o que resultou, por essas características metodológicas, em uma dissertação que buscou inicialmente perceber, conhecer e compreender os moradores da comunidade rural do Córrego do Ouro e o potencial da sua fé, da sua devoção, não só como uma forte expressão de religiosidade, mas como uma forma de exercício de cidadania cultural. cremos que essa prática de sentir-se cidadão inserido na sua manifestação religiosa e cultural, contribuirá para uma reflexão na possibilidade de uma inserção desse espaço comunitário num projeto de turismo cultural.

Por outro lado, algumas questões se colocam como inspiração para este trabalho, como: a) qual a dimensão de representatividade e de significado que a Folia do Divino assume para a mencionada comunidade? b) existe uma percepção de exercício de cidadania cultural por parte do morador da referida comunidade com relação à Folia do Divino Espírito Santo? c) os moradores do Córrego do Ouro identificam na Folia do Divino Espírito Santo possibilidade de desenvolvimento local, através do turismo, sobretudo pela via cultural? As respostas a essas indagações contribuirão, por certo, para os esclarecimentos e informações que deverão pavimentar os caminhos propostos pelos objetivos iniciais desta dissertação.

Diante dessas questões e considerações, temos os seguintes objetivos específicos: a) buscar o relacionamento da religiosidade com as festividades religiosas, enquanto elemento atrativo para o turismo cultural e b) analisar a Educação Patrimonial como instrumental estratégico para a articulação entre patrimônio imaterial e o turismo cultural.

Inicialmente abordaremos, no capítulo 1, a relação da religiosidade com as festividades religiosas, desdobrando esse conteúdo em aspectos que julgamos serem importantes, quais sejam: a) os primórdios tempos da religiosidade, quando buscaremos, na pré-história, a realidade do indivíduo que vivia nesse período e em que contexto surgiram as primeiras manifestações de religiosidade; b) a religiosidade como dimensão do ideológico e simbólico, ou seja, de que forma funcionou a ação da religiosidade enquanto aparelho ideológico de estado nos tempos históricos e de que maneira essa religiosidade age no sentido do simbólico, no seio da sociedade; c) a relação entre religiosidade e identidade cultural, momento no qual se buscará o papel

da identidade cultural, que permeia também a religiosidade e; d) a ação que religiosidade imprime no espaço territorial, criando uma configuração bastante peculiar. No segundo momento, deste capítulo, abordaremos a Folia do Divino Espírito Santo enquanto expressão da cultura popular. Nessa abordagem, o foco será o quanto essa manifestação é representação de expressão popular na comunidade do Córrego do Ouro. Conseqüentemente, será enfatizada a Folia do Divino como fator mobilizador e aglutinador dessa comunidade.

Com relação ao capítulo 2, o foco da abordagem será o papel da Educação Patrimonial no processo de construção da cidadania e do turismo cultural. Vale destacar que o conceito de cidadania contempla vários aspectos. No entanto, no âmbito dessa dissertação, será privilegiado a questão da cidadania cultural. Esse capítulo está sistematizado da seguinte forma: primeiro, foi dado ênfase aos primórdios tempos da Educação Patrimonial. Para se referir a esse segmento de educação, é fundamental que se enfatize, inicialmente, o processo das primeiras medidas direcionadas à preservação do bem patrimonial, as quais surgiram no processo da Revolução Francesa e chegaram ao Brasil nos primeiros anos do século XX. Destacar o papel da educação profissional, sob a perspectiva da cidadania, será um momento significativo nesta dissertação, uma vez que esse segmento de educação é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento de ações e, conseqüentemente, de tomada de consciência do indivíduo no que tange à relação entre o cidadão e o bem patrimonial, seja ele material ou imaterial. Em seguida, será feita uma reflexão sobre o turismo cultural, uma vez que, acreditamos que, para que haja uma existência bem sucedida, de uma prática de turismo cultural, é fundamental que ocorra um processo educacional efetivo, sobretudo no que se refere à ação da Educação Patrimonial. E, para finalizar esse capítulo, os aspectos, anteriormente abordados, serão complementados pela reflexão sobre o papel da cidadania na construção do turismo cultural, processo de primordial importância nesta pesquisa, na medida em que essas duas categorias se constroem mutuamente e se complementam.

No capítulo 3, abordaremos a comunidade do Córrego do Ouro e a relação com a festividade Folia do Divino Espírito Santo. Nesse momento, trataremos inicialmente as características gerais da região – especialmente por se tratar de uma área de proteção ambiental – bem como, as características da

comunidade do Córrego do Ouro, com a sua infraestrutura de bens e serviços. Em seguida, resgatar as origens da Folia do Divino Espírito Santo nos pareceu fundamental, uma vez que foi mais uma contribuição da nossa herança portuguesa, que se consolidou no Brasil, como manifestação religiosa e cultural. Posteriormente, serão observados os rituais que compõem a Folia do Divino e a relação dos moradores da comunidade com essa manifestação. As evidências observadas e coletadas serão relacionadas com as nossas reflexões teóricas.

Para finalizar esta pesquisa, apresentamos as nossas considerações finais, em que colocamos as nossas conclusões e reflexões, no sentido de contribuir para o debate referente à Folia do Divino Espírito Santo, enquanto bem patrimonial vinculado às comunidades rurais situadas na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, especialmente a do Córrego do Ouro.

A RELIGIOSIDADE E AS FESTIVIDADES RELIGIOSAS

1. A religiosidade e o simbólico

Compreender a religiosidade enquanto dimensão simbólica, questão que está intimamente relacionadas com a existência humana, é de fundamental importância, uma vez que ela se apresenta desde os mais remotos tempos históricos. Para realizarmos essa abordagem, é necessário recorrer aos nossos antepassados. Outro aspecto relevante é identificar, ainda que de forma rudimentar, a forma de representação simbólica dessa religiosidade.

Ainda no âmbito do simbólico, outro ponto importante relativo à religiosidade é a sua dimensão ideológica. Para se ter essa percepção, buscamos contribuições em Althusser (1997, p. 68), que concebe esse aspecto como Aparelho Ideológico de Estado, o que significa dizer que a religiosidade é uma das realidades apresentadas ao indivíduo, sob a forma de instituições diferentes e especializadas. Além da religiosidade, outros aparelhos ideológicos de Estado são apresentados, a exemplo do escolar, do familiar, do jurídico, do político, do sindical e da informação. Refletir sobre a religiosidade enquanto espaço institucional, que atua principalmente através da ideologia, é poder perceber a sua atuação, ora atenuada, ora dissipada, ou simbólica (ALTHUSSER, 1997, p.70).

Analisar, de que maneira, a religiosidade, enquanto espaço simbólico, acontece para os moradores da referida comunidade e como ocorre a sua influência sobre o indivíduo, é poder perceber como se estabelece e se manifesta, efetivamente, a inserção da religiosidade na vida cotidiana dos moradores da comunidade do Córrego do Ouro e, como pode ser traduzida, essa relação, enquanto identidade cultural, a qual, por sua vez, constrói visão de mundo e altera atitudes e comportamentos, tanto no plano espiritual, como na dimensão do cotidiano do indivíduo.

Outro aspecto pertinente a ser considerado nesse momento de reflexão, é poder perceber como a dimensão do cultural, enquanto espaço simbólico, acontece para os moradores da referida comunidade, ou seja, como eles

percebem a Folia do Divino Espírito Santo, enquanto expressão não só religiosa, mas também cultural.

Um aspecto importante, e que deve ser considerado e bastante oportuno, é a relação da religiosidade com a territorialidade. Essa relação será enfatizada por conta da ocorrência da Folia do Divino Espírito Santo que acontece ao longo dos anos e vem criando uma configuração de territorialidade religiosa para a comunidade do Córrego do Ouro. Os ritos litúrgicos, conjugando-se com os momentos profanos, vêm agregando, criando e imprimindo uma identidade própria a essa região.

1.1. Os primórdios tempos da religiosidade

Para abordar a religiosidade, enquanto forma de expressão e sua tradução pelo simbólico, é fundamental que façamos uma viagem no tempo e no espaço, estabelecendo um recorte histórico que nos leva aos primórdios tempos da pré-história. Sendo assim, iniciaremos a nossa trajetória a partir do período Paleolítico que significa *paleo* (antigo) e *lítico* (pedra).

Segundo Moraes (1998, p.7), período elucidado contempla desde o surgimento dos primeiros hominídeos até aproximadamente 10 mil anos antes de Cristo. Com relação a esse momento, na vida do homem pré-histórico, uma condição que se apresenta inicialmente é a da habitabilidade, que consiste na busca por locais onde houvesse oferta de alimentos e melhores condições de permanência. E isso ocorre até surgirem novas necessidades de existência, o que contribuiu, de forma determinante, para que esses indivíduos fossem essencialmente caçadores e coletores, mudando, assim, a sua relação com a natureza. Essas atividades, ou seja, a caça e a coleta tornava esse indivíduo um ser nômade, porque os obrigava a se deslocar para vários locais.

Outro fator relevante, sobre o homem pré-histórico, é que ele não tinha nenhum poder sobre a natureza, ou seja, ele não exercia nenhum controle ou interferência sobre o meio natural. Sendo assim, ele era parte integrante desse meio, desenvolvendo um nível de relação que lhe permitisse garantir as condições mínimas de sobrevivência. Nesse contexto, são produzidos, ainda que arcaicos, os primeiros instrumentos. Eles foram confeccionados pelo

homem, a exemplo das lascas de pedras e dos pedaços de madeira pontiagudos. Nesse cenário, também surgem as primeiras estruturas que sinalizam para uma divisão social do trabalho, na qual os homens se ocupavam da caça, enquanto as mulheres se dedicavam ao trabalho cotidiano da coleta de gêneros alimentícios, além de cuidar do bando, segundo Moraes (1998, p.7).

Mais adiante, Moraes (1998, p.7), ao se referir ao período denominado de Paleolítico Médio, salienta que, nesse período, aparece o homem de Neanderthal². Eram tipos de homens que habitavam em cavernas, grutas, lapas e desenvolveram instrumentos mais sofisticados para a época, como o arco, as flechas, os anzóis, as pontas de lança. Além de esses instrumentos rústicos representarem um significativo avanço do ponto de vista tecnológico, houve também o controle do fogo, igualmente importante. Segundo os especialistas, as primeiras manifestações de religiosidade surgiram nesse período, e, assim, a relação do homem pré-histórico com a natureza começa a mudar de forma bastante significativa. Outro aspecto a ser destacado é a utilização de uma linguagem rudimentar, no seio do grupo social.

No que diz respeito às primeiras manifestações de religiosidade, segundo Becket (1997, p.11), as pinturas rupestres³ têm grande significado nas sociedades pré-históricas, na medida em que essas representações desempenhavam uma função mágica e ritualística, fato que se traduz como as primeiras manifestações rústicas de religiosidade, do homem pré-histórico. Nesse sentido, em seu livro, História da Pintura, Becket (1997, p.11) faz as seguintes ponderações:

² O homo neanderthalensis conhecido também como o Homem de Neandertal é uma espécie extinta do gênero Homo, cuja existência está ligada à evolução do homem moderno. Sua existência é comprovada por meio de vários fósseis encontrados no continente europeu e na asiático datando do período Pleistoceno (cerca de 2 milhões e 500 mil a 12 mil anos atrás). O nome dessa espécie é uma referência ao vale de Neander, na Alemanha, local onde um dos primeiros fósseis foi descoberto. As evidências arqueológicas atestam que os primeiros Homens de Neandertal viveram na Europa há cerca de duzentos mil anos (MORAES, 1998).

³ O homem pré-histórico era capaz de se expressar, artisticamente, através dos desenhos que fazia nas paredes de suas cavernas. Suas pinturas mostravam os animais e pessoas do período em que vivia, além de cenas de seu cotidiano (caça, rituais, danças, alimentação etc.). Expressava-se também, através de suas esculturas em madeira, osso e pedra. O estudo, dessa forma de expressão, contribuiu com os conhecimentos que os cientistas têm a respeito do dia a dia dos povos antigos. Para fazerem as pinturas nas paredes das cavernas, os homens da pré-história usavam sangue de animais, saliva, fragmentos de rochas, argila etc (BECKET, 1997).

Os artistas eram também caçadores, e suas vidas dependiam dos bichos cujas imagens pintavam nas cavernas. Será possível que esses artistas-caçadores achassem que descrevendo acuradamente a pujança e a velocidade dos animais, adquiririam poder mágico? Com ele, poderiam ser capazes de controlar-lhes o espírito e subtrair-lhes a força antes da caçada. Muitas das pinturas mostram os animais feridos ou flechados e em alguns casos há até indícios de ataques físicos contra a imagem pintada (BECKET 1997, p.11).

Em decorrência desse contexto, várias teses foram desenvolvidas, para explicar a origem desses desenhos realizados pelo homem pré-histórico. No entanto, Santos (1997, p.11) traz uma contribuição bastante plausível para esse entendimento:

Atualmente, a explicação mais aceita é que essa arte era realizada por caçadores, e que fazia parte de um processo de magia por meio do qual procurava-se interferir na captura de animais. Ou seja, o pintor-caçador do Paleolítico supunha ter poder sobre o animal desde que possuísse a sua imagem. Acreditava que poderia matar o animal verdadeiro desde que o representasse ferido mortalmente num desenho (SANTOS, 1997, p.11).

De acordo com esse pensamento, as pinturas rupestres feitas nas cavernas, nas pedras, nas lapas e lapinhas, logicamente, perpassam pelos primórdios do sentimento de religiosidade, do homem pré-histórico.



Figura 1 – Pintura rupestre localizada na Toca da Subida da Serrinha I (Caçada da Onça), Serra da Capivara.

Fonte: Fundação do Homem Americano – São Raimundo Nonato/Piauí.

Esse sentimento, portanto, faz com que o homem pré-histórico estabeleça uma relação com o mundo sobrenatural, que decorre pela crença, fé, pelo desconhecido e, pelo poder mágico. Esses aspectos fazem parte da essência e da natureza do ser humano, uma vez que são aspectos relacionados com o mundo sobrenatural. Essa relação com a crença de um poder que ele acreditava possuir, contribuiu para o surgimento das primeiras manifestações de religiosidade nos períodos remotos da pré-história.

1.1.1. A religiosidade na dimensão do ideológico e do simbólico

Ao realizarmos um recorte no tempo e no espaço, perceberemos que, ao longo da história das sociedades, a religiosidade teve um papel fundamental na formação das estruturas sociais, sobretudo no que se refere ao plano ideológico e simbólico. Para o desenvolvimento dessa discussão, buscamos contribuições em Althusser (1985, p. 70). O autor apresenta a existência do plano ideológico em diversas formas, o qual é denominado Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Os chamados AIE funcionam, essencialmente, baseados no aspecto ideológico, o que por sua vez, contribui no sentido de configurar uma sociedade na qual ocorre a unificação ou homogeneização da sua diversidade, contribuindo, ao mesmo tempo, para a manutenção de uma sociedade marcada, essencialmente, pelas suas contradições e conflitos. Essa característica nos permite concluir que a ideologia age no sentido de criar uma grande nuvem que condensa e paira sobre o mundo das diversidades existentes, em uma sociedade estruturada por classes, onde os interesses, conseqüentemente, são diferentes. Esse arcabouço ideológico visa também atenuar as tensões com relação aos conflitos e contradições emergentes dessa sociedade, estabelecida em classes sociais diferenciadas e com interesses diversos.

Outra observação oportuna para compreender o papel da ideologia em uma comunidade configurada num espaço rural, onde identificamos um forte sentimento de religiosidade, vem de Chauí (2006, p.7). A autora concebe a ideologia como “um ideário histórico, social e político que oculta à realidade, e

esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e dominação política”.

Diante dessa concepção, salientamos que o forte sentimento de religiosidade, que age na dimensão do ideológico e do simbólico, contribui para que o morador das diversas comunidades rurais não perceba as contradições e desafios existentes, de forma concreta. Essa realidade se apresenta de forma precarizada, onde é marcante a inexistência, por exemplo, de uma infraestrutura de saneamento básico, de transporte e de comunicação, o que torna evidente que, do ponto de vista ideológico, a comunidade local se apresenta frágil, e essa condição contribui para o comprometimento da mobilização e articulação do ponto de vista político, na perspectiva da reivindicação por melhorias de infraestrutura para a comunidade local.

A intenção de trazer a religiosidade, sob a ótica de uma concepção ideológica e simbólica, é poder perceber essa dimensão enquanto corpo de ideias que norteiam a vida dos moradores da referida comunidade. Sendo assim, salientamos que o âmbito ideológico se faz presente em todos os momentos da vida do indivíduo – seja nas suas atitudes, seja na sua visão de mundo – de tal forma que, tal âmbito, torna-se indissociável da sua experiência de vida, mantendo-se na vida, nos corações e nas mentes dos indivíduos. Nessa perspectiva, visamos perceber o cotidiano dos habitantes da comunidade do Córrego do Ouro sob a ótica da ideologia e como esse aspecto influencia no dia a dia desses moradores.

Para o desenvolvimento e compreensão desse aspecto, trouxemos uma contribuição de Harnecker (1983, p.101), que compreende que a dimensão ideológica é traduzida não só no campo das ideias, mas também no campo das representações sociais, as quais, por sua vez, são expressadas pelos comportamentos sociais, pelos costumes e atitudes. Assim busca-se, a partir dessa premissa, compreender as posturas, atitudes e visão de mundo do homem rural participante de uma manifestação religiosa significativa, como é a Folia do Divino Espírito Santo.

Com relação ainda ao plano das ideias, achamos pertinente as referidas contribuições de Harnecker (1983, p.102), quando ela se refere e chama a atenção para o poder de transformação provocado pela ação ideológica na consciência, nas atitudes e nos comportamentos, no sentido de condicionar a

existência do indivíduo e atender aos interesses da classe dominante, ou não. Contudo, a ação ideológica, portanto, assume um papel estratégico na sociedade, na medida em que contribui para assegurar a coesão dos indivíduos inseridos numa estrutura de sociedade que, no momento, se apresenta de forma estratificada.

Além do papel ideológico, identificamos que essa postura de resignação, de aceitação é considerada como atitudes que perpassam a compreensão da situação de exploração a que os indivíduos estão submetidos – uma realidade social em que a religiosidade tem uma ação influente sobre eles. Essa reflexão, segundo Harnecker (1983, p.102) contribui para compreender o papel da religiosidade, e da religião, enquanto instrumento ideológico no campo simbólico e também enquanto representação social no formato de festividade e de celebração religiosa, a exemplo do nosso objeto de pesquisa.

Essa reflexão, sobre a religiosidade e as representações sociais, nos remete no tempo e no espaço, salvaguardando as devidas configurações históricas. Refiro-me, aqui, à mentalidade reinante no continente europeu na Idade Média, aproximadamente entre os séculos V e XV, quando ocorreu o predomínio da Igreja Católica. Essa situação contribuiu para que houvesse no inconsciente coletivo dos habitantes da Europa Católica e das colônias latino-americanas uma mentalidade de que todas as mazelas que ocorriam, eram explicadas pela ótica da religião e da religiosidade.

Contudo, mesmo em pleno século XXI, ainda existe uma compreensão muito forte nesse aspecto, por conta da presença marcante da Igreja que está inserida no seio da sociedade e, sobretudo, na consciência dos homens e, mais ainda, na consciência do homem rural. Nesse sentido, é, particularmente, importante entender a ação da Igreja Católica em relação ao indivíduo e à sociedade, de modo geral, enquanto instituição na sua forma concreta, como expressão formal e institucional da religiosidade.

Com relação ao papel da Igreja na sociedade, Bourdieu (2005, p.70) contribui com uma reflexão muito apropriada e pertinente, quando pondera sobre o poder político e o poder religioso. Essa relação acontece no momento em que a Igreja, enquanto instituição de expressão e representação simbólica, se insere na sociedade, na perspectiva da legitimação, da reprodução e da

perpetuação do poder político, o que fica evidente quando o mencionado autor afirma que:

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para manutenção da ordem simbólica: (I) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a 'naturalização', capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica dos símbolos religiosos como vistas a reforçar sua eficácia; (II) ao lançar mão da autoridade propriamente religiosa de que dispõe a fim de combater, no terreno propriamente simbólico, as tentativas proféticas ou heréticas de subversão da ordem simbólica (BOURDIEU, 2005, p. 70).

Segundo Harnecker (1983, p.102), o papel da instituição religiosa enquanto corpo ideológico estruturado e institucionalizado, que atua no plano simbólico nas sociedades, vem no sentido de reforçar o papel imprescindível da existência dessa dimensão ideológica, o que, por sua vez, torna-se uma realidade objetiva, na medida em que ela vai se manifestando e se materializando, efetivamente, através de ideias, comportamentos, atitudes, visão de mundo, reafirmando-se como um aspecto importante para a existência e sobrevivência da própria sociedade.

Para corroborar com essa lógica e contribuir para essa reflexão, Althusser (1985, p.67) distingue o Aparelho Ideológico de Estado de caráter repressivo, como o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais dos que apresentam um caráter eminentemente ideológico, como as igrejas, partidos, sindicatos, escolas, família e organizações culturais privadas. Mais adiante, Althusser (1985, p.70-71), corroborando com Harnecker quando este chama a atenção com relação ao plano ideológico e sua ação sobre as comunidades.

Nesse sentido, vale ressaltar o papel do plano ideológico em que se insere a Folia do Divino Espírito Santo, uma vez que é necessário compreender a referida manifestação e a sua inserção nessa dimensão simbólica para que

possamos compreender e situar melhor esse patrimônio cultural no contexto de um espaço rural.

Ao se referir ao papel da religião nas sociedades, sobretudo, com relação ao indivíduo, a autora observa que, do ponto de vista da ideologia, a religião traz o sentido do sofrimento e da morte, entre outros aspectos e atitudes pertinentes à existência humana. Complementando esse raciocínio, a religião busca, também, criar representações e significados, o que permite ao indivíduo suportar melhor as suas condições de existência e de agruras, traduzidas no sentimento de resignação, de aceitação, de conformismo. Sentimentos, segundo a autora, em sintonia com as relações de exploração dentro do sistema capitalista. Apesar de essa afirmação ser plausível, ela sinaliza para outras questões que não se referem ao nosso objeto de pesquisa.

Contudo, retomando a referência do papel da religião nas diversas sociedades, existe uma concordância com o pensamento de Bourdieu (2005, p. 46), uma vez que ele identifica na sua obra, *O Poder Simbólico*, o mesmo caráter de persuasão e de manipulação exercido, institucionalmente pela religião, enquanto corpo ideológico e que efetivamente assume um papel de representação simbólica de maneira efetiva e afetiva perante os integrantes de uma sociedade. No entanto, em que pese essa conclusão bourdieusiana, identificamos em nossa dissertação que a Folia do Divino Espírito Santo ocorre na comunidade em decorrência de mecanismo interno no âmbito da autorreferência.

É nesse plano que buscaremos identificar a Folia do Divino Espírito Santo, no contexto ideológico da religião e como essa festividade se manifesta de forma determinante na formação e na organização de representações no âmbito das estruturas e nas diversas dimensões dos moradores.

Diante do contexto ora apresentado, é fundamental compreender a religiosidade enquanto forma de expressão simbólica, sobretudo para entender como ela se insere na dinâmica de vida da comunidade do Córrego do Ouro e como essas relações se manifestam de forma efetiva e afetiva na vida cotidiana desses moradores, inseridos numa localidade que possui características marcantes de carência de infraestrutura e de saneamento básico. Seguindo essa lógica, buscamos uma contribuição de Bourdieu (2007, p.10). O autor faz considerações sobre as produções simbólicas como

instrumentos de dominação, tese compartilhada com o parágrafo anterior quando nos referimos às “funções políticas” dos sistemas simbólicos, as quais demonstram e evidenciam o papel preponderante que o simbólico exerce como forma de dominação ideológica e, conseqüentemente, política no seio da sociedade. Diante dessa premissa, mais adiante, o autor, afirma:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem a interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-o das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2007, p.10).

Nessa perspectiva, importa perceber, do ponto de vista ideológico, a religiosidade, que advém de uma igreja institucionalmente estruturada – no caso em questão, a Folia do Divino Espírito Santo, uma manifestação originária da Igreja Católica Apostólica e Romana, compõe esse mundo institucionalmente simbólico. Entretanto, lançar um olhar crítico sobre essa manifestação, à luz das considerações de Bourdieu (2007, p.10), possibilitará compreender o quanto significa e representa a Folia do Divino Espírito Santo, enquanto manifestação religiosa e cultural no âmbito da comunidade do Córrego do Ouro.



Figura 2 – Folia do Divino Espírito Santo. Setembro 2013
Foto: Delson Costa Marques.

Essa compreensão, sob a ótica do mundo simbólico, contribuirá de forma bastante significativa para entender as atitudes, os comportamentos e traduzir a visão de mundo dos moradores da comunidade do Córrego do Ouro com relação à citada manifestação. Nessa perspectiva, as considerações de Bourdieu (2007, p.7), são pertinentes, na medida em que abordam o simbólico como representação concreta de significados, não só estritamente no campo da simbologia, mas também com relação ao exercício desse simbólico como instrumento invisível de poder, o que fica evidente quando o autor trata das diversas dimensões de poder na sua obra.

1.1.2. A religiosidade e a identidade cultural

Percebe-se que o sentimento de religiosidade acompanha o ser humano desde primeiros tempos da sua existência sobre a superfície da Terra, tanto exercendo e modificando a sua visão de mundo como estabelecendo sua relação com o seu meio, e, ainda, determinando a sua inserção no mundo e nas suas mais diversas dimensões, dentre as quais, a social, política e econômica e, sobretudo, construindo a sua identidade cultural.

A partir dessas considerações, buscamos algumas reflexões em Bourdieu (2005, p.46), quanto ao papel da religião e o sentido desta, com relação ao efeito de consagração nos indivíduos. Ao se referir a essa ação sobre o indivíduo, vale dizer que este compreende ser um processo que ocorre de forma direta sobre a formação, posturas e identidade, tanto no âmbito da religiosidade como da cultura dos indivíduos. Sendo assim, a religiosidade provoca mudanças de visão de mundo, contribui para a alteração de atitudes e comportamentos, tanto no plano da espiritualidade quanto na dimensão da vida cotidiana. Essa religiosidade, reinante e determinante, vai construindo e contribuindo na formação do indivíduo e na configuração de um contexto social. Essa reflexão bourdieusiana torna-se evidente quando lançamos um olhar acadêmico e percebemos a paisagem cultural que se evidencia no Córrego do Ouro.

Retomando ainda Bourdieu (2005, p.46), há um aspecto que achamos pertinente à natureza da nossa pesquisa: a 'manipulação simbólica das aspirações'. Esse termo significa dizer que a religiosidade provoca determinados ajustes e limitações sobre o indivíduo no que se referem aos seus desejos, sonhos e reais projetos de vida. Observação que nos permite inferir que a religiosidade se manifesta através dos seus dogmas e princípios. Um exemplo é a Igreja Católica, que promete o reino dos céus, mas, ao mesmo tempo, procura regular e nortear a vida do indivíduo e devoto. Contudo, essa reflexão bourdieusiana nos permite lançar outro olhar, uma vez que a Folia do Divino Espírito Santo se insere num contexto do catolicismo cristão, ainda que considerado conservador e tradicionalista e seguidores dos dogmas e princípios da Santa Madre Igreja Católica. Contudo, vale observar a existência de outra linha do catolicismo, representada pela ala progressista da Igreja Católica, que, por sua vez, inspira-se na Teologia da Libertação. Essa ala da Igreja Católica se apresenta de forma comprometida com os setores populares da sociedade, o que fica evidenciado quando esse segmento do catolicismo realizou uma revisão dos códigos, discursos e posturas que foram produzidas secularmente até então pela igreja tradicional e se contrapôs a essa prática e visão conservadora. Nesse sentido, buscamos a seguinte observação em Machado (1990, p.59): em seu artigo intitulado Catolicismo e Conquista da Cidadania, o autor chama a atenção para a igreja tradicional em contraposição

a um processo de transformação vivido internamente pela Igreja Católica, que se apresenta com uma prática mais avançada, traduzida pela *ação pastoral católica*, ação expressa através de uma visão progressista e que contribuiu evidentemente para uma reflexão, ação e resgate do conceito de cidadania, tanto no interior dessa instituição como no seio da sociedade.

O que se observa, trazendo ainda Bourdieu (2005, p.46), para essa discussão, é a relação entre a religiosidade e o ser humano, na medida em que o indivíduo busca, na prática da religião, respostas no plano espiritual para as suas questões transcendentais, até mesmo questões referentes ao seu cotidiano diário. No entanto, o que se percebe é que a religiosidade age de modo geral no sentido de moldar e criar representações nas estruturas sociais e econômicas que envolvem esse indivíduo, formando comportamentos e atitudes, sobretudo através da configuração de um mundo próprio e do espaço que o cerca, o que contribui de forma determinante para a construção da sua identidade.

Em que pese a Folia do Divino Espírito Santo ser uma manifestação inserida no contexto urbano ainda no período do Brasil Colônia, e somente posteriormente transplantada para o ambiente rural, sua configuração é composta por elementos e por valores referentes ao campo, onde prevalecem relações sociais baseadas na solidariedade, nos valores simples da vida rural. Ao mesmo tempo evidenciam-se contradições desse espaço, seja inserindo valores e referências estranhas, como a estética do cowboy americano ao invés do visual do homem brasileiro da zona rural. Essa observação perpassa pela questão da identidade, e, com relação a esse aspecto, buscamos em Hall (2006, p.67) a seguinte contribuição: “na história moderna, as culturas nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepôr a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural”.

No bojo dessas reflexões, Almeida (2012, p.161) traz uma contribuição também bastante pertinente, quando afirma que a relação, de reconhecimento da identidade cultural e de pertencimento, existente no seio dos grupos sociais, se materializa nesse processo, por consequência de posturas que buscam a manutenção e a perpetuação do patrimônio cultural, possibilitando, assim, a garantia da sua própria identidade. Seguindo essa lógica, vale ressaltar que o reconhecimento e a apropriação pela comunidade do seu patrimônio cultural

são condições *sine qua non* para que esta se apodere com relação ao seu patrimônio.

Seguindo essa lógica e abordando uma perspectiva da contemporaneidade, Almeida (2012, p.161) ressalta que, nesse período histórico, marcado pela globalização, identifica-se, por outro lado, a existência de uma tendência, no mundo atual, sobretudo no que se refere ao segmento de viagens: a existência de um público que busca por algo autêntico, ou seja, pelas manifestações marcadas pela originalidade, pelas coisas referentes às raízes culturais, pela busca da ancestralidade, o que leva aos desejos de reencontros desse homem contemporâneo com essa peculiaridade cultural, retomando a questão da diversidade e da identidade cultural.

1.1.3. A religiosidade e a territorialidade

Tratando ainda do simbólico, vale destacar o quanto esse aspecto, por meio da religiosidade, influencia no espaço territorial. Essa percepção é bastante oportuna, uma vez que devemos considerar que a Folia do Divino Espírito Santo é uma tradição que vem construindo uma territorialidade religiosa na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa. Trata-se de uma territorialidade baseada nos ritos litúrgicos, que por sua vez, se conjuga com os momentos profanos, contribuindo, assim, para a impressão de uma identidade peculiar a essa região.

Vale lembrar que Almeida (2012, p.157) observa que essas festas de folias eram, na realidade, momentos para reatar acordos e para encontros familiares, mas, na atualidade, elas assumem também o significado de espaço de lazer e de entretenimento, servindo, conseqüentemente, como atrativo para o turismo. A partir dessas considerações, observa-se que as festas vão adquirindo não só um sentido simbólico, mas ao mesmo tempo, a construção de um código sociocultural da comunidade, o qual imprime uma dinâmica própria entre os habitantes e as pessoas visitantes. Como consequência, os espaços em que essas celebrações acontecem, por sua vez, vão se reelaborando, produzindo e configurando um espaço geográfico ímpar.

A partir dessa compreensão, busca-se, na Geografia Cultural, os princípios que justificam esses processos de construção de espaços culturais. Nessa perspectiva, em consonância com esse conceito, Almeida (2011) considera que, apesar de sua condição de bem cultural, a autenticidade deve ser também considerada um elemento de referência para a comunidade. A conjunção desses elementos contribui para que a localidade se torne um espaço valorizado e atraente para o turismo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Almeida (2011) chama, ainda, a atenção para a ação das manifestações culturais, sobretudo das religiosas, sobre os espaços, o que contribuiu também para o surgimento de uma dinâmica própria que passa a despertar sentimentos no âmbito das emoções, da memória, do aspecto intercultural e do sentimento de solidariedade, no seio da comunidade. Esses aspectos abordados no âmbito do simbólico vão imprimir a essa manifestação e a esse espaço a condição de serem considerados atrativos para o turismo.

E, seguindo essa lógica, Paes (2006, p.162) contribui observando que o patrimônio cultural – quer seja ele natural, material ou imaterial – adquire uma representação significativa, o que vem compor, por conseguinte, uma identidade própria da localidade. Essa abordagem nos permite observar que, independentemente da disposição do espaço, a ação do bem patrimonial, sobre esse espaço, imprime, conseqüentemente, uma configuração que contribui de forma determinante para o surgimento de uma identidade local, assim como para a formação do indivíduo, no que se refere à construção de sua cidadania.

Vale destacar o papel das igrejas, sobretudo a ação relevante que a Igreja Católica Apostólica e Romana teve no processo de formação histórica, especialmente no Brasil, resultou, posteriormente, não só na formação do maior país católico do mundo, mas também, na configuração de diversas paisagens culturais por conta, sobretudo, do catolicismo popular.

Vale lembrar que, a Igreja Católica vem exercendo um poder político muito acentuado desde período colonial, passando pela monarquia. No entanto, com a proclamação da República, houve a separação dessas duas instituições, haja vista o estado brasileiro ter se tornado laico. Apesar da separação, a Igreja Católica se manteve com o seu poder simbólico e

ideológico através de uma rede capilar de igrejas, paróquias e outras organizações. Esse poder político se mantém, sobretudo, através da realização das manifestações, festividades e celebrações.

Para ilustrar esses momentos, buscamos uma contribuição de Abreu (1999, p, 295), que ressalta, em seu significativo trabalho, a Folia do Divino Espírito Santo enquanto manifestação popular no século XIX no Rio de Janeiro. A referida autora chama a atenção para a Folia do Divino que era realizada primordialmente no Campo de Santana e que, por conta disso, houve, ao longo dos anos, uma configuração de territorialidade, na medida em que esse espaço tornou-se uma referência para essa festividade, como observa a autora:

A Irmandade sabia que a realização de sua festa no campo era fundamentais e os seus insistentes pedidos de licença comprovam isso, pois afirmam ser mais cômodo para o público que em “grande número comparece às festividades quando são feitas no campo de Santana”. Em uma solicitação de fevereiro de 1873, feita com uma antecedência incomum, a irmandade parecia compreender as transformações que operavam, pois apelou para argumentos que nitidamente opunham às raízes do progresso e civilização, uma determinada identidade, construída e legitimada na longa história daquela prática católica (ABREU, 1999, p. 295-296).

Nessa perspectiva, lembramos que Rosendahl (2005, p.1) chama a atenção para o tema da religiosidade, especialmente, no que diz respeito ao espaço territorial e ao seu papel com relação aos estudos desenvolvidos no âmbito da Geografia Cultural, haja vista que a religião vem agregando, de forma determinante, no processo de configuração espacial e, assim, imprimindo e criando um cenário bastante peculiar nos diversos espaços, tanto na área urbana, quanto na zona rural. Esse processo vem contribuindo de maneira bastante especial na formação da territorialidade brasileira. Essa territorialidade, a que a autora se refere, ocorre em decorrência de práticas religiosas – seja através de realizações de celebrações diversas, ou através de construções de templos e outros símbolos religiosos – as quais vão sendo desenvolvidas e incorporadas de forma afetiva e efetiva pela população das localidades.

Com relação a essa reflexão, tomamos emprestado de Rosendahl (2005, p.3) a expressão “territorialidade religiosa” que, segundo a autora, traduz o seguinte sentido:

Significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupo no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço (ROSENDAHL, 2005, p.3).

Relacionando esse conceito com a Folia do Divino Espírito Santo, que ocorre em diversas comunidades rurais localizadas na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, especialmente no Córrego do Ouro, objeto de nossa pesquisa, vale dizer que a ocorrência da referida manifestação, ao longo dos anos, vem criando uma configuração de territorialidade religiosa a essa região, onde os rituais do sagrado da mencionada folia – seja no momento em que ocorre o sorteio do Folião ou Festeiro, sejam nos preparativos para a festa, com a arrecadação dos gêneros alimentícios, ou no ‘giro das fazendas’, nos pousos, na chegada, na partida, nas obrigações litúrgicas, nas cantorias de promessa ou de devoção, assim como nos momentos do profano, como na dança da Catira, na moda viola, nos ‘cantos de diversão’ ou no oferecimento do tradicional cafezinho como forma de demonstração do bem receber e da hospitalidade – vão agregando e criando uma identidade própria de territorialidade no âmbito da religiosidade e da cultura à referida área.

Ratificando esse pensamento, ainda Rosendahl (2007, p.195) afirma que:

A religião só se mantém se sua territorialidade for preservada e, neste sentido, pode-se acrescentar que é pela existência de uma religião que se cria um território e é pelo território que se fortalecem as experiências religiosas coletivas e individuais (ROSENDAHL 2007, p. 195).

Diante dessa ponderação, percebe-se a importância da prática da religiosidade – que se realiza sob diversas formas, através de festividades, manifestações, procissões, peregrinações, romaria – com relação à criação e manutenção dessa territorialidade. Vale salientar que, em decorrência dessas experiências, bem como da sua frequência, é que esses espaços territoriais vão se construindo e se consolidando.

Contribuindo para essa reflexão, Almeida (2012, p.162) evidencia a ocorrência das manifestações culturais e como elas imprimem uma dinâmica no ambiente, seja ele urbano ou rural, criando assim, uma configuração territorial:

A festa testemunha crenças coletivas, das representações do sagrado próprios de uma comunidade ou da maioria de seus membros. A festa possui, de fato, a capacidade de produzir símbolos territoriais nos quais o uso social se prolonga além de seu acontecimento (ALMEIDA, 2012, p.162).

Essa reflexão de Almeida torna-se pertinente uma vez que é identificada uma forte religiosidade nessas comunidades rurais, na medida em que se percebe a existência de festas de cunho católico, como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, no dia oito de dezembro, na comunidade da Rua do Mato, quando se realizam novenas, procissão, doação de artigos, alimentos e víveres que são sorteados no jogo de bingo, para arrecadação de recursos financeiros a fim de custear a próxima festa. Outro exemplo é a realização da Festa de Reis, que acontece no mês de janeiro. Para que tal festividade ocorra, é necessária uma articulação no sentido de apelar para a boa vontade dos moradores locais, para que a comunidade possa efetivamente realizar a mencionada festa.

Nesse sentido, observamos outro exemplo da efetiva expressão simbólica no espaço territorial. Na localidade de Boa Vista, de onde saiu a Folia do Divino, em setembro de 2013, existe um cruzeiro de madeira, que está estrategicamente implantado em frente à residência de Dona Onofra, onde ocorreu o ritual da Alvorada dessa folia no citado ano.



Figura 3 – Folia do Divino Espírito Santo. Setembro 2013
Foto: Delson Costa Marques.

1.2. A Folia do Divino enquanto expressão da cultura popular

Pensar sobre as festividades religiosas, especialmente a Folia do Divino Espírito Santo, enquanto forma de expressão popular é poder situar na dimensão simbólica o papel dessa manifestação e de que maneira ela se insere como expressão simbólica religiosa e cultural na dinâmica de vida da comunidade do Córrego do Ouro, espaço de representação dos moradores dessa comunidade.

Para iniciar essa reflexão, é fundamental, tecer uma consideração em torno da compreensão do conceito de cultura. Sendo assim, buscamos uma contribuição de Santos (2006, p.44), que afirma que a cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social e que, por sua vez, se apresenta como:

[...] uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é “algo natural”, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. E uma realidade e uma

concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade (SANTOS, 2006, p. 45).

Essa abordagem traz um conceito de cultura como forma de expressão de uma personalidade de um povo, no sentido de buscar uma visão baseada no idealismo. Canclini (1983, p.42) sinaliza e traz uma abordagem muito mais avançada de cultura, quando assevera que

[...] a cultura popular é um conjunto e tradições ou de essências; preservadas de modo etéreo: se toda produção cultural surge, como vimos, a partir das condições materiais de vida e nelas está arraigada, torna-se ainda mais fácil comprovarmos esta afirmação nas classes populares, onde as canções, as crenças e as festas estão ligadas de modo mais estreito e cotidiano ao trabalho material ao qual se entregam quase todo o tempo (CANCLINI, 1983, p.42).

Essa abordagem contempla aspectos relevantes, ao afirmar que o fazer cultural está intimamente ligado com as condições efetivas e materiais das comunidades.

Para Canclini (1983, p.42), o conceito se apresenta da seguinte forma:

[...] as culturas populares se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, as condições gerais e específicas do trabalho e da vida (CANCLINI, 1983, p.42).

Essa observação nos faz inferir que o conceito de cultura popular perpassa pela estrutura social, que se apresenta de maneira estratificada, o que vale dizer que ela está diretamente vinculada aos segmentos da base da pirâmide social, ou seja, aos setores explorados da sociedade, o que vale dizer que esses segmentos assumem a condução do processo de construção, afirmação e resistência dessas manifestações.

Nesse sentido, o catolicismo popular no Brasil, desde sua inserção no espaço territorial brasileiro, vem criando e recriando, através das procissões, peregrinações, santuários, festas, celebrações, dentre outras formas, ocupando o seu espaço na dimensão da sua expressividade religiosa e de caráter popular evidente no mundo simbólico.

1.2.1. As festividades religiosas enquanto espaço de mobilização

Em todo o mundo civilizado, tanto no Oriente como o Ocidente, as religiões, através de suas celebrações ou manifestações, provocam a ocorrência de grande número de pessoas para lugares sagrados ou de referência sagrada.

Podemos exemplificar que, no mundo árabe, existe um preceito de que todo muçulmano deve efetuar uma visita à Meca pelo menos uma vez na sua vida. Essa viagem é um dos princípios da religião muçumana, e a decisão de realizá-la é muito pessoal, uma vez que é necessário ter condições para tal empreendimento. A cada ano, milhões de adeptos cumprem esse preceito importante do islamismo, o que significa dizer que cerca de aproximadamente dois milhões de peregrinos viajam à Meca por ano.



Figura 4 – Peregrinação dos muçulmanos à Meca, realizando a visita em torno da Caaba, local sagrado do islamismo.

Fonte: <https://www.buscatematica.net/misticismo/islamismo>

Segundo o historiador Mantran (1977, p.58), foi na cidade de Meca que nasceu o profeta Muhammad em 570 e, como especialista em islamismo, este escreveu uma obra de referência com relação à expansão muçulmana no continente europeu, ocorrida entre o século VII e IX. Entre os vários aspectos que são evidenciados em sua pesquisa minuciosa sobre o islamismo, o referido

autor enfatiza outros aspectos, a exemplo da importância das cidades muçulmanas na história de Maomé, como Yatrib, Medina e, especialmente, Meca, especificamente a Caaba, que atrai milhares de pessoas que professam a fé islâmica. No interior desta, uma construção cúbica de 15,24 metros de altura é cercada por muros de 10,67m e 12,19m de altura, encontra-se a chamada "Pedra Negra", com uma tonalidade escura com cerca de 50 cm de diâmetro. Vale destacar que essa pedra é considerada uma das relíquias mais sagradas do islamismo. Na realidade, essa pedra é provavelmente o resto de um meteorito. Contudo, para os muçulmanos, a Caaba é o centro das peregrinações, e é para onde o devoto muçulmano se volta para as suas preces diárias.

Aqui no Brasil, particularmente na cidade de Salvador/BA, ocorre outra manifestação de cunho religioso que também merece atenção. É a Lavagem da Igreja de N. S. do Bonfim, que acontece na quinta-feira depois da Festa de Reis (dia 6 de janeiro). É uma festividade que se realiza na capital baiana, por conta do sincretismo religioso, quando ocorre a correspondência das divindades do candomblé com os santos da Igreja Católica e mobiliza aproximadamente um milhão de pessoas na procissão, que é realizada saindo da Igreja de N. S. Senhora da Conceição em direção à Igreja do Bonfim, perfazendo um percurso de oito quilômetros.

A procissão é composta por baianas, pessoas adeptas do candomblé, políticos que aproveitam a festividade para terem visibilidade, baianos de modo geral e turistas. Ao chegarem em frente à igreja, é realizada a tradicional lavagem das escadarias. Essa festividade é considerada a segunda maior manifestação popular após o Carnaval.

Para alguns especialistas, a Festa do Bonfim teve origem quando o capitão de mar-e-guerra Teodósio Rodrigues de Faria, no ano de 1740, em viagem de Portugal para a cidade do Salvador, naufragou e, nesse momento, pediu ajuda ao santo. Uma vez salvo desse acidente, o referido oficial resolveu pagar a promessa. Além de encomendar uma imagem tal qual a que existia na igreja de Setúbal, ele mandou erguer uma igreja por conta da graça alcançada, na colina de Mont Serrat.

Mendes (2007, p. 2) afirma que a capela do Senhor do Bonfim foi inaugurada em 1745 e, originalmente, era lavada por escravos, sendo tal ato

não possuía nenhum significado. Aos poucos, o ato da lavagem se popularizou e se transformou numa festa, mobilizando milhares de pessoas. O culto ao Senhor do Bonfim que, segundo os negros, se originou do culto a Oxalá, começa a assumir extraordinária importância em Salvador. Essa era uma cerimônia realizada às escondidas e fora da cidade, devido às perseguições por parte das autoridades. Com o retorno dos Voluntários da Pátria, batalhão formado por pardos e ex-escravos que lutaram pelo Brasil, na Guerra do Paraguai, este ritual teria sido realizado como forma de agradecimento, contribuindo, assim, para uma notoriedade, no espaço urbano, ao culto à Oxalá. Outra explicação é que a tradição da lavagem teria assumido tais características devido à promessa de um soldado que lutou na Guerra do Paraguai. Este tipo de promessa religiosa era comum na cultura luso-brasileira.

Para Verger (1997, p. 261) os católicos tinham o hábito de lavar o chão do templo – que, na realidade, era interpretado como um ato de devoção, mas não era uma cerimônia usual nesse templo. Contudo, no Bonfim, essa cerimônia assumiu outro caráter, pois os descendentes de africanos, estimulados pelo sentimento de devoção, tanto com relação a Jesus Cristo quanto a Oxalá, divindade que, pelo sincretismo religioso, corresponde ao Nosso Senhor do Bonfim, fizeram também a lavagem consagrando, assim, no âmbito do ritual, o sincretismo religioso.



Figura 5 – Baianas se preparam para lavar as escadarias da igreja.
Foto: Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Salvador.

Esses dois exemplos demonstram, de forma efetiva, a dimensão que as peregrinações, procissões, celebrações tiveram como potencial atrativo para o turismo de natureza religioso e cultural, por se tratar de uma manifestação

que tem uma relação com as referências e valores culturais dessas localidades.

O fato é que sempre ocorreram, durante a história da humanidade, deslocamentos de crentes – e aqui se entenda por pessoas que tem uma crença, que creem em alguma coisa, em alguma seita, doutrina ou religião. Portanto, em decorrência do exposto, essas peregrinações aconteceram para as pessoas em função e motivados pela forte religiosidade.

Contribuindo para essa reflexão, Dias & Silveira (2003, p.22) observa que essa atividade da peregrinação ocorre como uma experiência individual ou coletiva. Uma vez sendo uma experiência coletiva, implica nos seguintes aspectos:

Quando realizada em grupo, atende a dois objetivos: os laços comunitários que se criam entre os peregrinos fortalecem o compartilhamento de um senso comum de identidade; e, ao mesmo tempo, responde a uma necessidade de caráter pessoal, satisfeita pela experiência individual vivida (DIAS & SILVEIRA, 2003, p. 22).

Essas considerações são bastante pertinentes, uma vez que, em conversas com os foliões do Divino Espírito Santo, constatamos, entre outros aspectos, a plena satisfação em participar da folia, na medida em que esse momento representava também a oportunidade de se solidarizar com os amigos, companheiros, de fazer novos amigos e também de reencontrar outros que há muito tempo não se encontravam. Momentos como o da cavalgada, do pouso, após as orações, quando começa o momento profano, na dança da Catira, nas rodas de conversas são valorizados e bastante significativos para o folião como momentos de sociabilidade, de troca, de solidariedade, para atualizar as conversas e para consolidação de amizades.



Figura 6 – Altar do Divino Espírito Santo. Sítio Três Corações. Setembro de 2013.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Considerando esses aspectos, percebe-se que a Folia do Divino Espírito Santo enquanto manifestação, apesar de ter um caráter religioso muito forte, é uma festividade que tem o seu momento profano bastante interessante e isso ocorre sob alguns aspectos, já citados no parágrafo anterior. Portanto, entendemos que tanto o momento sagrado como o profano são momentos de comunhão de todos, da fé de uma comunidade, da devoção expressa por todos aqueles envolvidos e também da sociabilidade, do lazer, do relaxamento, do matar a saudades, do dedo de prosa. Tais momentos possibilitam a criação de um espaço afetivo e efetivo de relações, sejam elas sociais, culturais ou essencialmente religiosas. E, com relação a esses aspectos, buscamos em Almeida (2012, p.159) a seguinte contribuição, relacionada à ênfase e identificação da existência de dois momentos de celebração na folia. Inicialmente é identificado o seu caráter de cerimonial e o de diversão. Em que pese o seu caráter de cerimonial, ou seja, o momento da formalidade, da organização, do ritual, de se fazer presente de forma determinante para a concretização da festa, o seu caráter de divertimento se impõe e ultrapassa esse caráter formal. Para ilustrar esse aspecto, segundo a autora "...mesmo que a festa esteja relacionada ao "sagrado", ela se alimenta, sobretudo, do

‘profano’”. Durante as conversas que mantive com foliões em determinados momentos do pouso, percebi um sentimento de devoção muito grande; no entanto, percebi também a alegria, a satisfação, a descontração no momento do profano, do lazer, da descontração. Era como se esses dois ‘momentos’ fizessem parte de uma mesma moeda.



Figura 7 – Folia do Divino Espírito Santo. Momento do jantar. Sítio Três Corações.
Setembro de 2013.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONSTRUCTO DA CIDADANIA E DO TURISMO CULTURAL

1. Os primórdios da Educação Patrimonial

Para abordar a Educação Patrimonial, como ferramenta a serviço da preservação dos bens patrimoniais, é fundamental que se compreenda o processo de incorporação dessa questão, pelo Estado. A partir do momento em que o patrimônio cultural adquiriu perante a sociedade um valor cultural, simbólico ou econômico, houve conseqüentemente uma necessidade por parte dos governos – sejam eles instituídos ou constituídos – de estabelecimento de instrumentos legais, que abrangessem, através de procedimentos de proteção no âmbito da legalidade, o patrimônio cultural.

Ressalta-se que, a iniciativa de tomada de medidas em prol da preservação do patrimônio cultural ocorre tanto num ambiente político de um governo instituído, como ocorreu no processo revolucionário francês – nitidamente na fase do Terror, quando houve um aprofundamento de medidas políticas, como Constituição Civil do Clero, em 1790⁴ – ou num ambiente de governos constituídos e democráticos, a exemplo no governo brasileiro, quando aprova o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que se refere ao “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro”⁵. Essa observação se faz presente, por conta do interesse despertado por esses governos em períodos históricos completamente diferentes, mas que, no entanto, percebiam que, tomando medidas em prol da preservação patrimonial, essas contribuía não só para o atendimento de segmentos da sociedade, mas também serviam para os seus projetos políticos, enquanto Estado.

Em decorrência desses processos de transformações políticas que assolaram o continente europeu e americano, imprimindo os ventos da

⁴ A Constituição Civil do Clero previa o confisco dos bens à Igreja e reduzia o clero a uma espécie de funcionalismo público, submetido ao Estado francês e não à Igreja.

⁵ Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

democracia, do liberalismo e do nacionalismo, as ações da nova estrutura do Estado, que nesse processo estava se formatando, o bem patrimonial assumiu uma dimensão significativa, na medida em que se começou a estabelecer estratégias no âmbito das políticas públicas.

Diante dessa lógica, observa-se que esse processo especificamente, teve início com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, em um período de grandes turbulências políticas, econômicas, sociais e ideológicas pelo qual passava a Europa. Esse processo, trouxe, em seu bojo, significativas transformações, o que permitiu ao novo governo revolucionário francês, a tomada de medidas político-administrativas que possibilitaram uma intervenção do Estado com relação à proteção de seu patrimônio material, sejam elas baseadas por questões políticas, econômicas ou ideológicas.

Sendo assim, fazendo um recorte histórico, o processo revolucionário ocorrido nesse período histórico, no solo francês, foi marcado, como reafirmamos, por grandes transformações. Essas transformações foram movidas por forte conteúdo, sobretudo ideológico. Daí, identifica-se a influência das ideias iluministas, que, naquele momento, exerceram determinante influência nos corações e mentes dos franceses. Essas ideias buscavam apresentar uma nova percepção e interpretação da terrível realidade francesa e, assim, iluminar as alternativas que buscavam pavimentar os novos caminhos para a tão sonhada liberdade social, política e econômica, bem como fazer frente ao Antigo Regime, período associado até então, à Monarquia Absolutista, o que traduzia, por conseguinte, que esse modelo estava identificado com o período político associado à opressão e a extrema exploração do povo francês.

Esse processo, conhecido historicamente como Revolução Francesa, significou, por um lado, um momento de grandes avanços do ponto de vista econômico, político e social. Contudo, por outro, representou desgaste, depredação do bem patrimonial e conseqüentemente a existência de um grande temor pela preservação do patrimônio cultural acumulado até então pela monarquia de caráter absolutista. Essa preocupação era pertinente, uma vez que, diante da luta revolucionária, que naquele momento grassava o território francês, ocorreu uma grande onda de vandalismo material e um clima reinante no país de inquietação frequente no seio da população francesa. Vale

destacar que esse cenário contribuiu para o comprometimento físico do patrimônio cultural francês.

Nesse sentido, observa-se o registro que Choay (2001, p.106-107) faz com relação a esse momento de efervescência de luta revolucionária.

Além disso, o próprio Estado revolucionário havia ordenado, por decreto, ações destrutivas destinadas a subvencionar despesas e equipamentos militares, as quais, em outra escala, inscreviam-se numa tradição ao Antigo Regime. Quantas guerras não obrigaram os reis da França a mandar fundir suas baixelas de ouro e prata e seus artigos de ourivesaria? A Assembleia Legislativa, numa situação de desespero, não apenas decretou a fundição das pratarias e dos relicários, mas também mandou transformar em peças de artilharia as armações de telhado de chumbo ou de bronze de catedrais (Amiens, Beauvais, Chartres, Estraburgo), de basílicas (Saint Denis) e de igrejas (Saint-Gervais, Saint-Sulpice, Saint-Louis-des-Invalides) em Paris (CHOAY, 2001, p. 106-107).

Por conta desse contexto, e no calor do processo revolucionário francês, em que pesem as intenções ideológicas do mencionado movimento, inevitavelmente ocorreram depredações de monumentos de real e suposto significado para a memória do país. No entanto, naquele momento de fervor de lutas, não houve a devida sensibilidade dos revolucionários, o que provocou, por consequência, essa destruição de monumentos, edificações, prédios e outros espaços, sobretudo os que estavam vinculados ao Antigo Regime.

Nesse sentido, vale salientar a necessidade de realizar uma leitura desse processo de destruição de patrimônio público francês, sobretudo, quando se refere aos espaços que simbolicamente estavam associados ao Antigo Regime. Um exemplo clássico desse processo ocorreu com a destruição da Bastilha, edificação essa que, por muitos anos, funcionou como uma instituição prisional. Vale ressaltar, no entanto, que a destruição da mencionada edificação significou, sobretudo naquele momento revolucionário, não só a destruição de uma edificação física que fez parte da memória coletiva do povo francês, e particularmente daqueles que tiveram uma ligação com essa edificação, mas também de uma forte lembrança de um espaço vinculado à estrutura de poder do Antigo Regime. A Bastilha havia sido uma prisão política à época do absolutismo e, por isso, simbolizava uma forma de expressão do autoritarismo do Antigo Regime.

Nesse sentido e diante desse contexto, Choay (2001, p.105) faz uma observação no que tange à forma e à preocupação que os revolucionários franceses tiveram com as medidas adotadas com relação ao patrimônio. Pode-se dizer que, num primeiro momento, houve uma preocupação, inspirada por atitudes caracterizadas pela prevenção, e, num segundo momento, em decorrência das circunstâncias, as atitudes foram inspiradas por conta de um acirramento nos ânimos, interesses e posições políticas dos grupos revolucionários, o que levou à tomada de medidas mais efetivas com relação ao patrimônio.

As medidas imediatas, tomadas desde o começo da Revolução, para a proteção do patrimônio nacionalizado, derivam de uma conservação que chamo de primária ou preventiva. Por oposição, chamo de secundária ou reacional uma conservação cujos procedimentos mais metódicos, mais finos, efetivos e bem argumentados, foram elaborados para enfrentar o vandalismo ideológico que causou estragos a partir de 1792 (CHOAY, 2001, p. 105).

Por conta do clima de efervescência revolucionária, instalado no país gaulês, Choay (2001, p. 105) reafirma a tomada de medidas que, a princípio, poderiam parecer contraditórias, mas que, naquele momento, foram compreensíveis à luz dos acontecimentos e interesses dos grupos políticos que estavam conduzindo o processo revolucionário da época. Diante desse contexto, essas medidas foram determinadas pelo governo revolucionário para que todo espaço simbólico que significasse uma representação da monarquia absolutista fosse destruído, e que toda peça, material ou monumento, fosse também destruído ou convertido em peça de artilharia para as forças revolucionárias.

Nesse cenário revolucionário, o governo decreta, em março de 1791, um documento intitulado *Instruções Complementares*, que institui os critérios que determinam a conservação dos bens condenados, em função do interesse da história, da beleza do trabalho, do valor pedagógico para arte e as técnicas. Esse documento é considerado referência e ponto de partida para uma política em prol da preservação do bem patrimonial francês.

A partir desse momento, outras medidas e decretos foram determinados, no entanto, Choay (2001, p.110-111) faz uma observação que reflete as situações de contradições no seio do clima revolucionário, e, sendo assim,

medidas que revelam esses conflitos foram tomadas, como demonstra na seguinte citação:

A partir daí, o discurso e os decretos visando à proteção tornaram-se instrumentos de uma tática vergonhosa ou perversa: palavreado inútil destinado a mascarar as contradições da ação revolucionária, a dissimular os conflitos ideológicos surgidos no seio das comissões revolucionárias, a edulcorar os excessos iconoclastas e a evitar assumir qualquer responsabilidade quanto aos atos (CHOAY, 2001, p. 110-111).

A França torna-se, portanto, uma referência em termos de políticas em prol da preservação do patrimônio histórico e cultural, e, nessa perspectiva, constata-se que o período compreendido entre 1820 e 1960 é um espaço de tempo em que o bem patrimonial se caracteriza e, ao mesmo tempo, sofre um forte processo de tratamento, que ficou conhecido como consagração e agregou valor a esse bem.

Para entender o mencionado processo da consagração do bem patrimonial, especialmente dos monumentos, é fundamental tomar como referência a Revolução Industrial como cenário onde se desenrola esse processo. Na medida em que a industrialização impõe um divisor de tempos históricos, ou seja, nesse momento em que se instala e se consolida uma mudança drástica no modo de produção, obviamente ocorre uma mudança das atitudes e tratamento do homem com relação ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao bem patrimonial público e também privado.

Essa mudança provocada pelo processo de industrialização e consolidação do capitalismo enquanto sistema significou também uma ruptura no plano ideológico, o que significa dizer que a visão idealizada do homem e a aura do Romantismo, reinante no continente europeu também contribuíram para uma mudança do homem europeu com relação à sua atitude diante da preservação do monumento histórico e cultural. A preservação do bem patrimonial emerge como uma necessidade premente face ao novo momento em que novos valores e referências de existência do indivíduo são construídos em decorrência da sua nova realidade, quer seja ela econômica, política, social, ideológica e, sobretudo, tecnológica.

Ainda com relação ao processo de consagração, Costa (2010, p.88) demonstra que o processo de valorização do bem patrimonial ocorre sob a

ótica do valor econômico e que se faz presente na medida em que a consagração ocorre numa lógica do capitalismo e para atender aos interesses do mercado:

A cultura é, pois, criação, reflexividade e criatividade que se exerce com a necessária relação com o território, materializando-se de alguma forma, entendida de alguma maneira. Sobre ela, então, materializada ou não no território, se repousa a tendência dialética da construção e da desconstrução dos lugares, da revalorização da paisagem, na sociedade contemporânea permeada pela própria reprodução do dinheiro no território, produzindo o real espetáculo da sociedade (COSTA, 2010, p. 88).

Para compreender de uma forma ampla esse processo – o da consagração – vale identificar que outros aspectos devem ser considerados e que estão inseridos na essência das transformações políticas e econômicas ocorridas ao longo do século XIX, pois trata-se de um período especialmente importante para compreendermos o espírito da contemporaneidade, uma vez que se inaugurou um novo modo de existência social baseado de forma determinante pelas relações de produção, o que significa dizer que esse período ficou marcado de forma significativa em consequência das etapas e do processo de consolidação do sistema capitalista. Por conta de nova estrutura do mundo industrializado, onde o capitalista estava se fortalecendo cada vez mais, uma nova configuração espacial estava também se processando de forma rápida, construindo um novo mundo caracterizado por um cenário urbano, área completamente distinta da área rural, que até então era uma configuração espacial em que predominava o continente europeu. Dessa forma, surgia e se consolidava o espaço urbano, industrial e mercado essencialmente pelo sistema capitalista.

Para Moraes (1998, p. 314), apesar das cidades se constituírem em um fenômeno quase tão antigo que remonta aos primórdios da prática agrícola e da pecuária, as relações sociais, com o passar dos tempos, foram se tornando mais complexa – sobretudo, com o advento do desenvolvimento das relações comerciais, da urbanização, do capitalismo. Esse contexto provocou mudanças em termos qualitativos e quantitativos na vida do indivíduo e da sociedade.

Seguindo ainda essa abordagem, Moraes (1998, p.315) salienta que esse processo de efervescência do processo da industrialização atingiu

inicialmente as cidades europeias e posteriormente se expandiu para o restante do mundo. Em decorrência dessa onda de mudanças, houve uma associação das ideias de “progresso”, de “modernidade”, de “civilização” aos centros urbanos, enquanto ideias como “tradição”, “conservadorismo” e “rusticidade” tornaram-se associadas ao campo e a áreas rurais. Essa associação ocorreu na medida em que as cidades foram atingidas em consequência do forte impacto provocado pela industrialização, o que contribuiu conseqüentemente para a ampliação das atividades comerciais, o que possibilitou, por sua vez, o surgimento do setor de serviços. Na medida em que essas atividades se expandiram pelo continente europeu, as grandes e médias cidades começaram a despontar e a crescer com maior regularidade, não só construindo e consolidando o sistema capitalista como modo de produção, mas também contribuindo para o aparecimento de uma nova mentalidade, seja ela na perspectiva do consumismo, seja relacionada pela contradição capital *versus* trabalho, seja preocupada com as alterações provocadas sobre o meio ambiente, seja com a preservação do bem patrimonial cultural.

Nesse sentido e considerando esses aspectos, Choay (2001) observa que o advento das transformações provocadas em consequência da Revolução Industrial, enquanto processo de mudanças no sentido de alterar os padrões de vida do indivíduo, significou também pelo comprometimento do meio ambiente, o que contribuiu para a sua degradação. Diante desse contexto, privilegiaram-se os valores da sensibilidade e principalmente estéticos com relação aos monumentos históricos. Por conta dessa mudança, constatou-se que a industrialização significou um grande divisor de águas, principalmente no âmbito da consciência coletiva no que se refere aos monumentos históricos, pois, diante do advento da contemporaneidade e tudo aquilo que a caracteriza, é necessário também se atentar para as origens, para as raízes, para as referências dos indivíduos.

Segundo Choay (2001),

[...] a revolução industrial como processo de desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial e mais adiante ela afirma que contribuiu para o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento

histórico e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha o progresso da história da arte (CHOAY, 2001).

Diante desse cenário de preocupação com relação aos monumentos históricos, surge uma reflexão bastante pertinente quanto aos critérios e estratégias do que preservar. Observa-se que os critérios de valorização do patrimônio considerados primordiais ocorrem, sobretudo, em função do interesse e da ótica da institucionalização, cultural, simbólica e/ou econômica. É fundamental lembrar que esse processo ocorre na Europa, em pleno século XVIII, o que por sua vez, vem refletir nas novas posturas e atitudes, bem como na nova mentalidade do homem europeu e contemporâneo.

2.1. A Educação Patrimonial no Brasil

Para compreender o processo de implantação de políticas de Educação Patrimonial no Brasil, é fundamental nos remeter para as primeiras décadas do século XX, quando percebemos a inserção da questão patrimonial na pauta do governo brasileiro nesse período.

Para compreender o novo cenário que se descortinava no Brasil no início da terceira década do século XX, vale observar que o país vivia, até então, em um contexto de articulações, crises políticas e econômicas, a exemplo do movimento tenentista, e, sobretudo, da Crise de 1929.

Nesse sentido, Fonseca (1997, p.87) observa que a institucionalização dessas ideias ocorreu de forma determinante quando se efetivou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, processo de criação que deve ser compreendido por conta de um contexto cultural e político que marcou o Brasil nas primeiras décadas do século XX: o primeiro fato a ser considerado foi o Movimento Modernista e o segundo fato, que representou de forma relevante esse processo, foi o contexto político da época, quando ocorre a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e em seguida a instalação do regime ditatorial do Estado Novo, em 1937.

Com relação ao primeiro fato, um aspecto a ser observado nesse contexto foi a participação de intelectuais que tiveram um efetivo envolvimento

com o Movimento Modernista, e conseqüentemente com a criação do até então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado com a atribuição de desenvolver as políticas públicas no que tange à preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Entretanto, em que pese a condução do processo de criação desse órgão estar sob a responsabilidade de intelectuais que desejavam romper com os parâmetros tradicionalistas e europeus, que predominavam na arte e na cultura brasileira, esse processo ocorreu dentro de um contexto político caracterizado por um governo autoritário que vigorava no país naquele momento.

Esses dois fatos marcaram profundamente a criação do SPHAN, bem como sua missão e atuação enquanto órgão responsável pelas políticas públicas no que se refere à preservação dos bens patrimoniais históricos, artísticos e culturais brasileiros. Essas medidas, sobretudo, de caráter nacionalista, por sua vez, iam ao encontro das expectativas desses intelectuais no que se refere à sua posição contrária aos elementos tradicionais presentes na arte brasileira. Observa-se, portanto, que a criação do referido órgão assinala de maneira significativa uma postura da nova estrutura do Estado nacional brasileiro no que se refere à construção da sua identidade, que naquele momento estava sendo apresentado em decorrência de um processo golpista, como foi o ocorrido em 1930.

Como visto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nasceu do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como parte do então Ministério da Educação e Saúde Pública, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. O primeiro presidente e principal mentor do projeto de criação da instituição de grande referência na política de preservação foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, um profissional do jornalismo e intelectual que, junto com nomes participantes do movimento modernista, criou o citado órgão.

Saltando no tempo e no espaço, duas iniciativas foram marcos dessa mudança, que se iniciou fora do IPHAN. Em 1937, em pleno período ditatorial, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, que ficou conhecido como PCH. O referido programa tinha como objetivo executar obras de infraestrutura e restauração em bens tombados para dar suporte ao turismo. Assim, o PCH “veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros

e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica” (FONSECA, 1997, p162).

Nesse sentido, salienta-se também que o mencionado contexto histórico e político que se configurou em decorrência da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, no início dos anos 30, se caracterizou, sobretudo, pelo apoio de grupos nacionalistas, sejam eles oriundos da classe militar, política, do empresariado e dos intelectuais. E esse componente nacionalista contribuiu e agregou do ponto de vista ideológico, o ideário político nesse período que se inaugurou em decorrência do citado Golpe de Estado. Sendo assim, vale observar que os valores nacionais se fazem presentes de maneira efetiva por meio da adoção de importantes medidas de caráter político e econômico, sobretudo, com o intuito de estabelecer as novas bases de um nacionalismo para um país que estava se remontando política e economicamente. Deve-se perceber também que essas medidas de caráter nacionalista, por sua vez, iam ao encontro das expectativas desses intelectuais no que se referem a sua posição contrária dos elementos tradicionais presentes na arte brasileira.

Vale salientar que um dos exemplos a ser adotado no sentido construir esse nacionalismo foi representado no primeiro número da Revista do SPHAN, publicada em 1937, quando se apresenta, através dos textos sobre patrimônio arqueológico, etnográfico, paisagístico e documental, a política de ação que a nova instituição deveria seguir na sua missão de preservação do bem patrimonial brasileiro (FONSECA, 1997, p.117).

Ainda Fonseca (1997, p.117) ressalta que, nesse período inicial das políticas públicas de preservação do patrimônio no Brasil, foi enfatizado o tombamento dos bens patrimoniais, constituído de bens imóveis, representados por edifícios e monumentos de notável valor estético e artístico e que foram preservados ou até mesmo tombados pelo poder público, em decorrência da seguinte observação:

[...] a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelos agentes institucionais como decorrência do processo de urbanização, que já se acelerava, e do saque e comercialização indevida de bens móveis, que eram vendidos por antiquários brasileiros a colecionadores, sobretudo estrangeiros. (FONSECA, 1997, p.117).

Outro aspecto fundamental a registrar segundo Fonseca (1997, p.139) é que entre Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco e Andrade, os mentores da política de patrimonialização no Brasil, havia uma significativa discordância quanto à missão do recém-criado SPHAN. Enquanto o primeiro e seus seguidores preocupavam-se com a produção e a coletivização do saber por conta de uma justificativa ética, o segundo voltava-se para a consolidação do órgão numa perspectiva eminentemente técnica, que desenvolvia um trabalho altamente especializado e de grande responsabilidade científica e social. Eram posições que inicialmente, num primeiro momento, se apresentavam de forma discordantes, mas que, na realidade se complementavam.

Mais adiante, em 1946, o SPHAN passa o âmbito do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, transforma-se adotando a estrutura de Instituto.

Já em 1967, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade se aposenta e, até o final da década de 1970, com a entrada de Aloísio Magalhães, o IPHAN manteve a mesma linha de atuação, que começou a mudar a partir desse momento, quando houve uma grande reformulação institucional.

No que se refere às políticas públicas que estavam sendo implantadas no Brasil, é fundamental pensar nos primórdios da política de preservação do bem patrimonial, em especial, quando, vale considerar que estamos diante de um país que possui uma diversidade cultural bastante rica, principalmente em decorrência da sua dimensão continental, com os seus mais de oito milhões e meio de km²; também, em função do seu processo histórico de ocupação territorial, o que resultou numa configuração de uma cultura dinâmica e com especificidades nos mais diversos contextos sociais marcados pelas influências culturais europeias, africanas e indígenas.

Diante desse contexto e segundo Horta, Grunberg & Monteiro (1999, p.5), a expressão “Educação Patrimonial” foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1983, quando da realização do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Nessa instituição, foi implantada a citada metodologia, que consistia em uma prática sistematizada e direcionada para as diversas faixas etárias, conforme a seguinte observação:

Processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. O trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p.5).

Com relação ao Brasil, esse país rico e diversificado culturalmente, é fundamental ressaltar que, na Constituição de 1988, segundo Oriá (2013. p.11) houve um avanço considerável no que se refere à elevação dos direitos fundamentais da pessoa humana relacionados aos direitos culturais, que foram expressos nos art. 215 e 216, os quais preveem dois princípios fundamentais que, por sua vez, devem nortear a política de preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro. O primeiro princípio refere-se à cidadania cultural, ou seja, a Constituição prevê que o Estado garantirá ao cidadão brasileiro o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Assim, vale ressaltar que houve um significativo avanço no conceito de cidadania, quando o Estado brasileiro, através da sua Carta Magna reconhece e assegura o direito à cultura como um bem e um direito fundamental para o cidadão.

O segundo princípio prevê que, quanto à diversidade cultural, o Estado tem a obrigação constitucional de proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, a exemplo dos judeus, ciganos, entre outros. De acordo com esse princípio, é fundamental ressaltar o reconhecimento por parte do estado brasileiro e o respeito que deve se ter com referência a essa diversidade cultural.

Essa diversidade cultural é uma marca do Brasil e, para entender essa realidade, uma das alternativas é compreender o país como detentor de um potencial e diversificado patrimônio cultural, sob o ponto de vista do turismo, sobretudo do turismo cultural. Sendo assim, essa compreensão merece uma

atenção muito especial no que se refere ao estabelecimento de políticas públicas de preservação desse bem.

Para tal, é fundamental refletir sobre o conceito de patrimônio cultural, reflexão que implica em compreender a sua real dimensão e o seu papel no seio da sociedade, assim como sua amplitude enquanto objeto das políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro – em especial a leitura que deve ser feita como estratégia para uma perspectiva de cidadania cultural, aspecto que trataremos com mais atenção no capítulo quatro.

Nessa perspectiva, buscamos uma observação de Tabosa & Seabra (2012, p. 78), relacionada à dimensão do conceito de patrimônio no âmbito da preservação e da conservação. Segundo os autores, esse conceito vem sendo inserido por meio de algumas iniciativas no âmbito da academia e das políticas públicas, ainda que timidamente ou pontuais, e essa inserção vem ocorrendo no espaço escolar e na sociedade.

Achamos pertinente observar o processo de tombamento do bem patrimonial de caráter imaterial para se perceber a dimensão do quanto merecem atenção as nossas manifestações culturais. Segundo o referido decreto, o registro se fará em um dos seguintes livros: no Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer que estejam enraizados no cotidiano das comunidades; no Livro de Registro, das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; no Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e; no Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

De acordo com o referido decreto, vale destacar que a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e a sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Com esse procedimento, o Estado adota medidas efetivas de proteção e preservação do bem patrimonial. Vale ressaltar que esse mesmo decreto observa que outros livros de registro poderão ser abertos para a

inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos anteriormente.

Com relação à citada legislação, e no que diz respeito à preservação de bens culturais, a mencionada lei é ainda orientada por diversos outros documentos, a exemplo de: cartas, declarações e tratados nacionais e internacionais, em que o Brasil é signatário, sobretudo os provenientes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de outros instrumentos legais que dão suporte e também estão inter-relacionados, tais como as legislações que tratam de questões ambientais, de arqueologia e de turismo cultural.

O Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), órgão no âmbito federal que estabelece a política pública com relação à preservação e conservação do patrimônio brasileiro, seja ele material ou imaterial, ocorre através de diversas ações, a exemplo da criação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), que propõe formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural.

Entende-se que, para a eficácia e eficiência dessa legislação, é fundamental que se trabalhe especificamente com a modalidade de educação voltada para a preservação patrimonial, ou seja, é importante que se pense na Educação Patrimonial em ações direcionadas à sociedade com um todo, sobretudo, com relação ao ambiente escolar. Dentro desse contexto legal e nessa perspectiva é que focalizamos e inserimos a Folia do Divino Espírito Santo realizada em uma área de proteção ambiental como um bem patrimonial que, uma vez baseado nesses aparatos legais, merece uma atenção muito especial por parte dos entes públicos, assim como por parte da comunidade como protagonista dessa manifestação para que, em uma ação conjunta e integrada, possamos pensar estrategicamente a preservação desse bem patrimonial tão caro para as comunidades rurais da APA de Cafuringa, numa perspectiva não somente como prática da cidadania cultural, mas também no âmbito do turismo cultural.

2.2. A Educação Patrimonial, instrumento de cidadania

Pensar em Educação Patrimonial é poder refletir e compreender de forma crítica a inserção desse instrumento no espaço escolar e comunitário. Para Gonçalves (2009, p.31), o patrimônio

é uma categoria de pensamento, o qual é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também contribuir para possibilitar e provocar a ação humana e que permite a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. (GONÇALVES, 2009, p.31)

Essa observação nos permite considerar que o patrimônio age no sentido amplo, na formação dos indivíduos, desde o jeito de falar, de criar, de fazer, de viver, de perceber o mundo e, assim, criando e referendando a sua identidade.

No entanto, apesar dessa observação, Villaschi (2012, p.63) nos faz um alerta quando, da sua experiência do Projeto Sentidos Urbanos em Ouro Preto,

observa que o pouco empoderamento social e o fraco sentimento de pertencimento cultural provoca um sentimento nos moradores da cidade, uma sensação de desconforto, e às vezes um sentimento de se sentir estrangeiro na própria cidade (VILLASCHI, 2012, p.63).

Um aspecto importante observado pelo autor é o empoderamento social. Esse alerta nos faz atentar para esse aspecto imprescindível para nossa pesquisa, que busca analisar a perspectiva da cidadania numa comunidade periférica, como é a do Córrego do Ouro.

Retomando a questão patrimonial e, ao mesmo tempo, corroborando com essas últimas afirmativas, Braga (2011, p.20) traz uma significativa contribuição para a nossa reflexão. O autor salienta que a consciência da importância do tema “patrimônio cultural” como elemento de pertencimento dos indivíduos com referência à sua coletividade nos permite inferir o quanto é importante essa atitude para a formação de verdadeiros agentes de desenvolvimento local. Tal fato significa reafirmar, que perpassa por uma relação de empoderamento social e pela formação e atuação efetiva de cidadãos na comunidade em que o mesmo está inserido.

Essas categorias estão sendo pensadas utilizando como ponto de partida a realidade da comunidade do Córrego do Ouro, uma vez que, a partir dessa manifestação de cunho religioso e cultural, podem-se vislumbrar de forma efetiva as possibilidades de avanço no âmbito da cidadania e da inserção dessa localidade num projeto no âmbito do turismo cultural.

A prática da Educação Patrimonial já estava sinalizada quando Mário de Andrade apresentou o anteprojeto para a criação do SPHAN ao então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, no qual a valorização, a preservação e difusão do bem patrimonial já estavam presentes através da prática educativa.

Comungando com as mesmas ideias, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, primeiro do diretor do SPHAN, segundo Fonseca (2012, p.19) desenvolveu uma série de ações na perspectiva da educação, entre as quais estavam a edição de publicações, exposições e montagem de diversos museus regionais, a fim de divulgar para o grande público o patrimônio cultural brasileiro.

Já na década de oitenta, Aloísio Magalhães assumiu a direção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e defendeu de forma veemente que a comunidade deveria assumir e zelar pelo bem patrimonial, conforme a citação em Andrade (1981, p.237):

[...] a Educação é a codificação adequada de uma cultura, é o processo de transmissão e de continuidade de uma cultura. Então, é possível – sobretudo num país em movimento, num país não feito ainda, não explicado – separar-se uma coisa da outra, sob pena de você quebrar esse tipo de compromisso da educação, a quem, me referi” (ANDRADE, 1981, p. 237).

Percebe-se, portanto, que a educação deve caminhar junto e integrada com a cultura, e, nesse sentido, buscar estratégias para essa conjunção é o caminho mais apropriado para a realização plena do papel da educação, tanto no ambiente escolar, como no comunitário.

Nessa perspectiva, se destaca a observação de Horta (2004, p.3), relativa ao efetivo papel e o objetivo do processo educativo, o qual tem como finalidade contribuir para que os alunos utilizem suas capacidades e habilidades na prática da sua vida diária e na sua formação educacional. A prática da Educação Patrimonial consiste, portanto, em provocar, no

aprendizado, situações, sobretudo sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar o interesse em resolver questões significativas e enfrentar os desafios e questões referentes à vida pessoal e coletiva. Essa modalidade de educação contribui para a construção do seu discernimento crítico perante o seu contexto social. Sendo assim, esse ambiente social, composto pelo seu patrimônio histórico, oferecem oportunidades de provocar sentimentos de surpresa, curiosidade e estímulos, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido, o estudo da disciplina História contribui de forma significativa, uma vez que, podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. Os estudos dos remanescentes do passado motivam-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções e os conflitos, às vezes marcados pela violência, que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas sociais, a exemplo da moradia, do saneamento, do abastecimento de água, entre outras reivindicações e lutas.

Entende-se, portanto, que a Educação Patrimonial, é uma modalidade estratégica de educação para a preservação do Patrimônio Cultural, que, uma vez baseada numa metodologia própria, visa cumprir um papel de real importância não só quanto à preservação do bem cultural, mas, sobretudo, quanto à relação do indivíduo com esse patrimônio cultural, o que vai contribuir para o seu exercício de cidadania.

Contudo, para ampliar a nossa reflexão com relação a essa questão, achamos pertinente buscar uma contribuição de Tabosa & Seabra (2012, p.80), relacionada ao papel das elites dominantes enquanto grupo formulador das políticas patrimoniais no momento que se iniciou a tomada das primeiras medidas nesse sentido, ainda nos primórdios do século XX no Brasil.

É desta minoria, desta elite que vão surgir às primeiras perspectivas de preservação da memória e, conseqüentemente, do patrimônio. Isso tudo, logicamente, atendendo ao que este grupo pretende preservar em torno de si. Através disto, legitima-se o seu poder ainda mais sobre os demais grupos sociais que interagem na sociedade brasileira. As igrejas coloniais da Igreja Católica, as casas grandes dos senhores de engenho e os sobrados de uma elite comercial acabam por ser preservados em detrimento das capelas das

irmandades negras, das senzalas e dos grandes espaços (geralmente periféricos) das comunidades menos abastadas. A resultante disto é a falta de identificação da grande maioria da sociedade com o que se chama de *bens*, de *patrimônios* de uma sociedade. É aí que se insere a proposta de Educação Patrimonial (TABOSA & SEABRA, 2012, p. 80).

E, para ilustrar esse tratamento prestado pelas chamadas elites dominantes com relação ao bem patrimonial, sobretudo, os de origem da periferia e das comunidades afrodescendentes, resgatamos uma experiência de Gilberto Velho, quando este estivera a frente do processo de tombamento em 1984, do Terreiro de Candomblé Casa Branca, em Salvador. Segundo Velho (2006, p.3), esse processo evidencia uma questão de grande importância que deve ser considerada pela sociedade, que é a questão da diversidade cultural (Velho, 2006, p.3), como revela o citado relator na sua afirmação:

[...] no momento em que existe uma preocupação em reconhecer a importância das manifestações culturais das camadas populares, há que se reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental à constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira” (VELHO,1984, p.3).

Vale observar que, até aquele período, o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. Compreendendo a importância da sacralidade do Terreiro de Candomblé Casa Branca, na cidade de Salvador, e enfatizando a cultura como um fenômeno abrangente, que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade⁶, se faz necessário ampliar a discussão sobre a

⁶ Segundo Fonseca (1997, p.240), em decorrência do processo de tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca, na cidade de Salvador, após um processo de enfrentamento tanto no âmbito interno da instituição quanto no âmbito da opinião pública baiana, houve um verdadeiro movimento social com base em Salvador, reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas que se empenharam em prol do reconhecimento desse patrimônio afro-religioso em contraposição a setores conservadores e racistas existentes na cidade. Vale salientar que a imprensa realizou uma campanha contrária a esse reconhecimento. Após um processo que teve uma forte resistência desses setores, finalmente o tombamento do mencionado templo foi aprovado, e, segundo Fonseca (1997, p.240), por uma estreita margem de votos, quando na 108ª reunião, realizada em Salvador em 31 de maio de 1984, se apuraram 3 votos a favor, 1 voto contra, 2 abstenções e 1 pedido de adiamento.

nossa diversidade cultural e o respeito necessário que se deve ter com relação a essa diversidade; refletir sobre a nossa ancestralidade, e os seus desdobramentos nos dias atuais.

Nesse ponto percebe-se o papel da História na perspectiva de inserção no seio da sociedade, sobretudo, como prática pedagógica da Educação Patrimonial no ambiente escolar. A Educação Patrimonial, portanto, tem um papel fundamental quanto à divulgação, compreensão, e preservação dos nossos bens patrimoniais culturais, o que por sua vez, nos ajudam na formação nossa consciência identitária. E, nesse sentido, sintonizado com esse pensamento, Hobsbawn (1995, p.13) faz a seguinte observação:

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

Com base na afirmação acima percebe-se a importância da prática da Educação Patrimonial, que contribuirá para a formação de uma sensibilização e consciência do indivíduo, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade e assim, cumprindo um papel fundamental no processo de mediação com alguns setores, a exemplo da educação, cultura e turismo e com os diversos aspectos da vida do indivíduo.

Outro aspecto a ser considerado é com relação à Educação Patrimonial como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, recorremos a Florêncio (2012, p.25), que observa o fortalecimento das identidades e das alteridades no mundo contemporâneo como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. Os referidos aspectos apontados pelo autor se traduzem como importantes no processo de afirmação cultural, sobretudo num mundo de diversidades e intolerâncias.

Com relação ao papel da Educação Patrimonial, Florêncio (2012, p.25), faz a seguinte observação com relação às ações educativas de preservação e a valorização do patrimônio cultural:

É o estabelecimento de vínculos entre políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo cultural, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo, então, o intercâmbio de ferramentas

educativas de modo a enriquecer o processo pedagógico inerentes a elas (FLORÊNCIO, 2012, p.25).

Dentre as áreas que a prática da Educação Patrimonial abrange, perpassa o turismo cultural, que se apresenta de maneira bastante receptiva, uma vez que essa modalidade de educação contribui de forma significativa e, sobretudo, agrega valor ao segmento do turismo cultural. Vale salientar que o valor se refere não só do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, no que diz respeito ao significado e referências que esse patrimônio pode sugerir ou provocar. São informações qualitativas referentes à sua origem, relações de ancestralidade, contexto histórico em que foram criadas, condições sociais e econômicas da época, entre outras percepções e leituras.

Ao abordar a relação da Educação Patrimonial enquanto instrumento de cidadania, é importante realizar uma reflexão a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, compreendendo a educação como uma dimensão bastante ampla e significativa, em contraposição à prevista anteriormente na Lei nº 5.692 de 1971. Vale lembrar que esta última lei está relacionada com o período que corresponde ao fechamento político no Brasil. A Lei nº 9.394/96 define a educação como uma prática que deve contemplar diversos ambientes, e, assim, considerar que o indivíduo tem vivências em diversos espaços, diferente do ambiente escolar; deve-se considerar as condições e características peculiares que cada ambiente oferece na perspectiva do processo de ensino-aprendizagem.

Diante dessa concepção, Carneiro (1998, p.32) destaca que esse novo dimensionamento do conceito de educação previsto na referida lei adquire uma nova compreensão onde se faz e se constroem o processo educacional, na medida em que consideram os diversos espaços sociais, seja no seio familiar, no ambiente de trabalho, na escola, ou nas organizações sociais. Assim, o indivíduo tem a possibilidade de apreender pelas observações, pelas experiências e vivências, conforme pontua o autor:

Em qualquer destes espaços, há um processo formativo, ou seja, um chão de aprendizagem sobre o qual se forma a cidadania. Trata-se, por conseguinte, de uma prática humana eivada de equipamentos de subjetividade e de ações

intencionadas que focam a construção histórica e coletiva da humanidade (CARNEIRO, 1998, p.32).

Diante dessa concepção de educação, identifica-se de forma contundente o papel da cidadania no processo de formação do educando, assim como o cenário histórico como aspecto estratégico da educação, e, nesse sentido, deve ser considerada a efetiva participação do educando no seu contexto social, político e econômico. Essa possibilidade contribui de maneira significativa para agregar à sua formação enquanto cidadão participe na sociedade em que ele está inserido.

Com relação a essas observações, buscamos em Gadotti (2002, p.117) uma contribuição relevante no que diz respeito a um aspecto fundamental que se faz presente nas sociedades modernas, que é a diversidade cultural. Segundo o autor, a questão da diversidade deve ser contemplada de forma significativa no dia a dia tanto do educando como do cidadão.

É dentro desse cenário da pós-modernidade que a escola precisa atuar um cenário que coloca novos desafios para nós, educadores: que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos 20 anos para viver este mundo tão diverso? Certamente eles e elas necessitam de uma educação para a diversidade, necessitam de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade. Uma sociedade multicultural deve educar o ser humano multicultural, capaz de ouvir, de prestar atenção ao diferente, de respeitá-lo (GADOTTI, 2002, p.117).

Diante desse cenário da educação, é importante que a postura do educador mude completamente diante da referida prática pedagógica. O professor deverá trocar a arrogância pelo caminhar junto com o seu aluno; o professor deverá ser mais criativo e, sobretudo, aprender com o aluno, e, nessa perspectiva, o professor deverá atuar como mediador na turma. Desenvolvendo essas ações num ambiente escolar, esses educandos, conseqüentemente, assumem o papel de multiplicadores, para a família, vizinhos, amigos próximos e outras pessoas da comunidade, da ideia, do conceito da necessidade de respeito para com a diversidade cultural.

Gadotti (2002, p.117), faz uma observação bastante pertinente a esse cenário apresentado no parágrafo anterior, quando se refere a essa modalidade de educação multicultural.

A educação multicultural se propõe a analisar criticamente os “currículos” monoculturais atuais e procura formar criticamente os professores, para que mudem suas atitudes diante dos alunos mais pobres procurando, antes de mais nada, compreendê-las na totalidade de sua cultura e de sua visão de mundo (GADOTTI, 2002, p. 117).

Percebe-se que a educação multicultural assume uma importância consequente e que agrega para uma proposta de educação que valoriza a construção de uma postura crítica no indivíduo e consequentemente para uma formação de cidadão consciente do seu papel perante a sociedade. E, sendo assim, ocorre o despertar de um discernimento que contribuirá não só para a compreensão crítica da sua própria realidade, mas também, para poder vislumbrar as possibilidades de busca de uma vida digna para essa sociedade em que o mesmo está inserido.

É importante, nesse cenário, refletir sobre o papel da escola no contexto da sociedade contemporânea, pós-moderna e pós-industrial. Essa sociedade, segundo Gadotti (2002, p.3), é marcada por determinados aspectos significativos, a exemplo da globalização da economia, de um forte processo de comunicação, da educação e da cultura, pelo pluralismo político e pela emergência do poder local. Nessa sociedade, cresce a reivindicação pela participação e autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc. É nesse contexto que identificamos os movimentos separatistas existentes no continente europeu. Assim, o multiculturalismo apresenta-se como um aspecto muito significativo no momento atual.

No Brasil, após a promulgação da Carta Magna de 1988, considerada a constituição cidadã, buscou-se estabelecer uma legislação cujo foco fosse a construção da democracia, que perpassa, sobretudo, pela prática cidadã. Sendo assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1997⁷

⁷ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é uma legislação que sinaliza, respalda e apresenta possibilidades para efetivar na prática esse conceito. E, para dar suporte para a inserção e prática da Educação Patrimonial, nas escolas brasileiras, desde 1997, o Ministério da Educação, o apresentou à comunidade escolar. Além de significar um marco legal

representam um grande avanço, do ponto de vista de marco legal da educação, no que se refere às recomendações da prática pedagógica em sala de aula. Sendo assim, o objetivo dos PCNs é garantir que o educando brasileiro, seja ele do ensino fundamental ou médio, que more em locais e em condições socioeconômicas desfavoráveis, tenha o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos significativos e necessários para o exercício da cidadania.

É fundamental frisar que o referido marco legal não possui um caráter de obrigatoriedade e, nesse sentido, pressupõe-se que as recomendações previstas no mencionado documento serão adaptadas às peculiaridades e realidades locais e regionais.

Portanto, vale destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais não significam um conjunto de regras que pretendem ditar aos professores o que devem ou não fazer. São, sobretudo, um conjunto de referências para contribuir para a reflexão do ponto de vista pedagógico e também com relação ao conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, no que diz respeito à transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino, tendo como perspectiva, a realidade social e cultural do educando. É no bojo desses princípios que a prática da educação patrimonial se insere e, conseqüentemente, torna-se também presente como fator agregador para uma prática de educação, seja um processo que ocorra num ambiente escolar, seja num espaço comunitário, segundo o PCN (1997). Na realidade, esse documento efetivamente estabelece os princípios e recomendações, enquanto conteúdo significativo, considerando o componente cultural, no âmbito local e regional, que vem no sentido de contribuir para uma prática de Educação Patrimonial.

Contribuindo para uma reflexão sobre o papel do PCNs no ambiente escolar, Pelegrini (2009, p.39) reafirma que o mencionado documento contribuiu para ampliar o entendimento da prática educacional enfatizando a

referente à educação, o citado documento possibilita a construção de projetos pedagógicos que têm como perspectiva a formação plural do indivíduo. Fonte: (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p.13).

realidade do aluno, o seu contexto social, político, econômico, sobretudo, cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abriram espaço para as atividades transdisciplinares – aspecto essencial para o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial. A introdução “dos “temas transversais” relacionadas ao “meio ambiente” e à “pluralidade cultural” previa a realização de atividades concatenadas a distintas disciplinas, favorecendo o estudo integrado. Essa proposta propicia aos estudantes o entendimento do mundo que os cerca e cria condições para a visualização dos horizontes que envolvem a existência humana (PELEGRINI, 2009, p.39).

E, para compreender a relação da prática da Educação Patrimonial com a Folia do Divino Espírito Santo na comunidade do Córrego do Ouro, é muito importante realizar uma reflexão considerando essa especialidade de educação como ferramenta no ambiente escolar e, como a sua inserção no seio da comunidade local pode contribuir para a valorização dessa manifestação, que, por sua vez, é uma significativa expressão religiosa e cultural da referida comunidade.

A partir do momento em que uma determinada comunidade realiza um trabalho de educação patrimonial, ela terá plenas condições de perceber e ter consciência do valor dos seus bens patrimoniais, o que faz com que essa comunidade tenha clareza com relação à sua própria identidade cultural, o que pode ser traduzido como um exercício de cidadania. Pretende-se, neste capítulo, com essa lógica, fazer inferências sobre o papel da Educação Patrimonial enquanto ferramenta educacional com a Folia do Divino Espírito Santo, vislumbrando o exercício da cidadania, sobretudo da cidadania cultural.

Seguindo essa lógica, acreditamos que todo processo de mudança passa pela educação. Nesse sentido, para ampliar essa discussão, buscamos inspiração em Freire (1993, p. 93), que faz uma reflexão sobre a prática educativa e ponderações sobre a identidade cultural. Essa prática perpassa o conceito de classe social e dos sujeitos que estão envolvidos com o processo educacional e, sobretudo, os que estão na ponta do processo educacional, ou seja, os professores. Freire (1993, p. 93) nos chama atenção que “a identidade dos sujeitos está relacionada com as questões fundamentais do currículo, tanto

os aspectos que estão ocultos, quanto aqueles que estão explícitos, o que vem conseqüentemente refletir no processo ensino-aprendizagem”.

Nessa reflexão, Freire (1993, p.93) enfatiza que a questão da identidade cultural com os aspectos ocultos e explícitos da estrutura curricular e a prática da educação estão implicitamente relacionadas. O autor também revela e evidencia a presença dos aspectos referentes aos valores e referências, quer sejam culturais, sociais ou religiosas, de quem formula o projeto pedagógico da unidade escolar, de quem coordena o processo pedagógico e por fim, de quem está na extremidade do processo, que são os professores. Sendo assim, devemos considerar que trabalhar a questão da identidade cultural num mundo de diversidades é um desafio que requer dos sujeitos envolvidos no processo educacional, ou comunitário, uma revisão de posturas e atitudes diante desse mundo de diversidade. Um exemplo marcante é a aplicação da Lei nº 10.639 de 2003, que estabelece a inserção dos estudos africanos no currículo da escola brasileira⁸.

Apesar dessas limitações e desafios, é necessário que possamos refletir e discutir de forma ampliada sobre o papel da educação patrimonial e sua inserção no ambiente escolar e no espaço comunitário. Sendo assim, dando prosseguimento à nossa reflexão, buscamos em Scifoni (2012, p. 32) uma notável contribuição para o nosso trabalho. Ao estabelecer a relação entre cultura e patrimônio cultural, a autora parte do princípio que, para realizar a inserção da educação patrimonial nessa perspectiva, é necessário pensar numa prática a partir de uma visão libertadora, o que nos faz buscar, conseqüentemente, nos ensinamentos de Freire (2011) uma concepção libertadora e emancipatória de educação. Concepção que estabelece os pressupostos fundamentais e agrega de forma conseqüente para uma prática em educação patrimonial.

⁸ A Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inserir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana aprovado pelo Conselho Nacional de Educação aprovado dez de março de 2004. O fato é que, do ponto de vista empírico, muitas escolas e profissionais da educação ainda não incorporaram nos seus projetos pedagógicos essa proposta seja por falta de vontade política, seja por falta de formação para tal desempenho, seja por limitações individuais sobre as questões de valores, referências e, sobretudo de identidade.

Entre outros aspectos da pedagogia freiriana, Scifoni (2012, p.32) destacamos este primeiro pressuposto, que estabelece que a comunidade deve exercer o papel como agente e, sobretudo, como protagonista dos processos de formulação das ações e propostas no âmbito da educação patrimonial. É fundamental para a sua eficácia que os projetos considerem as demandas e necessidades das comunidades, fato que aprendi uma experiência na rede pública de ensino na cidade do Guará, em Brasília⁹.

O segundo pressuposto é buscar estabelecer uma nova relação entre a comunidade com o seu patrimônio cultural. É imprescindível a efetivação do primeiro pressuposto para que o segundo pressuposto ocorra de maneira consequente. Para tal, é preciso garantir a participação social e efetiva da comunidade na elaboração de políticas públicas no que diz respeito à memória e ao patrimônio de modo geral, e assim, poder possibilitar que a comunidade possa estabelecer uma nova relação com o patrimônio, se reconhecendo, se enxergando e tomando pra si o patrimônio e a construção da memória coletiva.

⁹ Queremos trazer uma experiência pessoal, ocorrida em 1991, quando eu era professor da disciplina História e vinculado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, na Escola Classe 10, na cidade do Guará. Atuávamos no turno noturno da referida unidade escolar, que possuía quatro turmas, uma turma respectivamente de quinta, sexta, sétima e oitava série, tendo em média 50 alunos por sala de aula. Durante as minhas aulas, percebi que metade da turma prestava atenção às aulas, enquanto a outra metade, sobretudo, a que se sentava no fundo da sala, ficavam dispersos. Busquei, então, uma maneira de mudar a situação, revi a minha prática em sala de aula, ou seja, as tradicionais aulas expositivas que buscava a participação, e que não estavam funcionando diante daquele público. Nesse momento, soube que, nos dias de sábado, havia na escola aulas de *street dance* e que havia uma significativa afluência de uma parcela de alunos nesses encontros. Resolvi ousar mais uma vez, e apresentar uma proposta para os alunos. Sugerir que eles apresentassem um conteúdo em História através de música, que poderia hip hop ou funk. Para minha surpresa, outros alunos preferiram apresentar o trabalho em forma de samba ou samba canção, e para outra surpresa, uma aluna me propôs apresentar o conteúdo em ritmo de carimbó, pois era um ritmo de tinha uma relação com as origens dela, uma vez que ela estava há pouco tempo em Brasília vindo do estado do Pará, conforme o seguinte registro do Correio Brasiliense (1999, Caderno Cidades) da empregada doméstica, Janete Rodrigues de Oliveira, 17 anos, que morava em Igarapé Preto, no município de Baião, no Pará. Ela veio para Brasília em busca de oportunidade. Ela aproveitou a oportunidade para mostrar o que ela sabe e resgatar as suas raízes. Compôs um carimbó contando a trajetória do país até se tornar uma Colônia portuguesa: “O governo português / temia muitas ideias / ideias de revolução / temendo assim D. João”. Fiquei surpreso, mas gratificado, pois percebi que o formato daquela atividade havia tocado nos meus alunos, antes dispersos e que naquele momento se envolveram de maneira intensa no trabalho, sobretudo aqueles que chegavam atrasados, que sentavam ao fundo da sala, que se eram dispersos e desinteressados. Hoje, percebo que essa experiência tem uma relação com o objeto do nosso trabalho, haja vista que essa prática perpassa pela educação patrimonial, uma vez que na medida em que os alunos recorrem aos gêneros musicais para apresentar um conteúdo de uma disciplina, eles estão trazendo valores e referências culturais que lhes são bastante caros. Foi uma experiência muito rica e de muito aprendizado, enquanto educador.

Nesse sentido, a disposição política é traduzida em nossa experiência relatada anteriormente como uma disposição e por que não dizer, uma ousadia pedagógica, ou seja, querer mudar, não pelo fato simplesmente de mudar, mas de repensar a prática pedagógica com vistas a determinados objetivos e competências no âmbito do processo ensino-aprendizagem frente a determinadas realidades e situações.

Considerando os aspectos antes apresentados, Scifoni (2012, p.32) salienta que é necessário considerar nesse processo de valorização patrimonial, outros valores de caráter subjetivo, a exemplo dos laços afetivos, sociais e simbólicos, além dos valores estéticos e formais.

Diante dessa lógica, outro aspecto a considerar é o caráter de desigualdade do patrimônio cultural, e, nesse sentido, buscamos em Canclini (1994) uma observação bastante pertinente com relação à escolha e sacralização do patrimônio. E, do ponto de vista dialético e lembrando a lógica do pensamento freiriano, esse processo tem uma relação estreita com a estrutura de classe da nossa sociedade, uma vez que é uma sociedade com uma estrutura estratificada, o que significa dizer que os segmentos subalternos da nossa sociedade não têm nenhuma influência ou participação nesse processo, evidenciando, assim, que não há uma participação igualitária na construção dos projetos referentes à memória e sacralização do patrimônio. Mais uma questão se apresenta diante dessa ponderação: será que o patrimônio, que foi até então sacralizado, representa as referências, os valores e interesse dos segmentos subalternos da estrutura social que vivemos? Essa é uma questão que merece uma ampla discussão, haja vista as contribuições teóricas e significativas de Costa, Scarlato (2012, p.104) com relação aos diversos aspectos e implicações do processo de sacralização do patrimônio cultural, e que, até o presente momento, vêm sendo conduzidos pelos organismos institucionais, nos âmbitos nacional ou mundial.

Diante dessas considerações, percebe-se que a Educação Patrimonial, enquanto ferramenta educacional tem uma inserção no espaço escolar e comunitário torna-se imprescindível para a efetivação de um processo de apreensão de mundo e da realidade concreta e complexa em que o indivíduo está inserido. E essa complexidade está relacionada às referências de memória, de espaço, de tempo, das relações sociais e da ancestralidade do

indivíduo. Nesse sentido, vale lembrar que identificamos a existência entre os aspectos citados anteriormente uma interface, com a educação, a cultura e o turismo cultural.

Considerando esses aspectos e para ter uma melhor percepção da trajetória e compreensão da Educação Patrimonial, é necessário identificar os primórdios dessa prática em nosso país¹⁰.

Com relação ao conceito e à prática mais atual de Educação Patrimonial, buscamos em Florêncio (2012, p.24) a seguinte abordagem, que vem sendo, inclusive, adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O referido órgão compreende a Educação Patrimonial como resultado de uma construção coletiva com as instituições e pessoas da sociedade civil que atuam nessa área. Esse processo de construção foi discutido e conduzido no seio da instituição pela Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento, que compreende que:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórico das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diverso (FLORENCIO, 2012, p.24).

¹⁰ Conforme Fonseca (1997, p.106), a partir de 1936, quando da apresentação do anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), Mário de Andrade sinalizava para a importância pedagógica dos museus, aos quais ele se referia como agências educativas. No entanto, o antigo SPAN sequer articulou essas ações. Esses conteúdos estavam mais sintonizados e visavam em apresentar um projeto que consagrava o Modernismo e atuava em sintonia e pela consolidação do nacionalismo, por conta do projeto modernista de Estado Novo. A partir do final da década de 1970 é que a questão da educação patrimonial enquanto ferramenta educacional foi abordada de forma mais incisiva. Foi quando Aloísio Magalhães estava à frente do processo de reordenamento institucional da área cultural, quando enfrentou conflitos entre interesses de grupos até então autônomos que estavam envolvidos com as diversas instituições responsáveis pelas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Esse posicionamento significou um grande avanço para a época, uma vez que é importante lembrar que estávamos vivendo um período da chamada abertura política conduzido por um dos últimos governos militares, que foi o do presidente Ernesto Geisel. Essa nova compreensão com relação a políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro conseqüentemente foi também absorvida pelo discurso da Nova República, e posteriormente efetivado no momento da elaboração da Constituição de 1988, e inserido nos artigos 215 e 216.

Com essa abordagem, que compreende e perpassa por diversos aspectos, como reconhecimento, valorização, preservação, cidadania, participação, bem como traduz e expressa uma complexidade por conta da natureza, é possível perceber as manifestações culturais de uma maneira mais profunda, sobretudo, quando esse universo complexo torna-se objeto da Educação Patrimonial. Essa complexidade nos remete ao pensamento de Morin (2000), que salienta que:

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis, constitutivos do todo (como, por exemplo: o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2000, p).

A ideia da complexidade se faz presente na essência do conceito da Educação Patrimonial, especialmente com relação ao aspecto cultural, na medida em que a nossa cultura é múltipla e plural. Sendo assim, buscamos uma contribuição em Pelegrini (2009, p.36) que faz uma observação interessante a respeito da prática da educação patrimonial, que perpassa a referida complexidade e também enquanto ferramenta no âmbito da educação, contrapondo-se a uma prática pedagógica tradicional:

A educação patrimonial formal ou informal constitui uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares. O objetivo da interdisciplinaridade centra-se na tentativa de superar a excessiva fragmentação e linearidade dos currículos escolares (PELEGRINI, 2009, p. 36).

E, para reafirmar a natureza da complexidade, abordada anteriormente nesse texto, buscamos em Pelegrini (2009, p.36) a seguinte contribuição:

A integração de diversos conhecimentos visando à análise dos bens culturais implica em explicações múltiplas sobre o sentido do passado e da memória, associados à política e à educação ambiental, ao direito e ao desenvolvimento tecnológico, industrial e social (PELEGRINI, 2009, p.36).

Se, por um lado, consideramos os diversos aspectos até então apresentados sobre a prática e possibilidades da Educação Patrimonial enquanto ferramenta estratégica, para o exercício da cidadania, sobretudo da

cidadania cultural, por outro lado, identificamos a Folia do Divino Espírito Santo como exemplo de manifestação religiosa significativa, que se apresenta na comunidade rural do Córrego do Ouro de forma original, simples, com um forte conteúdo religioso, onde a devoção e a fé são marcantes nas crenças das pessoas moradoras do lugar e das redondezas. A folia se traduz como a principal manifestação de caráter não só religiosa, mas como forte expressão cultural das comunidades rurais localizadas na Área de Proteção de Cafuringa.

Nesse sentido, é necessário analisar o papel da Educação Patrimonial na perspectiva de valorização da Folia do Divino Espírito Santo, o que implica tanto a visibilidade e o apoderamento desse patrimônio, como a perspectiva da sua preservação. O ato de preservar implica resgatar as origens, a ancestralidade, enfim, as raízes das pessoas que moram na comunidade rural do Córrego do Ouro, sobretudo, a preservação para as futuras gerações. Esse resgate conseqüentemente perpassa pela memória coletiva e pela adoção de estratégias de preservação pela comunidade o que o torna condição imprescindível no sentido de construir uma identidade cultural da comunidade.

Em que pese se tratar de uma manifestação de caráter essencialmente religiosa, a Folia do Divino Espírito Santo incorpora-se como uma significativa expressão do patrimônio cultural e imaterial dessa região. No Distrito Federal, contudo, existe uma legislação específica que ampara e respalda esse tipo de patrimônio, o que acreditamos ser uma informação importante para a comunidade local, haja vista que, a partir do momento em que a comunidade tenha a percepção e as implicações enquanto bem patrimonial tombado, outro olhar será direcionado para esse patrimônio cultural.

Nesse sentido, vale lembrar que Cavalcanti & Fonseca (2008, p.11) ressaltam a relação do Estado brasileiro com o tombamento de bens patrimonial imaterial perpassa pela adoção de estratégias tanto no âmbito nacional como internacional¹¹.

¹¹Cavalcanti & Fonseca (2008, p.11) destacam que, no artigo 2º da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovado pela UNESCO, em 2003 e tendo o Brasil como signatário em 2006, o nosso país compreende como patrimônio cultural de caráter imaterial: As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de

Essa compreensão, por sua vez, inspirou a formulação do decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial no Brasil.

Por se tratar de um bem patrimonial bastante significativo para as comunidades rurais dessa região, e particularmente do Córrego do Ouro, a Folia do Divino Espírito Santo também deve ser percebida enquanto manifestação inserida num mundo da diversidade cultural. Nesse sentido, buscamos em Canclini (1994) uma reflexão bastante oportuna. O autor chama a atenção para a necessidade da educação patrimonial enquanto estratégia de mediação de conflitos e contradições por conta das diversidades culturais, consequentemente vinculados aos diversos segmentos sociais. Observa-se, portanto, que a Educação Patrimonial exerce um papel significativo, na medida em que possibilita o estabelecimento de uma ação sistematizada e prática que a torna bastante importante na promoção e formação no processo de construção de identidades em um mundo plural, diverso, na possibilidade de construir um processo de consciência histórica dos indivíduos quanto à preservação e ao exercício da cidadania.

Considerando esses aspectos, Albuquerque (2012, p.5) traz um conceito bastante pertinente:

a Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da autoestima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural (ALBUQUERQUE, 2012, p.5).

Diante dessas reflexões, o espaço escolar tem um papel estratégico nesse processo, haja vista que a prática pedagógica no campo patrimonial atua como estratégia mediadora entre o indivíduo e coletivo, possibilitando uma interação entre a sociedade e os órgãos que atuam na formulação de políticas públicas no âmbito da cultura. Com essa perspectiva, trouxemos uma observação de Fonseca (2012, p. 16), que salienta o papel da Educação Patrimonial no sentido de

identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

[...] despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de leva-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimorem sua qualidade de vida, e que contribuam para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo (FONSECA, 2012, p.16).

Para o âmbito deste trabalho, nosso foco é a realidade brasileira, e isso significa dizer o quanto é importante abordar a forma que o Estado Brasileiro vem atuando com relação à inserção da prática da Educação Patrimonial tanto no ambiente educacional quanto no seio da sociedade. Sendo assim, entenda-se que essa relação se faz presente primordialmente pelo estabelecimento de políticas públicas no âmbito da educação e, conseqüentemente, pela sua prática final no espaço escolar. Com essa compreensão, buscaremos estabelecer uma relação entre a Educação Patrimonial no ambiente da escolaridade e contribuição dessa prática pedagógica na perspectiva da construção de uma lógica e constructo do turismo cultural.

Para justificar a ênfase no aspecto educacional, salientamos que o foco da nossa pesquisa é abordar os moradores de modo geral da comunidade do Córrego do Ouro. Entendemos que o segmento dos estudantes compõe uma faixa estratégica, uma vez que percebemos que o processo educacional perpassa o nosso objeto de pesquisa.

Ainda para Horta, Grunberg & Monteiro (1999, p.6) a Educação Patrimonial, em suas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania. Conseqüentemente gera a responsabilidade na busca, na valorização e preservação do Patrimônio, seja ele público ou privado. De acordo com essa lógica, vale salientar que:

A Educação Patrimonial possibilita o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio e isso significa dizer que esses aspectos são fatores indispensáveis para o processo de preservação sustentável desses bens, assim como contribui de forma determinante para o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA; GRUNBERG & MONTEIRO, 1999, p.6).

Assim, percebe-se que o estabelecimento de uma prática de Educação Patrimonial no seio de uma comunidade contribui para o fortalecimento das relações sociais, comunitárias, e, sobretudo, na perspectiva da cidadania. Diante dessa lógica, o conceito da comunidade cívica contribui de forma determinante no sentido de oferecer as condições favoráveis para a ocorrência dessa apropriação consciente do bem patrimonial público, o que pode ser traduzido pela prática efetiva e exitosa da Educação Patrimonial. É necessário compreender que, para chegarmos a um nível de sensibilização e mobilização de uma comunidade, é fundamental considerar alguns estágios de organização e mobilização dessas comunidades.

Essas considerações nos remetem à compreensão do conceito da comunidade cívica, e, como tal, recorreremos a Putnam (1996, p.177), que se refere a uma configuração social onde se identifica a existência de uma relação de confiança, normas, procedimentos, atitudes e sistemas para potencializar a eficiência das relações sociais, contribuindo, assim, para as ações dessa sociedade. A interação desses aspectos contribui para a configuração da denominada comunidade cívica, provocando o empoderamento dessa comunidade. Quanto mais ocorre o desenvolvimento desse capital social, mais a sociedade se fortalece enquanto comunidade social, baseando-se, sobretudo, numa forte relação de confiança e de cooperação.

Seguindo essa lógica Putnam (1996, p.177) afirma que o capital social possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção das relações democráticas. Sendo assim, de acordo com essa lógica, as fortes relações sociais e políticas entre os indivíduos se refletem numa consistente estrutura que possibilita o amadurecimento no que se refere à participação do indivíduo na vida comunitária, configurando um cenário bastante favorável, o qual contribui para o exercício avançado da cidadania.

Mais recentemente, Grunberg (2007, p.5), em publicação no IPHAN, defende o conceito de Educação Patrimonial enquanto processo permanente e sistemático de educação que tem como referência o patrimônio cultural.

Em que pese reconhecer a prática da Educação Patrimonial com essas características, é fundamental que se reflita sobre a inserção dessa modalidade de educação no ambiente escolar, uma vez que se observam empiricamente

alguns requisitos com relação ao corpo docente, especialmente que ele esteja capacitado, o que implica na revisão dos seus conceitos e preconceitos. É necessário que repensem as suas posturas frente a essa proposta pedagógica, uma vez que essa prática de educação requer condutas e posicionamentos que perpassam pela visão de mundo e formação de cada docente, o que significa dizer que é um processo desafiador para o docente e para os gestores da educação.

Essa reflexão é pertinente na medida em que verificamos a necessidade de ter um corpo docente com uma atuação condizente com o que está sendo proposto como prática pedagógica para a sala de aula, o que contribui na valorização do processo de ensino aprendizagem e que resulta, por conseguinte, em qualidade de ensino.

Concluimos, portanto, que, na medida em que se tenham professores capacitados, teremos conseqüentemente, um corpo docente em condições de interpretar e de contribuir para significar a prática da Educação Patrimonial no ambiente escolar. Como salienta Murta & Goodey (2002):

A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização, De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística (MURTA & GOODEY, 2002).

Contudo, Fratini (2009, p.2) pondera que a inserção da prática da Educação Patrimonial no ambiente escolar ocorre de forma ainda muito limitada e tímida, o que pode ser atribuído à falta de incorporação dessa proposta pelos gestores escolares e professores, bem como à resistência no sentido de absorver esse enfoque na sua prática pedagógica, ora por conta da formação, ou em decorrência de preconceitos.

Embora muitos avanços tenham sido alcançados nos diferentes segmentos do patrimônio que trabalham com essa prática, ainda há muito a ser desenvolvido. A área carece de estudos e a literatura nacional sobre o assunto pode ser ainda muito ampliada por professores, com produções no âmbito da educação; e no âmbito patrimonial, por especialistas nas diversas áreas que tangem o patrimônio histórico-cultural. O número de projetos e experiências com Educação Patrimonial, conforme consta, é ainda pouco expressivo. (FRATINI, 2009, p.2)

Com relação à Educação Patrimonial, salientamos que o IPHAN concebe essa prática como processos educativos norteados pela construção coletiva do conhecimento, pela interação entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades, que, por sua vez, são detentoras das diversas referências culturais. Nesse sentido, abrir canais de interlocução e contar com a efetiva participação da comunidade é de fundamental importância para a construção da cidadania, particularmente quando se trata na dimensão do cultural. Percebe-se, portanto, que ainda há muito a ser feito com relação à inserção da Educação Patrimonial no que se refere ao ambiente escolar e à sociedade de modo geral.

Outro marco legal que vem contribuindo para possibilitar a prática da Educação Patrimonial, especialmente no que diz respeito a um novo entendimento do patrimônio enquanto conceito, foi a publicação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, referente ao Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que prevê a constituição do patrimônio cultural brasileiro e cria também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em que pese esse decreto ter sido bastante oportuno, busca-se também regulamentar o artigo 216 da Constituição Federal.

Para Laraia (2004, p.12), o mencionado decreto é publicado com mais de seis décadas de atraso, uma vez que, Mário de Andrade, o mentor do anteprojeto que previa a criação do antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que corresponde hoje ao atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), já evidenciava a sua preocupação pelas formas de manifestações culturais consideradas imateriais.

Para ilustrar essa observação, Laraia (2004, p.13) cita que Mário de Andrade, ao produzir um texto intitulado “O Turista Aprendiz”, ressalta aspectos que aparentemente poderiam ser simples, pitorescos, ou aspectos da vida cotidiana, mas que à luz do Decreto nº 3551 de 2000 apresenta um contexto que traduz um cenário cultural relevante:

É o caldo de cana, os sorvetes coloridos de Belém, o repicar da viola, a semostração da carioca, o bumba-meu-boi etc. Ele (Mário de Andrade) nos mostra a cultura brasileira como uma reinvenção de traços africanos, europeus e indígenas. Um sistema dinâmico que não é apenas a soma da herança estática de diferentes tradições (LARAIA, 2004, p.13).

As conjunções dessas influências culturais que ocorreram ao longo desses cinco séculos de convivência e contradições contribuíram de forma determinante para que hoje o Brasil construa uma cultura rica e criativa, mas, ao mesmo tempo, representando um reflexo das contradições sociais e econômicas do povo brasileiro.

É nesse ambiente que se objetiva reforçar a construção de posturas de cidadania. Reforçando essa lógica, Tabosa (2011, p.24) afirma que as discussões em torno do tema patrimônio, seja ele material ou imaterial, vem provocando uma abertura com novas perspectivas, sobretudo no que se refere à utilização como instrumento na prática educacional e de cidadania. Corroborando também com essa linha de pensamento, Targino (2007, p.27) afirma que não se pode pensar em educação sem pensar em patrimônio, o que demonstra que esses dois conceitos andam intrinsecamente juntos e, pela própria natureza, se complementam e, por sua vez, desaguam em torno dos aspectos e da produção da cultura.

Diante dessa lógica, iniciativas heroicas no âmbito das organizações não governamentais, grupos artísticos ou iniciativas individuais, vêm comprovando essa realidade.

E para exemplificar, o Boi de Seu Teodoro, iniciativa do maranhense Teodoro Freire, que em 1962 mudou-se do Rio de Janeiro para Brasília e trouxe efetivamente essa tradição para a Capital da República. Segundo Amorim (2012, p.97), em 1961, “seu Teodoro” foi convidado para trazer o Boi da cidade do Rio de Janeiro para comemorar o primeiro aniversário de Brasília, e, uma vez se instalando na capital da República, o “seu Teodoro” buscou apoios diversos, sobretudo dos parlamentares:

O grupo de Seu Teodoro sempre teve o apoio dos deputados distritais do Distrito Federal, com emendas parlamentares que ajudavam no financiamento da realização da festa, mas sempre manteve o folgado com muitas dificuldades financeiras, fazendo dívidas e contando com a boa vontade de vizinhos, amigos e políticos. Hoje, o Centro de Tradições Populares tem cerca de 70 brincantes, cuja metade é descendente de maranhenses. Além das apresentações de bumba meu boi, também apresenta o tambor de crioula e comemora as festas de São Sebastião e São Lázaro, entre outras datas. (AMORIM, 2012, p.97-99).

Apesar das limitações para manter uma iniciativa cultural desse porte, vale salientar também o espírito de empreendedorismo social do “Seu Teodoro”, grande mestre da cultura popular que soube preservar a cultura do Bumba-meu-boi em Brasília.

Além dessas iniciativas individuais, como tantas outras existentes no país, o Estado Brasileiro vem buscando inserir comunidades, sobretudo, a comunidade escolar, com relação ao conhecimento das manifestações culturais no contexto e no espaço da educação, e, nesse sentido, vale ressaltar a iniciativa do governo federal, através do Ministério da Cultura e da Educação, que instituiu o Programa Mais Cultura na Escola, em outubro de 2007. Nesse programa, o Estado coloca a cultura como indutor estratégico para o desenvolvimento e formação do jovem estudante brasileiro, contribuindo, assim, para mitigação da pobreza e do desequilíbrio da sociedade brasileira¹².

Outro exemplo de âmbito federal é o Plano Nacional de Cultura (2012, p.212), que estabelece a formulação de políticas públicas relacionadas à cultura. Esse plano perpassa não só pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas também garante o acesso do cidadão brasileiro a esse patrimônio¹³.

Torna-se evidente, portanto, por parte do Estado brasileiro, uma preocupação da prática cultural enquanto estratégia para a preservação e

¹² Lançado em outubro de 2007, o programa Mais Cultura representa o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto. Com a criação do programa, o Governo Federal incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social – com status de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e a desigualdade social. Essa é, portanto, uma das mais importantes conquistas do Ministério da Cultura e de todos os brasileiros – um programa pautado na integração e inclusão de todos segmentos sociais, na valorização da diversidade e do diálogo com os múltiplos contextos da sociedade brasileira. Na perspectiva de cooperação, articulação e integração, o Ministério da Cultura estabelece parceria com ministérios, bancos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil, além de assinar acordos com governos estaduais e municipais para a implementação das ações do Mais Cultura. O Programa Mais Cultura se estrutura em três dimensões articuladas entre si: Cultura e Cidadania, Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Todas as ações do Mais Cultura buscam a ampla participação da sociedade civil e dos poderes públicos. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>

¹³ O Plano Nacional de Cultura estabelece princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais, inclusive aquelas até então desconsideradas pela ação do estado no País. Para destacar outras medidas previstas no referido documento, salientamos a proteção e promoção da diversidade cultural, assim como a preservação do patrimônio material e imaterial. Fonte: Plano Nacional de Cultura, 2012.

conservação dos bens patrimoniais, sobretudo com referência ao ambiente escolar e das comunidades. Apesar de vivermos num país onde o Estado pretende mitigar as desigualdades sociais e econômicas, ainda são evidentes situações de precariedade e desinformação. Por conseguinte, é fundamental que os entes institucionais busquem desenvolver ações integradas que envolvam o ambiente escolar e as comunidades para o desenvolvimento de ações que visem a preservação do bem patrimonial, sejam elas ações no campo educacional e/ou cultural que possibilitem a construção de atitudes cidadãs. Nesse sentido, corroborando com essa lógica, Tabosa (2011, p. 24) faz a seguinte afirmação:

As discussões contemporâneas têm indicado um novo horizonte para o tema, à medida que os monumentos históricos e o patrimônio imaterial são considerados ferramentas educacionais propulsoras da cidadania (TABOSA, 2011, p. 24).

Nessa mesma perspectiva e reafirmando essa linha de pensamento, Targino (2007, p.37) destaca que não há possibilidade de pensar na prática educacional fora do contexto do campo patrimonial. Isso significa dizer que a educação caminha intrinsecamente com a cultura, ou seja, a educação perpassa pela dimensão cultural.

Nesse sentido, busca-se uma observação que foi salientada por Lima (1984, p. 90) quando, ao refletir sobre as considerações de Paulo Freire sobre a relação da Comunicação com a Cultura, destaca que o referido autor atribuía ao conceito antropológico de cultura um processo que possibilita ajudar a pessoa analfabeta a superar a sua compreensão mágica ou ingênua da realidade e poder desenvolver sobre essa realidade um entendimento cada vez mais crítico. Ainda sobre esse raciocínio, é fundamental salientar que o papel do ser humano deve ser no mundo e não com o mundo. Vale destacar que essa observação coloca o ser humano numa condição de indivíduo transformador e partícipe do mundo e não simplesmente um ser submisso e alheio ao ambiente em se encontra inserido.

Fica evidente, portanto, que, num contexto de diversidades, sejam elas no âmbito social ou cultural, a Educação Patrimonial assume uma importância estratégica como ferramenta nesse processo, uma vez que procura atuar na

perspectiva de formar cidadãos conscientes dos seus valores e das suas referências de origens.

Considerando essa lógica, a educação patrimonial perpassa pela dimensão da educação e da cultura, e, conseqüentemente, pela construção da cidadania, assim como pelas possibilidades de contribuir para a inserção da localidade no processo do turismo cultural. Corroborando com essa ideia, Tabosa & Seabra (2012, p.78) traz uma significativa contribuição quando se refere que:

A Educação Patrimonial é um processo interdisciplinar que se propõe a levar à tona as questões relativas ao “*patrimônio cultural*”. É também um processo que se aplica para além das paredes das salas de aula ou dos muros das escolas, já que envolve diretamente a sociedade e sua percepção de o que são e o que os representa. O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações e representações de um grupo. É, portanto, algo construído por esse grupo e é exatamente por isso que se faz necessário o envolvimento da sociedade. É a sociedade quem define o que é importante para si, o que detém valor para determinado grupo. É necessária a identidade do grupo com os seus *bens culturais*, caso contrário estes bens se perderão com o passar do tempo e com a alternância das gerações (TABOSA & SEABRA, 2012, p.78).

Em que pese o reconhecimento da importância da prática da Educação Patrimonial nas escolas, ainda é incipiente a sua inserção nesses espaços e, conseqüentemente, na sociedade como um todo. Com referência a esse aspecto, Fratini (2009, p.2) chama atenção quando reafirma as limitações que essa prática educacional ainda apresenta nos espaços escolares, conforme a seguinte observação:

No Brasil, a Educação Patrimonial começou a ser discutida na década de 1980, ou seja, recentemente. Embora muitos avanços tenham sido alcançados nos diferentes segmentos do patrimônio que trabalham com essa prática, ainda há muito a ser desenvolvido. A área carece de estudos e a literatura nacional sobre o assunto pode ser ainda muito ampliada por professores, com produções no âmbito da educação; e no âmbito patrimonial, por especialistas nas diversas áreas que tangem o patrimônio histórico-cultural. O número de projetos e experiências com Educação Patrimonial, conforme consta, é ainda pouco expressivo (FRATINI, 2009, p. 2).

Apesar das limitações que giram em torno da prática da Educação Patrimonial no âmbito do espaço escolar e das comunidades, como bem se

referiu o citado autor, vale ressaltar que é imprescindível a realização de estratégias que possibilitem a inserção dessa modalidade de educação nesses espaços, no sentido de contribuir para uma prática educacional mais consequente no sentido e na possibilidade de construção da cidadania.

2.3. O Turismo Cultural

Para perceber a prática do turismo no século XXI, é fundamental compreender os primórdios desse fenômeno, que é fruto da modernidade e que, segundo Menezes (2004, p.39), surge num processo de grandes transformações tecnológicas, políticas e culturais que ocorreram marcadamente no continente europeu.

Dois exemplos emblemáticos foram a fase pós Revolução Francesa e em seguida a Revolução Industrial. Nesse sentido, vale salientar também o clima e o ambiente artístico e cultural que predominava no continente europeu, em especial a relevância do Romantismo, que entre outros movimentos artísticos ocorridos ao longo do século XIX, contribuiu para a criação das condições efetivas para o surgimento da prática do turismo.

Segundo Santos (1997, p.126), por conta do intenso processo de industrialização e do processo revolucionário francês, o continente europeu vivia um clima de fortes mudanças sociais, políticas e culturais. É nesse cenário que a estética romântica surge na perspectiva de valorização dos sentimentos e da imaginação como princípios da criação artística, além de valorizar o sentimento do presente, o nacionalismo e a natureza. É uma estética que vai sensibilizar o indivíduo para que este estabeleça uma relação com o ambiente em que está inserido, seja baseada numa relação social, política ou como um ser integrado ao meio natural.

Contribuindo para essa reflexão, Menezes (2004, p.38) observa que havia nesse período escritores e jornalistas que, inspirados pelos ideais da literatura romântica, assumiram um papel fundamental em prol da luta pela preservação do bem patrimonial conforme a seguinte constatação:

Essa literatura romântica fundamenta-se, sobretudo, na busca de evasão – no sonho, no passado, no exotismo e no fantástico

– e traz consigo o valor da história e de suas construções frente a valores novos do capitalismo industrial. É de se notar que esses escritores, alguns com função jornalística, empreenderam campanhas para a recuperação ou contra a demolição de edifícios e monumentos do passado (MENEZES, 2004, p.38).

Observa-se, portanto, que o Romantismo teve um papel importante no que se refere à valorização da memória e da preservação do passado na Europa, o que contribuiu para compor um cenário favorável ao surgimento do turismo.

Diante desse contexto, Meneses (2004, p.39) salienta que o turismo moderno se insere, essencialmente, como uma prática caracterizada pelo aspecto cultural, o que significa dizer que o turismo nasceu num contexto em que o aspecto cultural predominava no continente europeu. Esse aspecto marcou, de forma significativa, a vida do habitante desse continente. No entanto, em que pese o surgimento do turismo com essas características, e a despeito de uma setorização que ocorreu posteriormente no setor do turismo e para atender os interesses de mercado, o atrativo formado pelo trinômio artístico-histórico-cultural ainda é uma marca importante, essencial e predominante para o setor, mesmo no período da pós-modernidade.

Apesar do crescimento mundial no século XX, esse processo de ampliação de mercado turístico contribuiu para o surgimento de novas formas de se fazer turismo. Ocorreu principalmente uma preocupação do mercado na segmentação, como salienta Costa (2009, p.38):

Foi a partir do final da década de 1980, e principalmente na Europa, que o turismo cultural obteve maior atenção, com a ampliação da oferta de recursos culturais estruturados para atrair e receber visitantes (disponíveis para o grande público de massa por meio de uma profusão de pacotes turísticos) e um crescente corpo de literatura específica devotando-se ao assunto (COSTA, 2009, p. 38).

Em que pese existir vários conceitos do turismo cultural, estes podem enfatizar determinados aspectos ou serem, inclusive, formulados de forma, imprecisa. O que chama atenção de Costa (2009, p.39) nesse sentido é que:

Um conceito mais completo de turismo cultural deve ser construído considerando-se também uma análise mais ampla das motivações de seus participantes, das características de seu objeto e de seu público, da interatividade ou vivência de

experiências culturais e das possíveis inter-relações com a preservação e a educação por meio do patrimônio cultural (COSTA, 2009, p.39).

No entanto, oficialmente, segundo o Ministério do Turismo (s/d, p. 13) e conforme publicação no documento intitulado Marcos Conceituais, o conceito adotado para o Turismo Cultural é que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Ainda no âmbito da compreensão oficial, segundo as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural do Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), chamamos atenção para que a vivência histórica das comunidades seja valorizada pelo turismo, pois, além de enriquecer a experiência do turista, ela reforça o sentimento de pertencimento dos moradores da localidade.

Ainda no plano das instituições oficiais, a ideia do turismo cultural, concebida pelo Sebrae/NA (2010, p.14), prevê a compreensão de uma prática de turismo que tem a paisagem urbana, privilegiando especificamente o patrimônio histórico-cultural, como atrativo, conforme o seguinte conceito:

O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (SEBRAE/NA, 2010, p.14).

É fundamental ressaltar que a cultura deve estar inserida no dia a dia do indivíduo e da comunidade, ou seja, isso quer dizer que a manifestação cultural, qualquer que seja ela, deve estar inicialmente à disposição e a favor das comunidades. Sendo assim, os recursos culturais devem estar inseridos de forma natural na vida comunitária, e, em seguida, por consequência, estar à disposição do turista como atrativo turístico.

Esses conceitos nos parecem um tanto reducionistas, uma vez que existe uma ênfase no elemento significativo do ponto de vista do patrimônio histórico em detrimento aquele patrimônio que tem significado e referência histórica para a comunidade, mas que, no entanto, não tem a mesma consideração e tratamento que outros elementos patrimoniais. Canclini (1994) afirma que a escolha do patrimônio histórico está diretamente relacionada com

os interesses de classe, uma vez que vivemos numa estrutura de classe social estratificada. Outro aspecto percebido nesse conceito, é que ele não perpassa pelo conceito de cidadania, e, nesse sentido, achamos que a inserção dessa categoria é de suma importância para valorizar e dar sentido ao turismo cultural, o que implica dizer que é necessário agregar aspectos como respeito às referências culturais, às identidades, ao bem público, à diversidade cultural, à ancestralidade, entre outros, e não simplesmente conhecer por conhecer o exótico, o diferente sem a percepção de vínculos e referências.

Diante dessa consideração, busca-se compreender o turismo cultural como um fenômeno que privilegia num sentido mais amplo o patrimônio cultural que exerce uma referência e, ao mesmo tempo, assume um significado para a comunidade, especialmente para o indivíduo, contribuindo, assim, para a sua inserção na possibilidade de cidadania. É com essa compreensão que concebemos a dimensão da cidadania e do turismo cultural com relação à Folia do Divino Espírito Santo enquanto patrimônio cultural das comunidades localizadas na APA de Cafuringa, especialmente na comunidade rural do Córrego do Ouro.

É fundamental contar com a reflexão de Almeida (2011) para essa discussão, uma vez que ela identifica o turismo como prática social e estabelece sua relação com o patrimônio cultural. Essa conjunção, por sua vez, contribui para a configuração de uma paisagem cultural e, nesse sentido, vale observar que devem ser consideradas as devidas peculiaridades da comunidade, quer sejam locais ou regionais, quer sejam no âmbito da cultura, da religião, da política, da economia.

Considerando esses aspectos, concordamos com a citada autora quando ela afirma que o processo de inserção das estratégias e dos mecanismos provenientes do fenômeno do turismo nos espaços, inevitavelmente, provoca alterações de diversas ordens e em dimensões variadas na paisagem local. Esse processo de incorporação desses espaços para o turismo provoca conseqüentemente o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, sobretudo do mundo simbólico. Esse potencial patrimonial desperta interesses de mercado e, conseqüentemente, possibilita oportunidades de negócios.

O cenário por ora desenhado pode contribuir para transformações e mudanças na perspectiva de uma vida digna, o que implica em melhoria nos padrões dos serviços públicos, como saneamento básico, educação e saúde, possibilitando a todos uma vida comunitária valorizada e com dignidade e cidadania. E é com esse intuito, contando com os entes públicos, uma vez sensibilizados, é que se podem vislumbrar possibilidades de inserção dessa localidade num projeto de turismo cultural, agregando valor, sobretudo de serviços e de infraestrutura a essa paisagem cultural. A comunidade rural do Córrego do Ouro é uma área caracterizada pela baixa renda e desassistida pelos poderes públicos; contudo, identifica-se, na comunidade em questão, a configuração de uma paisagem cultural, não só pela presença da Folia do Divino Espírito Santo, mas também pela constatação de um patrimônio significativo para a localidade, a exemplo da tradição da dança da Catira, pelas rodas de Violeiros e do artesanato em corda, entre outras manifestações culturais.

2.4. A cidadania no constructo do Turismo Cultural

Para fazer uma referência do conceito de cidadania ao nosso objeto de estudo, é fundamental tecer algumas reflexões sobre os primórdios e evolução dessa categoria na contemporaneidade.

Atribui-se a origem desse conceito na Antiguidade Clássica, quando, na sociedade grega, predomina a estrutura da pólis grega, ou cidade-estado. Segundo Couvre (1998, p.16), a cidadania está relacionada ao processo de surgimento da vida na cidade grega, que se baseia na capacidade dos homens terem os seus direitos e deveres de cidadão, o que significa dizer que os homens livres traziam pra si a responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. As questões referentes à vida da *polis* eram decididas mediante ao uso da palavra e sem persuasão nem violência. Essa prática, baseava-se No espírito da democracia, contudo, esse exercício era restrito, pois incluía somente os homens livres, deixando conseqüentemente de fora desse processo as mulheres, crianças e escravos.

Apesar de escravistas, tanto a sociedade grega quanto a romana vivenciaram o exercício da cidadania, mesmo num sentido restrito, ou seja, contemplando somente os homens livres dessas sociedades.

Realizando um corte no espaço e no tempo histórico, nos deparamos com o período do feudalismo, que se estende do século V ao século XIII, quando esse conceito refluíu por conta do poder da Igreja Católica, juntamente com a Realeza. Segundo Couvre (1998, p.17), as revoluções burguesas se colocaram contra as estruturas feudais e posteriormente levaram a burguesia ao poder, consolidando, assim, o Estado Burguês, através da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, e da Revolução Francesa, no final do século XVIII. O estabelecimento das Cartas Constitucionais e a efetivação do Estado de Direito consolidaram a ordem jurídica para a construção dos caminhos para o exercício da cidadania. No entanto, esse processo foi coroado logo após a II Guerra Mundial, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, pela Organização das Nações Unidas, (ONU).

É um conceito que se encontra nos programas dos governos democráticos e que se apresenta também na pauta de reivindicação dos sindicatos ou dos diversos movimentos sociais, ora lutando por melhores salários e melhores condições de trabalho, ora lutando por saneamento básico, saúde, fim da discriminação sexual e racial.

Em 1988, o Brasil avançou do ponto de vista político e histórico, quando promulgou a sua Carta Magna, considerada uma Constituição Cidadã, segundo palavras do Deputado Ulisses Guimarães. Na época da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou o referido documento, já se podia ver os avanços. Além de apresentar um conteúdo que preservava a propriedade, o documento possuía no seu corpo significativos avanços e medidas que representavam um avanço em prol do cidadão, especialmente para a prática da cidadania.

Em que pese Ferreira (1999) publicar no seu dicionário *Aurélio*, que “ser cidadão é ter e exercer a cidadania; gozar dos direitos civis e políticos; cumprir os deveres que temos para com o Estado e com a comunidade”, a condição de ser cidadão é muito mais ampla, e tem outras implicações e aspectos a serem considerados.

Em que pese ser um conceito muito amplo, é fundamental lembrar que vivemos numa estrutura de sociedade estratificada, e, como tal, buscamos uma

contribuição bastante pertinente para essa discussão. Couvre (1998, p.8) pondera e, ao mesmo tempo, questiona o tipo de cidadania a que nós devemos nos referir:

Mas de que cidadania fala cada um desses grupos sociais, personagens que ocupam posições tão diferentes na sociedade? Alguns deles têm acesso a quase todos os bens e direitos; outros não, em virtude do baixo salário e do não direito à expressão, à saúde, à educação, etc. O que é cidadania para uns e o que é para outros? É importante apreender de que cidadania se fala (COUVRE, 1998, p 8).

Como acompanhamos nos parágrafos anteriores o processo de surgimento desse conceito nas sociedades da Antiguidade Clássica, o resgate desse conceito na condição de categoria no bojo das revoluções burguesas, sua contribuição para a ascensão do capitalismo e como inspiração das idéias iluministas, percebemos um longo período histórico na efetivação dessa ideia, e, como tal, concluímos que ainda vivenciamos no nosso dia a dia esse processo. Para corroborar com essa lógica, buscamos uma reflexão em Gastal & Moesch (2007, p.31), que trazem a seguinte contribuição:

A cidadania se desenvolveria junto ao capitalismo que a gerou e à consolidação do Estado-nação, mas também em conjunto com as ideias iluministas universalistas, ou seja, uma concepção dos países hegemônicos ocidentais, na qual as diferenças locais das periferias do capitalismo caberiam com certa dificuldade. Daí a necessidade de estarmos atentos ao seu exercício, pois, como será visto adiante, a cidadania é, antes de tudo, a construção da cidadania (Gastal; Moesch, 2007. p.8).

Diante dessas ponderações, observamos que é fundamental pensar em um conceito de cidadania considerando o modelo de estrutura de sociedade que vivemos. Ao mesmo tempo, também é importante levar em conta que esse conceito não está pronto e acabado, mas se encontra num processo de construção e de aprimoramento. Sendo assim, o conceito de cidadania depende do segmento social ao qual está vinculado esse processo de construção e de exercício, o que significa dizer que a cidadania é um processo de conquistas, e, sobretudo, de luta.

No que tange à prática da cidadania, outra contribuição de Gastal & Moesch (2007, p.31) para esse debate vem no sentido de compreender especificamente o seu exercício, e, nesse sentido, temos que compreender que

essa expressão não se resume simplesmente ao direito que o cidadão tem de votar, mas, na realidade, é um conjunto de condições que contempla os direitos civis, políticos, sociais e culturais. Tais direitos, por sua vez, devem contemplar plenamente o conjunto da sociedade, e não uma parcela ou segmento social. Uma vez que o cidadão tem esses direitos contemplados, podemos afirmar que efetivamente acontece o exercício da plena cidadania.

Vale aqui destacar que a inclusão e o reconhecimento dos direitos culturais é um avanço significativo, mesmo que esses direitos sejam muitas vezes esquecidos e relegados a um segundo plano nas pautas governamentais ou mesmo até desconhecidos pela sociedade civil.

Outro aspecto relevante e pertinente para o nosso objeto de estudo, segundo Gastal & Moesch (2007, p.35) é em que medida o conceito de cidadania se relaciona à identidade cultural, e se esta, por sua vez, se encontra diretamente vinculada com o espaço em que o cidadão está inserido, seja ele em um país, em uma cidade ou em um bairro.

Considerando os aspectos aqui relatados, observamos que a condição da cidadania cultural perpassa pela prática da Educação Patrimonial, o que implica por sua vez, no conhecimento crítico e na apropriação consciente pelo cidadão e pelas comunidades do seu patrimônio cultural, pois essas são condições fundamentais para que ocorra esse processo, o qual, por sua vez, deve acontecer a partir de uma articulação em conjunto entre o Estado e a sociedade civil. A interação desses dois segmentos deve ocorrer mediante o cumprimento de ações sistematizadas que contemplem as seguintes etapas: preservação, proteção e valorização do bem patrimonial, seguidos pela consolidação da identidade e o exercício da cidadania cultural.

Do ponto de vista oficial, as metas do Plano Nacional de Cultura a compreendem como um direito básico do cidadão, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o referido plano concebe a cultura como:

[...] mais um dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e lazer. Assim, os direitos culturais devem ser garantidos com políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da

memória cultural (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2012, p, 16).

Ressaltamos que a inserção da cultura, no âmbito da cidadania, na nossa Carta Magna, significou um grande avanço, na medida em que no mencionado documento devem ser previstas políticas públicas efetivas no sentido de possibilitar a participação do cidadão na vida cultural, assim como o acesso às diversas linguagens artísticas, entre outras políticas, a exemplo do Vale Cultura. A partir dessas políticas de governo, constroem-se e ampliam-se as possibilidades de implantação do conceito de cidadania cultural no país.

Considerando esses aspectos já apresentados, essa dissertação se propõe identificar atitudes, comportamentos e posturas que denotam o exercício da cidadania cultural com relação à Folia do Divino Espírito Santo enquanto prática social e assumida enquanto expressão religiosa e cultural, pelas comunidades rurais da região, particularmente do Córrego do Ouro.

O CÓRREGO DO OURO E A FOLIA DO DIVINO

3. Características gerais da região e da comunidade do Córrego do Ouro

O Brasil é um país com oito milhões e meio de quilômetros quadrados e possuidor de um rico potencial natural. Essa extensão continental revela uma exuberante diversidade natural e cultural, com as suas fragilidades, beleza e potencialidades. Diante dessa riqueza e variedade de recursos naturais, é necessário o estabelecimento de uma legislação específica que busque a proteção dessas áreas e do seu potencial natural.

Essas áreas, especialmente os parques, as florestas e as reservas particulares do patrimônio natural, vêm se tornando espaços com potencial para serem inseridos no turismo, evidenciando, assim, diversas possibilidades ao indivíduo de experiência e vivência com o meio natural. Experiências que estão cada vez mais sendo distanciadas dele por conta da urbanidade e do ritmo acelerado de vida.

A busca pelo resgate do contato do homem com o meio natural fez com que houvesse a criação do conceito de Unidade de Conservação, que, segundo Rocktaeschel (2006, p.51) está vinculado a alguns aspectos, como:

Com o desenvolvimento da ciência, destruição da natureza e a busca cada vez maior do resgate do contato com a natureza, e a visita a essas áreas protegidas tem desempenhando papel importante na definição de novas UCs e suas modalidades (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 51).

Em decorrência dessa demanda, o governo federal criou a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que criava um marco legal com procedimentos para a criação, implantação e gestão das chamadas Unidades de Conservação. Em seguida, dois anos depois, essas áreas foram regulamentadas através do Decreto nº 440, de 22 de agosto de 2002, quando se disponibilizou, à sociedade brasileira, meios legais para a manutenção da conservação e o manejo baseado em critérios da sustentabilidade dos recursos naturais do Brasil, segundo Rocktaeschel (2006, p.52).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação estruturou as Unidades de Conservação em dois grupos: Unidades de proteção integral e Unidades de uso sustentável.

As Unidades de proteção integral são aquelas áreas, segundo Rocktaeschel (2006, p. 53):

cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção os casos previstos em lei, enquanto que as Unidades de uso sustentável, segundo a legislação, são unidades que têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais (ROCKTAESCHEL, 2006, p.53).

Quanto às unidades de proteção integral, podemos enumerar as seguintes categorias: Estação ecológica (EE); Reserva biológica (RB); Parque nacional (PN) Parque estadual (PE) e Parque natural municipal (PNM).

Com relação às unidades de uso sustentável que reúnem as citadas características, podemos elencar as seguintes categorias: Área de relevante interesse ecológico (Arie), Floresta nacional, estadual ou municipal (Flona), Reserva extrativista (Resex), Reserva de fauna, Reserva de desenvolvimento sustentável, Reserva particular do patrimônio natural (RPPN) e as Áreas de proteção ambiental (APAs)

Segundo Rocktaeschel (2006, p.55) as áreas de proteção ambiental se apresentam com determinadas peculiaridades: além de considerar a ocupação humana, procura-se manter a qualidade de vida e o bem-estar das populações na localidade. São áreas que tem como objetivos básicos proteger a sua diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação do solo e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. E, para que isso ocorra, é necessário o estabelecimento de um estatuto disciplinar. Essas áreas são constituídas por terras públicas e privadas e, em se tratando de uma área particular, o proprietário é o agente quem deve estabelecer as condições para visitação e pesquisa de acordo com as exigências previstas em legislação específica.

Corroborando com essa lógica, para Peluso & Cândido (2006 p.98) reafirma que os objetivos básicos de uma área de proteção ambiental é estabelecer critérios legais para proteger a diversidade biológica, assim como

disciplinar o processo de ocupação pelo homem e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais locais, o que, por si, torna essa área frágil e merecedora de tratamento legal.

Do ponto de vista local, é importante que se observe que, no Distrito Federal, foram instituídas seis áreas de proteção ambiental, sendo três pela administração federal, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), quais sejam: APA da Bacia do rio São Bartolomeu, APA da bacia do rio Descoberto e APA do Planalto Central – e três criadas pela administração do Distrito Federal, que são: APA de Cafuringa, APA do Lago Paranoá e APA das bacias do Gama e Cabeça de Veado. (Figura 8).

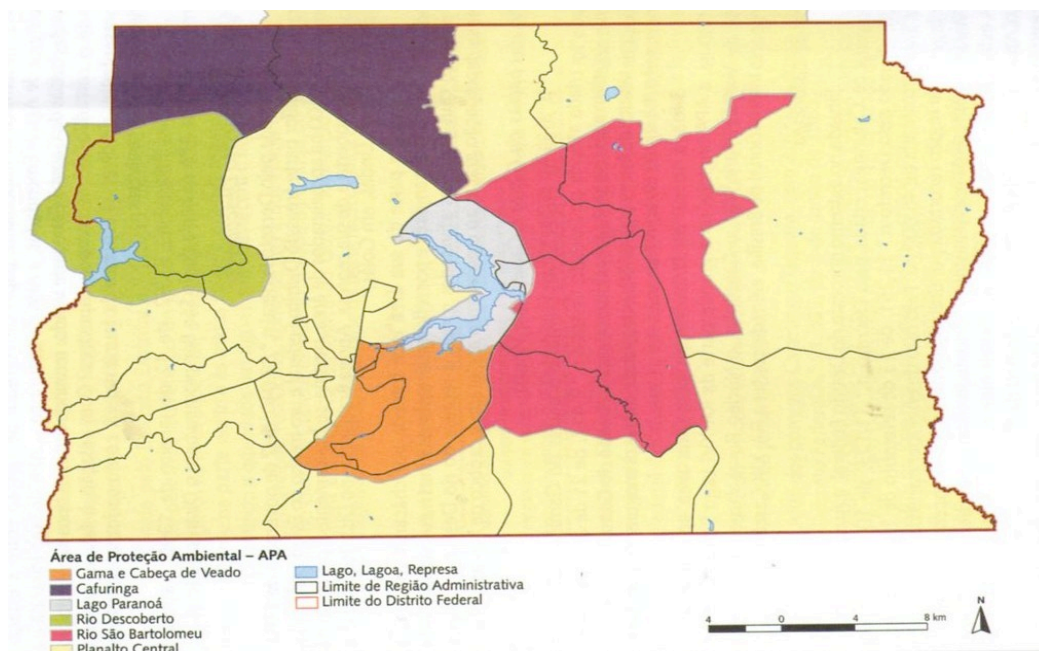


Figura 8 – Distrito Federal – Áreas de Proteção Ambiental.
Fonte: APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF.

A Área de Proteção Ambiental de Cafuringa está situada, segundo Peluso & Cândido (2006, p.100) no extremo noroeste do Distrito Federal, (Figura 9) e foi criado pelo Decreto nº 11.123, de 10 de junho de 1988, alterada pelo Decreto nº 11.251, de 13 de setembro de 1988, abrangendo uma área aproximadamente de 46.000 hectares.

A Chapada da Contagem está inserida na APA de Cafuringa. A região apresenta-se de forma recortada por drenagens naturais pertencentes à bacia do rio Maranhão e apresenta uma configuração cujo relevo é bastante

acidentado, o que favorece um cenário favorável para a existência de muitas cachoeiras. Nessa Área de Proteção Ambiental estão localizados monumentos naturais significativos: o Poço Azul, a cachoeira de Mumunhas, o Morro da Pedreira, as cachoeiras do córrego do Monjolo e a Ponte de Pedra nas nascentes do ribeirão Cafuringa.



Figura 9 - Localização da APA de Cafuringa.

Fonte: APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF.

Por conter a maior parte das reservas de calcário do Distrito Federal, nessa região estão localizadas inúmeras cavernas, sendo que a mais expressiva delas é a Gruta do Rio do Sal.

A Área de Proteção Ambiental de Cafuringa está localizada nas proximidades da Região Administrativa das cidades da Fercal, de Sobradinho e de Brazlândia, no Distrito Federal. Nessa área de proteção ambiental sobressaem significativos aspectos físicos, destacando aqueles relacionados com a beleza cênica, a fauna e a flora rica e com a existência de um patrimônio cultural bastante significativo, o que perceberemos mais adiante. Nessa área estão inseridas diversas comunidades rurais, por exemplo: da Fercal I, da Rua do Mato, do Catingueiro, do Queima Lençol, do Alto Bela Vista, do Barreiro, de Almecegas, do Taquari, da Boa Vista, do Ribeirão e o do Córrego do Ouro.

O foco do nosso objeto de pesquisa será a referida área de proteção ambiental, localizada no quadrilátero do Distrito Federal. No entanto, a presença de mineradoras e cascalheiras, principalmente na área de

contribuição do Ribeirão da Contagem, e os condomínios já instalados nas bordas da APA, constituem os principais focos potenciais de poluição hídrica dessa região.

Segundo a publicação APA de Cafuringa (2005, p.27), pode-se observar na Figura 2 que mais de 95% dessa área integra a rede de drenagem do Rio Maranhão, importante afluente da Bacia do Rio Tocantins. O restante da APA, menos de 5 % de sua área total, drena para o Ribeirão Sobradinho, que despeja suas águas no Rio São Bartolomeu, constituinte da Bacia do Rio Paraná.

Do ponto de vista histórico – e de acordo com a publicação, considerada como referência documental para essa região, a APA de Cafuringa (2005, p.275) –, o processo de colonização ocorrido na região Centro-Oeste – especialmente no espaço denominado hoje Distrito Federal – ocorreu no interior do Brasil, através da instalação das chamadas “sesmarias fundadoras”. Essa denominação de sesmarias caracterizava as expedições que adentravam no interior da colônia, em meados do século XVIII. Esse processo de colonização contribuiu de forma determinante para a ocupação das terras interioranas e, por conseguinte, para o desenho do país que temos hoje.

Com relação à colonização do Planalto Central do Brasil, seu início foi em 1732, e, segundo Bertran (2006, p.80) observa-se que nesse período foi realizada a abertura de uma picada da Bahia por conta das recém-descobertas minas localizadas na localidade de Pirenópolis. As sesmarias fundadoras tiveram um crescimento econômico significativo, sobretudo a partir de 1736, quando ocorreu a implantação de um sistema de controle maior por parte do poder central – e isso significa dizer, da Coroa Portuguesa – sobre essas áreas, sobretudo com relação ao que era extraído dessa região. Esse controle era feito por meio da instalação dos “registros” instalados após a legalização das estradas que adentravam o sertão. Os “registros” eram conhecidos também como “Contagens”, pois eram locais que tinham o papel de exercer um controle fiscal, onde eram cobrados os tributos de importação sobre os gêneros que entravam nas minas, assim como sobre o ouro que era extraído e transportado para o litoral, o que torna um local de referência histórica no processo de colonização do Planalto Central.

Bertran (2006, p. 82) nos conta ainda que o papel do Posto da Contagem era evitar a atividade do contrabando, prática muito frequente na época. Esse posto era formado pela Casa do Fiel, ocupada por um indivíduo denominado de contador, com vasta experiência em aquilatar as diferentes composições do ouro em pó, rico ou pobre, que devia ser trocado por barra de ouro e moedas na Casa do Fielado. Uma vez estabelecida a densidade do metal, passava-se a sua pesagem em balanças de avançada precisão para época, capazes de registrar até mesmo o peso de um grama de ouro.

Sobre o processo de colonização dessa região, conforme Bertran (2000, p.87) as primeiras sesmarias foram doadas em torno de 1744 a bandeirantes encarregados da missão de expulsar grupos indígenas da região. Contudo, a partir do final do século XVIII, quando ocorreu um processo de decadência do ouro, a agropecuária assumiu o papel de principal atividade econômica. No entanto, em função (APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF, 2005, p.275), das distâncias entre os núcleos povoados, ocorreu a ruralização da economia, o que contribuiu para uma desvalorização das terras e um longo período de inércia na atividade econômica e nos processos de ocupação territorial na região centro-oeste do País.

Mais adiante, já no período imperial, vários movimentos e fatos políticos ocorreram em torno da discussão da transferência da capital do país para o interior e, segundo Mendes (2012, p.12), a exemplo da Confederação do Equador, em 1824; Tiradentes; William Pitt; Veloso de Oliveira; Hipólito José da Costa; José Bonifácio; Holanda Cavalcante; Visconde de Porto Seguro; Lauro Muller, dentre outros. Contudo, durante a Assembleia Constituinte de 1890, o deputado por Santa Catarina, Lauro Muller, apresentou uma proposta que foi inserida na Constituição de 1891, no artigo 3º e que previa a obrigatoriedade da demarcação de um perímetro de 14,4 mil km² no centro do país para a instalação da futura capital federal. Proposta aprovada pela Portaria 114 – que criou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, conhecida como a Comissão Cruls. Essa comissão chegou ao Planalto Central, em junho de 1892 e, segundo Peluso, Cândido (2006, p.38) era composta por 22 profissionais de diversas áreas, dentre os quais, geógrafos, botânicos, higienistas, geólogos e engenheiros, chefiados por Luiz Cruls, belga naturalizado brasileiro e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Essa missão utilizou meios

precários de transportes, como: cavalos, burros e até mesmo caminhando por terras que contemplavam as serras dos Pirineus, das Águas Emendadas e a Chapada dos Veadeiros.

Os resultados produzidos pela Missão Cruls gerou o Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que foi publicado em dezembro de 1894 e apresentou um trabalho detalhado sobre a hidrografia, clima, geologia, topografia, riquezas mineral, florestal, botânica e informações sobre as doenças mais frequentes na região.



Figura 10 – Missão Cruls
Foto - Henrique Morize, fotógrafo oficial da Comissão Cruls.

A partir desse fato, ocorreu uma empolgação com relação ao processo de transferência da capital do país do Rio de Janeiro para a região centro-oeste. No entanto, nas décadas seguintes esse projeto deixou de ser prioridade, sendo retomado nos anos cinquenta, em função do Decreto nº 480, de 20. de abril.1955, que estabelecia que a área do referido quadrilátero para a instalação de Brasília, a futura capital brasileira, foi declarada de necessidade de utilidade pública e de conveniência social. Em novembro do mesmo ano, ocorreu de forma efetiva o início da construção da cidade que posteriormente foi inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 21 de abril de 1960.

A partir da inauguração da nova capital, do ponto de vista da estrutura político-administrativa, o Distrito Federal está organizado em Regiões Administrativas, sendo que Brasília foi a primeira RA – 1 – e vale salientar que, com o passar dos anos, as regiões administrativas mais antigas (Figura 11) foram desmembradas em novas regiões, e, procurando acompanhar também o crescimento e o adensamento populacional, foram criadas novas áreas administrativas, sendo que a última delas foi a RA XXXI da Fercal.

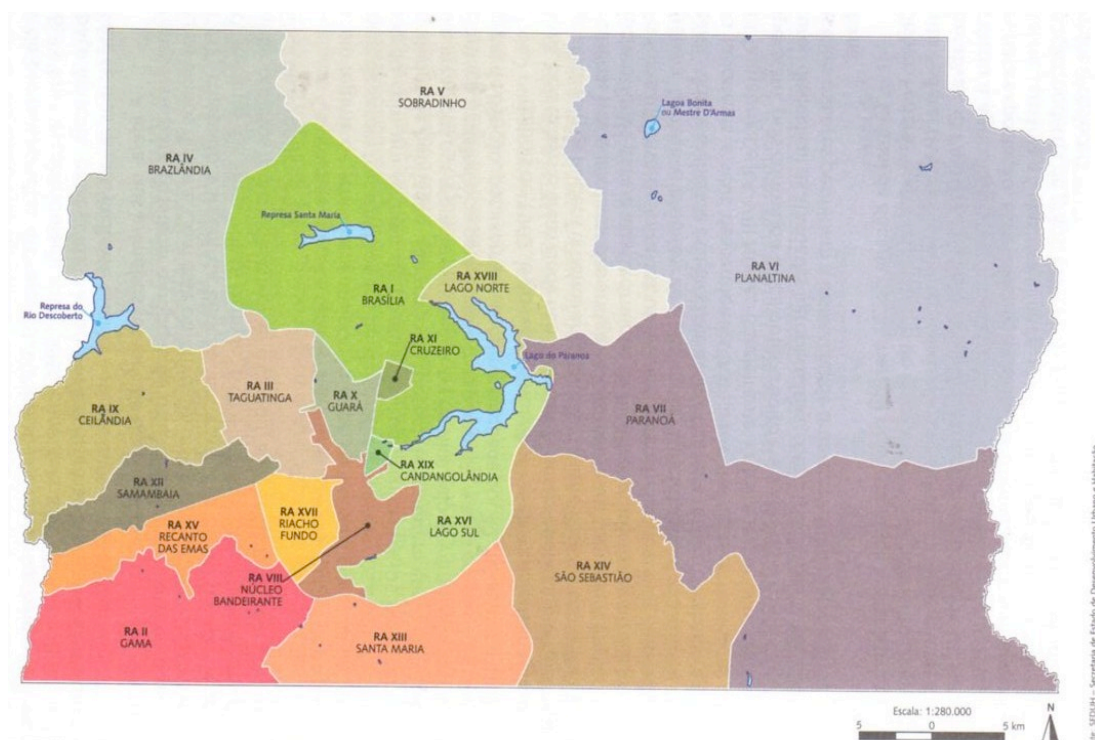


Figura 11 - Localização das Regiões Administrativas.
 Fonte – APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF.

Todo o território do Distrito Federal, exceto as áreas urbanas, se apresenta com uma configuração espacial bastante diferenciada; se constitui desde janeiro de 2002 na grande Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, que contempla os seguintes espaços: parques, reservas, floresta nacional, estações ecológicas, entre outras formas de áreas protegidas. A referida área de proteção ambiental é apresentada no mapa seguinte (Figura 12), onde visualizamos não só as dimensões da APA de Cafuringa, como também a grande área do Parque Nacional de Brasília, tendo ao centro a Represa de Santa Maria, a Reserva Biológica de Contagem, Área de Proteção de Manancial do Torto e Santa Maria, Núcleo Rural do Lago Oeste

formado por chácaras, a Vila Residencial Basevi e as áreas de Condomínios do Grande Colorado.

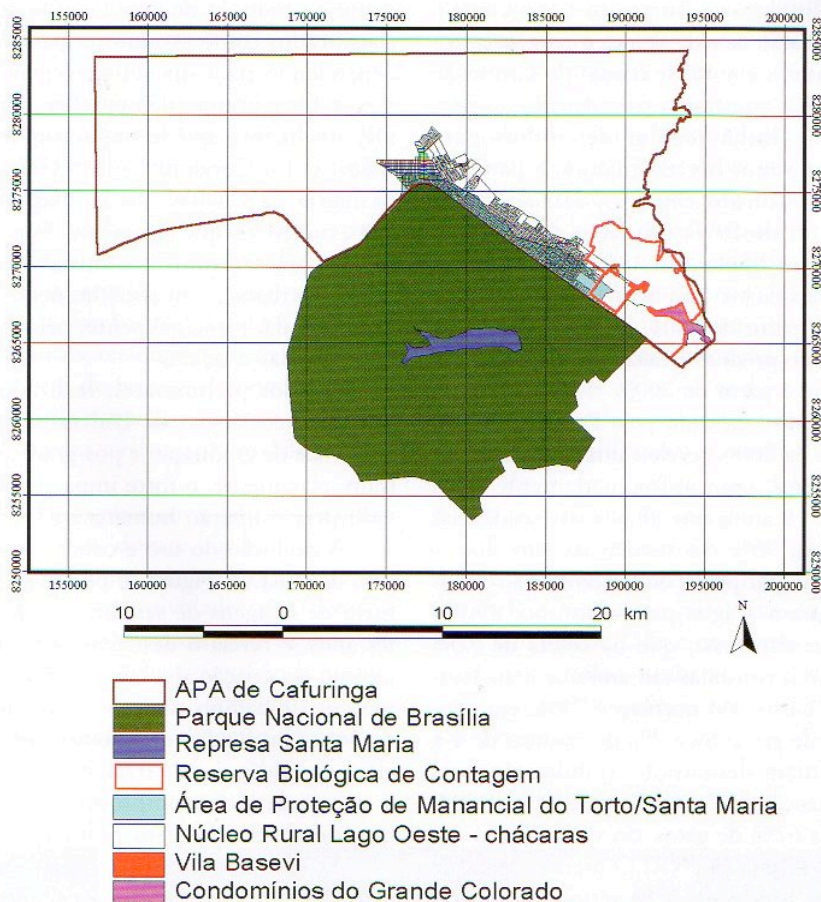


Figura 12 – Localização da APA de Cafuringa, Parque Nacional de Brasília e demais áreas.
Fonte: APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF.

Além desses aspectos observados nas comunidades mencionadas anteriormente, um dos aspectos que merece destaque é o aspecto cultural. Com relação a esse aspecto, podemos identificar que ocorrem várias comemorações e festividades de caráter popular, profano e religioso. Entretanto, dentre essas há uma que se destaca como a principal festividade da região, pois abrange várias comunidades rurais: a Folia do Divino Espírito Santo.

Vale observar que, além da Folia do Divino, existem outras manifestações, a exemplo da Folia de Reis, dos Violeiros, dos Grupos de Dança da Catira, Artesanato, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Festa da Pamonha, do Grupo das Rezadeiras, dos Grupos de Cavalgadas, dos Arraiás que, na realidade, se constitui num patrimônio cultural significativo para essa

região e, como tal, merece uma atenção especial por parte do poder público, haja vista, se tratar de comunidades rurais localizadas numa área de proteção ambiental.

Com referência à natureza dessas manifestações culturais, é importante destacar que a Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro devesse ser composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Esses bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam pelos saberes, ofícios e modos de fazer, pelas celebrações e formas de expressão cênicas, plásticas, musicais, lúdicas e locais e aí, entenda-se que este último bem cultural tem como exemplo as seguintes referências: os mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Posteriormente, houve a regulamentação do previsto no texto constitucional e, assim, em decorrência do Decreto-Lei nº 3.551, de quatro de agosto de 2000, instituiu-se o registro de bens culturais de natureza imaterial, compreendido legalmente como patrimônio cultural brasileiro, e, ao mesmo tempo, criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Essa, por conseguinte, efetivou o que estava previsto na Constituição de 1988, nos seus artigos 215 e 216. Vale destacar que, mesmo sem serem tombadas, as manifestações ora elencadas se tornam patrimônio enquanto prática social e assumida pelas comunidades rurais.

Além da legislação que regulamenta o bem patrimonial no âmbito do imaterial, salientamos que a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, no estado de Goiás, foi o segundo bem inscrito no Livro de Registro das Celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O referido bem cultural trata-se de uma celebração de origem portuguesa, disseminada no período colonial pelo território brasileiro, com diversas variações no país, o que se tornou ao longo dos tempos, um patrimônio significativo na vida cultural brasileira.

Apesar de existir essas variações com relação à mencionada festividade, o foco do nosso objeto de pesquisa será a Folia do Divino Espírito Santo realizada na APA de Cafuringa, particularmente na comunidade rural do

Córrego do Ouro. Trata-se de uma das mais importantes manifestações religiosas da Igreja Católica e, conseqüentemente, da mencionada região (DISTRITO FEDERAL, 2005, p.297). Com essa amplitude de importância, Ceron (2013, p.74) ressalta que a religiosidade é um dos aspectos relevantes e que marca de forma expressiva a cultura portuguesa que legou ao Brasil e que também está traduzida nas mais diversas manifestações religiosas espalhadas pelo país.

Seguindo essa compreensão, Cletison (2006) afirma que o culto ao Divino Espírito Santo é uma expressão religiosa presente praticamente em todos os recantos do país. Sendo assim, a existência da Folia do Divino Espírito Santo é identificada ao longo do litoral brasileiro desde o estado do Maranhão até o Rio Grande do Sul, contemplando o interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e até no estado do Amapá. Portanto, essas informações conferem a referida festividade uma dimensão nacional bastante significativa.

Por outro lado, no âmbito local, a Área de Proteção de Cafuringa, a folia tradicionalmente percorre diversas comunidades rurais, o que, por sua vez, contribui para que essa festividade torne-se uma expressão importante e bastante representativa na região, assumindo essa dimensão social no âmbito da região de Cafuringa. Vale observar que essa mesma manifestação existe de forma bastante significativa nas cidades próximas, como por exemplo Brazlândia e Planaltina do Distrito Federal e na cidade de Formosa no estado de Goiás.

Quanto à Folia do Divino Espírito Santo realizada na região da APA da Cafuringa, ela ocorre nas diversas comunidades rurais dessa área e, a cada ano, esse roteiro é refeito por conta da definição dos pouseiros, ou seja, um ano ela pode realizar determinado roteiro, no ano seguinte esse roteiro pode ser alterado em decorrência dessa definição. Sendo assim, em decorrência desse aspecto, se estabelece previamente o roteiro a ser cumprido pela Folia do Divino Espírito Santo, contudo, vale lembrar que ela se restringe às comunidades rurais localizadas na APA da Cafuringa que, por sua vez, está inserida na Região Administrativa da Fercal.

Com relação à comunidade da Fercal, tratava-se de uma antiga área localizada entre Sobradinho e Sobradinho II e que se tornou 31ª Região

Administrativa do Distrito Federal, através de ato do Poder Executivo, pela Lei Nº 4.745, de 29 de janeiro de 2012.

Segundo Aveline, Bodens & Braga, (2011, p.7); a Grande Fercal era originalmente uma grande fazenda, e que, apesar das ocupações de caráter rural já era identificadas ali, as atividades de exploração do calcário agrícola, em 1956, o que contribuíram e caracterizaram o início da formação do atual núcleo populacional. Nesse processo, destacamos a implantação da empresa denominada “Fertilizantes Calcário”, que, por sua vez, originou a sigla Fercal, e que, logo em seguida, deu origem ao nome da localidade que naquele momento se implantava naquela região. Hoje existem duas empresas de cimento: a Ciplan e a Tocantins S/A, que exploram de forma hegemônica as reservas do calcário da região. Nesse período, chamamos a atenção para o pequeno aglomerado que ora se criava, e que sofreu uma expansão em direção a “Rua do Mato” (Figura 13), a primeira rua surgida na comunidade. Entretanto, o seu crescimento populacional foi impulsionado pela chegada da fábrica de cimento Tocantins S/A na região no ano de 1969.



Figura 13 - Praça principal da Comunidade da Rua do Mato.
Foto Ronaldo Neves Ferreira.

Apesar da empresa Cimento Tocantins S/A, integrante da Companhia Cimento Portland Itaú e do Grupo Votorantim, ter chegado ao final da década de sessenta, a citada fábrica só entrou em operação em 1972. Vale salientar

que a existência de reservas de calcário foi o fator determinante para a chegada da empresa Votorantim no Distrito Federal. Esse fato contribuiu de forma determinante para o início do surgimento da região da Fercal, há mais de quarenta anos, e fez atrair funcionários e trabalhadores para a fábrica de cimento que se instalara nessa área.

A Fercal é a mais nova Região Administrativa do Distrito Federal e é formada por 14 comunidades, das quais seis são rurais e as demais, urbanas. Segundo dados cadastrais do sistema de abastecimento de água dos poços artesianos administrados pelas associações das comunidades, sob a Assistência Técnica da Caesb, a Região Administrativa da Fercal tem aproximadamente 32 mil habitantes.

Hoje a citada região administrativa possui equipamento estratégico que é a existência da Rádio Comunitária 98.1 FM. O referido veículo de comunicação presta serviços de utilidade pública em todos os segmentos na cidade.

A Região Administrativa XXXI da Fercal (Figura 14) está situada às margens da APA de Cafuringa, rica em recursos minerais. Em que pese o calcário contribuir para o crescimento socioeconômico da cidade, ele provoca também um efeito danoso para a população local no que se refere à poluição atmosférica. Constata-se, portanto, que essa indústria tem uma grande dívida com a comunidade local, a qual merece ter uma atenção e uma cobrança do poder público, sobretudo da comunidade de modo geral. Identifica-se também que a Fercal foi a primeira cidade operária do Distrito Federal, uma vez que foi um local onde inicialmente se instalou as grandes e pequenas empresas, o que possibilitou nos anos setenta a configuração de uma localidade com aspectos e características peculiares ao mundo operário, além de ser a segunda maior geradora de impostos no Distrito Federal. Esse fato contribuiu para a absorção da mão de obra local, dirimindo o índice de desemprego da região.

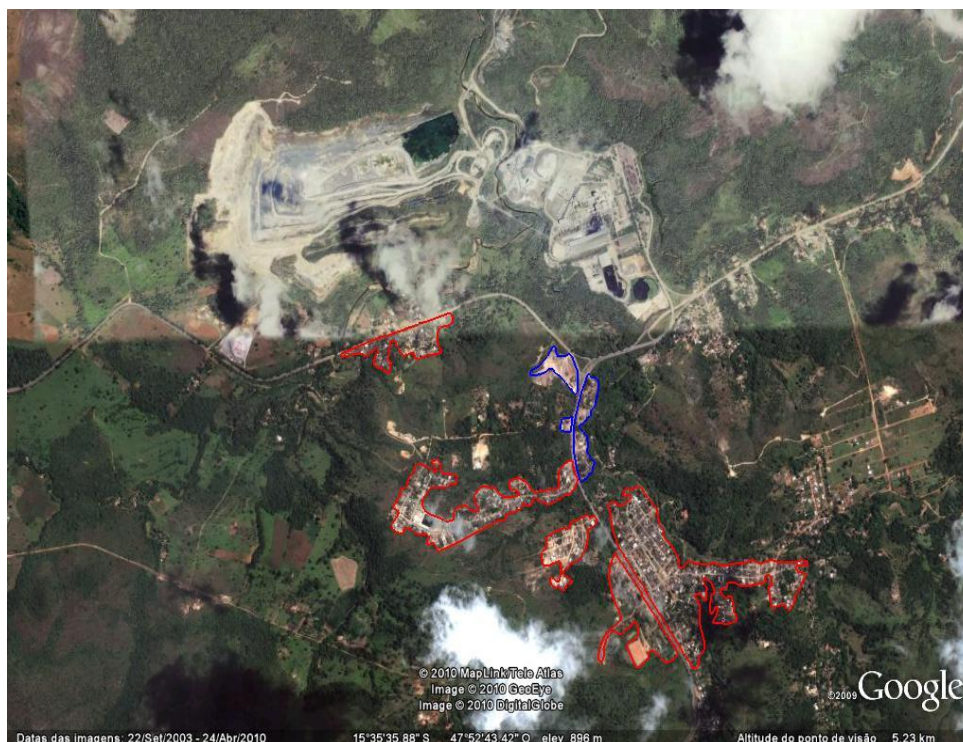


Figura 14 – Imagem de satélite da RA Fercal. Os polígonos marcados mostram as nucleações urbanas da região. As que se encontram na rodovia anterior, mais distante da fábrica, estão nas margens da DF-150, os polígonos de cor vermelha são nucleações urbanas pertencentes às comunidades urbanas da região, providas de bairros residenciais e comércio. Os polígonos marcados de azul são construções destinadas aos estacionamentos e às oficinas dos caminhões transportadores de cimento.
Fonte: Google Map.

Constata-se, também que a área da XXXI RA da Fercal é contemplada por uma área com um significativo potencial para o ecoturismo, haja vista que as condições são privilegiadas, na medida em que há cachoeiras, grutas, cavernas, riachos e trilhas. Pela sua inserção numa área de proteção ambiental e por sua fragilidade ambiental, torna-se objeto de legislação específica. É recorrente nos fins de semana identificar grupos ou indivíduos realizando a prática de *motocross* ou *bike* nas estradas de cascalho das redondezas.

A cidade da Fercal é composta de dez escolas públicas, tanto no âmbito do ensino fundamental como do ensino médio, uma praça, um espaço para eventos com palco fixo, um campo de grama sintética, quatro quadras poliesportivas, quatro postos de saúde, um Centro de Referência Assistência Social (CRAS), um posto policial, uma feira livre e uma feira cultural.

Observa-se, também que a Região Administrativa da Fercal, é composta por comunidades urbanas, mas especialmente também por comunidades rurais, e, nesse sentido, percebe-se uma característica

predominantemente relacionada à vida campestre, seja no estilo de vida dos seus moradores, nas suas referências, nos seus valores, costumes, hábitos, práticas e manifestações religiosas.

Ao realizarmos um recorte no tempo e no espaço com relação ao nosso objeto de pesquisa, focalizaremos a Folia do Divino Espírito Santo, realizada em setembro de 2013, e que teve como roteiro nos seus “giros”, as diversas comunidades rurais localizadas na Região Administrativa da Fercal, por sua vez, inserida na APA de Cafuringa. Segundo o sr. Delson da Costa Matos, a Folia do Divino Espírito Santo, realizada em setembro de 2013, teve como Guia da Folia o Sr. Elvécio Pereira Cardoso e Contra-Guias, o Srs. Ley, Buré e Edvaldo. A referida folia teve como Alferes o Sr. Adierlan Pereira dos Santos e saiu da comunidade da Boa Vista, onde ocorreu a Alvorada, no dia quatro de setembro, especificamente da residência da Sra. Onofra Gomes de Sousa (Figura 15), na Fazenda Boa Vista, localizada na Rodovia DF 205 Oeste km 06. Em seguida, no dia cinco de setembro, foi em direção à Fazenda Batalha, de propriedade da Sra. Maria Antonia P. Machado, conhecida como Tute, no Córrego do Ouro, onde ocorreu o primeiro pouso; daí, no dia seis de setembro, foi em direção ao segundo pouso, que ocorreu na Ponte da Salina, na Fazenda Recanto Cajueiro, cujos pouseiros foram os Sr. José Alcino Cardoso e a Sra. Guilhermina Maria dos Santos; e finalmente a entrega da folia aconteceu no dia seguinte, ou seja, no dia sete de setembro, no Sítio Três Corações, localizada na comunidade do Ribeirão, de propriedade da Dona Maria, conhecida como Maria do Juca; e, assim, ocorrendo o encerramento da Folia do Divino Espírito Santo.

A mencionada folia teve como Guia Espiritual o Padre Aronaldo da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, localizada na Fercal, e o apoio da Administração Regional da Fercal (XXXI) e da Ciplan – Cimento Planalto S. A. A organização dessa folia esteve a cargo do Grupo de Folia Cavaleiros do Divino (CADI), cuja sede provisória está localizada no Rancho Alarcão, na Rodovia DF 205 Oeste, km 01, Fercal. A estrutura administrativa desse grupo é composta pela Presidência: Vanderlúcio Lemos Alarcão; Vice-Presidente: João Miguel Pereira; 1º Secretário: Delson da Costa Matos; 2º Secretário: Weslei Lemos Lima; 1º Tesoureiro: Claudia Cardoso L. dos santos e 2º Tesoureiro: Edson das Dores Moraes Freitas.



Figura 15 – Residência da Sra. Onofra Gomes de Sousa. Comunidade da Boa Vista.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Segundo o documento APA de Cafuringa (2006, p.288), a comunidade de Boa Vista está localizada às margens da rodovia DF – 205, na microbacia do ribeirão do Buraco, na Zona Rural de Uso Controlado da R. A. da Fercal, segundo o PDOT-DF, e nas zonas ZDAG I e II, ZDA, ZUE, ZUEM e ZPVS do Zoneamento Ambiental.

Conforme a referida publicação, em 1999, essa comunidade já contava com aproximadamente 100 casas e a população nessa época já era estimada em 500 habitantes e, segundo os dados da Assessoria de Saneamento Rural da Caesb, a estimativa em 2002, era de 1600 habitantes, o que revela, conseqüentemente, um crescimento populacional muito acelerado em decorrência também de um processo precarizado de ocupação habitacional, expressando assim, um cenário de favelização. Esse processo é constatado através das construções residenciais que não possuíam a titulação de propriedade, nem alvará de construção emitido pelo órgão competente ou o *habite-se*, o que demonstra efetivamente uma ocupação irregular do solo (Figura 16).



Figura 16 - Vista parcial da Comunidade da Boa Vista.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Esse processo precarizado de ocupação do solo é identificado nas diversas comunidades, o que se torna uma prática recorrente de ocupação nos diversos núcleos rurais localizados na APA de Cafuringa.

Com relação à Boa Vista, comunidade localizada na área da Região Administrativa da Fercal, a sua população economicamente ativa é absorvida essencialmente pelo setor agrícola, onde a criação de gado de leite e de corte se impõe como principal atividade econômica da localidade, seguida pela avicultura, suinocultura e a horticultura. Com relação ao aspecto educacional, a comunidade possui a Escola Classe Rural Boa Vista, que oferece ensino fundamental, com quatro salas de aula e com um corpo docente formado por oito professores que atuam em tempo integral. Essa escola funciona nos três turnos, oferecendo cursos de 1ª a 6ª série e o ensino supletivo (Figura 17).



Figura 17 - Escola Classe Rural Boa Vista
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Vale salientar que a escola funcionou por muito tempo como um espaço de referência para a realização das atividades da comunidade. No entanto, com a inauguração do Centro Comunitário (Figura 18), este espaço assumiu, conseqüentemente, o papel de centro de convivência pra toda a comunidade.



Figura 18 – Centro Comunitário da Boa Vista.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Quanto ao atendimento de saúde pública, esses serviços são prestados pelo Posto de Saúde do Catingueiro, comunidade localizada nas proximidades. Para atendimentos de mais complexidade, os pacientes são encaminhados ao Hospital Regional de Sobradinho.

Quanto às atividades de lazer da comunidade local, ela se restringe à prática do futebol organizada pelos moradores nos fins de semana e também por algumas comemorações festivas, a exemplo das Festas Juninas e especialmente da Folia do Divino Espírito Santo.

A justificativa pela escolha da comunidade rural do Córrego do Ouro ocorreu pelo fato de essa localidade, ao longo dos anos, tornar-se uma referência para a mencionada manifestação religiosa, uma vez que, em todo giro da folia, a citada comunidade é passagem obrigatória, uma vez que sempre tem um folião morador do lugar para assumir o papel de pouseiro, ou seja, o folião que recebe e acolhe a bandeira da folia.

A comunidade do Córrego do Ouro está localizada na área central da APA de Cafuringa, às margens da VC – 201, na Zona Rural de Uso Controlado da R. A. da Fercal, segundo o PDOT – DF, e nas zonas ZDAG II e ZPVS do Zoneamento Ambiental.

Segundo a publicação APA de Cafuringa (2006, p.286) a vila possuía, em 1999, 42 residências, o que corresponde com uma população 210 habitantes. Segundo dados de 2002, da Assessoria de Saneamento Rural da Caesb, havia uma estimativa de uma população de aproximadamente 250 habitantes. Já em levantamento mais recente, registra que a referida comunidade, juntamente com a localidade da fazenda Batalha, possuem 58 famílias o que perfazem uma população de 390 habitantes, segundo informação registrada no *site* do governo do Distrito Federal. No entanto, segundo informações da Secretaria da Saúde do GDF, atualmente estão cadastradas naquele órgão, 47 famílias, o que totaliza aproximadamente 175 pessoas, sendo que a maioria é formada por pessoas idosas, segundo informação do Agente de Saúde, o Sr. Osmar Junior.

Com relação à construção das residências, elas são, na sua maioria, construídas em alvenaria e cobertas de telhado de barro, sendo que em algumas casas a cobertura é feita de telhado de amianto, material condenável atualmente por provocar câncer. Vale salientar que a ocupação do espaço

territorial ocorreu sem nenhuma regulamentação oficial (Figura 19), o que contribuiu de forma determinante para um desordenamento espacial.



Figura 19 - Rua principal do Córrego do Ouro
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Com relação à população economicamente ativa, na sua maioria, ela é absorvida pelo setor agrícola local. No entanto, a pecuária do leite e de corte, juntamente com a produção dos hortifrutigranjeiros, são as atividades que compartilham a vida econômica da comunidade. Essa produção é escoada nas feiras livres de Sobradinho, especialmente na Feira da Lua, evento de caráter sociocultural que ocorre toda sexta-feira.

Quanto ao aspecto da educação, para atender a população infantil, a comunidade, segundo a Profa. Sílvia Melo de Mouro, diretora da Escola Classe do Córrego do Ouro (Figura 20), oferece o ensino fundamental, com três salas de aula, que vai do 1ª até a 4ª série, no turno matutino e o ensino integral no turno vespertino. E para atender a essa demanda, a escola possui em seu quadro oito professores, uma vice-diretora e uma coordenadora, além de serventes.



Figura 20 - Escola Classe do Córrego do Ouro.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Quanto à estrutura da saúde pública, a comunidade possui um Posto de Saúde (Figura 21) que desenvolve programas de atendimento básico à saúde, como atendimento médico, exames, visitas domiciliares, ações educativas e preventivas junto à comunidade, à escola, e em situações de emergência. Os casos mais graves são encaminhados para o Hospital de Regional de Sobradinho, localizado na sede daquela cidade.



Figura 21 – Posto de Saúde do Córrego do Ouro.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Quanto aos serviços de transportes, a referida comunidade é atendida por uma linha regular de ônibus, com saídas de duas em duas horas para Sobradinho. A única via de acesso ao Córrego do Ouro é a VC-201, que faz a ligação com a DF-05 e com a DF-150, por onde escoam toda a produção local para as cidades próximas de Sobradinho e Brazlândia.

Com relação à infraestrutura das habitações da localidade, as residências possuem fossas sépticas como solução para o esgotamento sanitário. Embora ainda não tenha a infraestrutura de saneamento básico, o abastecimento de água ocorre por conta de um poço artesiano, implantado pela Caesb, localizada estrategicamente próxima ao centro da comunidade (Figura 22). Contudo, todas as residências possuem o serviço de água encanada e de boa qualidade, o que impactou de forma positiva para o combate às parasitoses. O custo do fornecimento da água é rateado entre os moradores da comunidade.



Figura 22 - Poço Artesiano do Córrego do Ouro
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

As casas são servidas com luz elétrica fornecida pela CEB e as ruas possuem iluminação pública. Quanto aos veículos de comunicação, estão disponíveis para a comunidade as ondas de rádio AM e FM, assim como o sinal de televisão que até então era recebida por via exclusivamente pelas

antenas parabólicas. Hoje existe uma antena que capta o sinal para a televisão e para a telefonia pública. E para tal, existe um posto de telefonia, implantado estrategicamente no centro da comunidade para que possa atender as demandas de um maior número de moradores.

Os habitantes locais estão organizados em torno da Associação do Produtor Rural do Córrego do Ouro, cuja presidente atual é a Sra. Hilda Francisca Pedrina. Essa associação vem desenvolvendo diversas ações tanto no apoio do produtor rural como no âmbito da cultura, a exemplo do Encontro de Viola, realizado em maio de 2014, no Centro Comunitário da comunidade.

A comunidade possui outros equipamentos já citados, a exemplo da seção local do Tribunal Regional Eleitoral; do Centro Comunitário (Figura 23); de templos da Igreja Católica e Evangélica.



Figura 23 - Centro Comunitário do Córrego do Ouro
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Com relação às atividades de lazer (Figura 24), elas se resumem aos banhos de cachoeiras, à prática de exercícios físicos no Ponto de Encontro Comunitário (PEC), nos córregos e ribeirões existentes na circunvizinhança.



Figura 24 - Ponto de Encontro Comunitário (PEC) no Córrego do Ouro.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

Quanto aos festejos tradicionais, eles são mantidos pelos moradores mais antigos da localidade, merecendo um destaque para a Folia do Divino Espírito Santo, assim como a Dança da Catira, a moda de viola e o artesanato.

3.1. O histórico da Folia do Divino Espírito Santo

Com relação à Folia do Divino Espírito Santo, Amorim (2012, p.47) traz um registro sobre a origem da referida manifestação nos primórdios da história de Portugal. Essa manifestação, segundo o autor, está relacionada com uma intriga ocorrida no seio da família real portuguesa e foi instituída pela Rainha Santa Isabel de Aragão, (1271-136) esposa de Dom Diniz, sexto rei de Portugal. A rainha tinha uma extraordinária fé no Divino Espírito Santo. Em função de um problema familiar (o infante Dom Afonso por conta de ciúmes revoltou-se contra o seu pai, o rei Dom Diniz, esse fato ocorreu em consequência do tratamento diferenciado que Dom Diniz dava a Afonso Sanchez, seu filho bastardo ou ilegítimo. Em determinado momento, quando as relações já estavam bastante deterioradas, a guerra pareceu como inevitável dentro da família, e por pouco as tropas entraram em confronto), a Rainha recorreu ao Divino Espírito Santo; assim, ela fez uma promessa caso

conseguisse a paz entre o seu filho e seu esposo. Essa promessa consistia em prescrever solenes e especiais festejos ao Divino em todo território português. O fato é que a paz foi alcançada e a Rainha Santa Isabel de Aragão cumpriu sua promessa. Assim, a primeira irmandade constituída em louvor ao Divino Espírito Santo surgiu sob os auspícios da Rainha Santa Isabel, nos primeiros anos do século XVI.

Depois de mandar construir na localidade de Alenquer¹⁴ (Figura 25), a primeira igreja consagrada à divindade, a Rainha Santa Isabel de Aragão se inspira na coroação real e transplanta a mesma encenação para a celebração do Divino Espírito Santo.



Figura 25 – Igreja do Divino Espírito Santo, na cidade de Alenquer. Portugal.

Assim, o mesmo ritual realizado para a entrega da coroa ao Imperador ocorre nas celebrações do Divino. Esse imperador entronizado na Folia do

¹⁴ A Igreja do Divino Espírito Santo é um templo muito curioso pela sua decoração cerâmica, que empresta ao interior um brilho colorido de belo efeito decorativo, sendo considerada como um dos templos religiosos concelhios mais significantes. A sua construção deve remontar a meados do século XVII. Possui dois altares de talha dourada igualmente do século XVII bem como um grande leque de pinturas de elevado valor. De madeira policromada existem várias imagens, das quais se destacam: São Miguel Arcanjo, São Sebastião, São José com o menino, São Joaquim e Santa Ana com a Virgem. O Revestimento em azulejos, dos anos seiscentos início de setecentos, traduz-se num dos mais importantes focos de interesse. Fonte: <http://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=7b4350d7-94ee-4618-bf88-a35c84d91154>

Divino pode ser uma criança ou adulto, escolhido na comunidade para presidir a festa, tendo como modelo o próprio ritual adotado pelo cerimonial de coroação do rei de Portugal. Vale destacar que havia a participação na folia de pessoas da nobreza portuguesa, com toda a pompa, tal qual era realizado pela monarquia. No entanto, uma vez disseminada no período colonial pelo território brasileiro vale salientar que na estrutura da folia realizada na APA de Cafuringa não foi identificada a figura do imperador nem a pompa e o séquito real previsto nesse parágrafo. Acredita-se que tal diferença deve-se as variações e adaptações sofridas por essa manifestação nas diversas regiões do Brasil.

Vale salientar que o nosso foco de pesquisa será a Folia do Divino Espírito Santa realizada na APA de Cafuringa durante o mês de setembro, em especial aquela realizada na comunidade rural do Córrego do Ouro. Vale registrar que essa manifestação, além de significar uma representação expressa uma forte crença da religiosidade popular, se apresenta também como um espaço de confraternização, de encontro e de solidariedade, ou seja, de exercício do espírito comunitário.

Vale observar que a Folia do Divino Espírito Santo realizada na cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás, foi o segundo bem no âmbito desse decreto, inscrito no Livro de Registro das Celebrações do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Segundo Abreu (1999, p.38) várias irmandades religiosas católicas da cidade do Rio de Janeiro realizavam, no século XIX, festividades para o Divino Espírito Santo, fato que ocorria após a festa do Pentecostes do calendário cristão, cinquenta dias após a Páscoa, quando se comemora, simbolicamente, a sua descida sobre os apóstolos, como fonte de sabedoria e amor, ritual que também representa o nascimento da própria igreja católica entre os homens. Na pesquisa que Abreu (1999, p.39) desenvolveu com relação à Folia do Divino Espírito Santo, em um contexto de realizações das festas religiosas e de cultura popular ocorrida na cidade do Rio de Janeiro entre 1830 a 1900, a autora identificou cinco locais onde ocorria com frequência a mencionada folia. Era no Largo da Lapa, no Campo de Santana, nas proximidades da Igreja Matriz de Santo Antônio, no Largo de Santa Rita e no Largo do Estácio.

De acordo com Cascudo (1979), a festa e as folias eram grupos precatórios que seguiam alegremente cantando e pedindo esmolas para o

Divino. Os participantes tinham uma origem nobre e essa festividade, conforme observado anteriormente, teve origem em Portugal, no início do século XIV, muito antes da Reforma católica e, como observamos anteriormente, por iniciativa da Rainha Santa Isabel.

O rito original era composto por uma missa cantada, procissão, leilão de prendas, exibição de autos e cavalhadas, a festa conferia a seu Imperador poderes de majestade, conforme observação de Cascudo (1979). Em certos lugares, a corte solene dava audiências com as reverências privativas de um soberano, com poderes inclusive para libertar presos comuns. Esse costume também foi trazido para o Brasil e perdura até os dias atuais. Vale salientar que ainda nos dias atuais, e em determinados lugares, durante a Folia do Divino Espírito Santo, o empossado imperador, que de modo geral é uma criança, chega a libertar preso que obviamente está numa determinada condição legal nas cadeias públicas. Lembro-me que na minha infância, na cidade de Salvador, Bahia, lia pelo jornal A Tarde, notícias da Folia do Divino Espírito Santo que ocorria na Paróquia do bairro do Santo Antônio Além do Carmo, e que anualmente uma criança, geralmente oriundas de família abastadas da localidade, era escolhida para assumir a função de Imperador e que tinha como uma das suas atribuições, libertar um preso da Cadeia Pública que havia no Forte de Santo Antônio.

Amorim (2012 p.47) reafirma que a Folia do Divino Espírito Santo chegou ao Brasil, em meados do século XVI, trazendo toda a pompa tal qual se fazia em Portugal, com palanques, coretos armados, assento para o imperador, reproduzindo, assim, o ritual da coroação do rei na encenação da manifestação religiosa.

Com relação ao aspecto histórico, Cascudo (1972, p.356) assegura que a festividade alcançou um prestígio muito acentuado no Brasil e em Portugal, tanto que, em 1822, o título de Imperador do Brasil foi sugerido pelo ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, a D. Pedro I, sob o argumento final de que a população já estava acostumada com a utilização do título de Imperador, o que contribuiu para adoção do mesmo tratamento no âmbito da encenação da folia em terras brasileiras.

3.1.1 A Folia do Divino no Córrego do Ouro

Segundo Ceron (2013, p.50), Folia do Divino Espírito Santo, quando realizada no ambiente rural, assume características e elementos da cultura e da religiosidade popular com elementos da religião católica. É uma manifestação onde se mistura um profundo sentimento de religiosidade e fé, de solidariedade e confraternização, alegria do encontro e do espírito festivo. É um momento onde ocorrem as celebrações litúrgicas, a devoção juntamente com o folgado popular, especialmente no momento em que se realiza a Dança da Catira. A Folia do Divino Espírito Santo ocorre entre os meses de maio e setembro, tendo como momento de início o quadragésimo dia, a contar da Páscoa, e duração da realização de uma novena. Isso implica dizer que a duração da folia corresponde ao período de uma novena, ou seja, nove dias de oração, celebrando o Divino em locais ou pouso diferentes. Com relação à Folia do Divino Espírito Santo realizado em setembro de 2013, não houve o cumprimento desse rito, por conta da indisponibilidade de pessoas em dar pouso, em outras localidades. Com isso, houve uma redução no roteiro que deveria perfazer, segundo o ritual, os nove dias previstos dentro dos dogmas da religião católica.

Diferentemente da folia urbana, que é realizada a pé, a folia realizada no ambiente rural, é feita inteiramente a cavalo. Na contemporaneidade, com o advento dos novos meios de transportes, os participantes denominados cata-pouso se transportam por meio de automóveis ou motocicletas. Durante os dias em que ocorrem os festejos da Folia, ocorrem orações pelo espírito de fraternidade e igualdade entre os seres humanos, quando todos se irmanam, compartilhando e comendo da mesma comida. No entanto, vale destacar que, nesse momento, quando do oferecimento do jantar (Figura 26), ou café da manhã, a quantidade de alimento que é servido, é a mesma quantidade a ser servida para um batalhão, haja vista que nos giros, afluência de pessoas é muito variada, pode-se contar com a presença de 300, 400, 500 ou mais de 600 tropeiros ou cavaleiros. Quantidade essa que se multiplica quando se considera a presença dos cata-pouso e outros visitantes. Chega-se, facilmente ao impressionante número de mais de mil pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos (Figura 27).



Figura 26 - Momento em que os foliões estão se preparando para o jantar durante o pouso da Folia o Divino Espírito Santo no Sítio Três Corações. Setembro de 2013.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.



Figura 27 - Momento em que as Cozinheiras estão servindo o jantar para os foliões e cata-pouso, durante o pouso da Folia do Divino Espírito Santo no Sítio Três Corações. Setembro de 2013.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira.

3.1.1.1. O início com a Alvorada

Como manda o ritual, a Folia do Divino Espírito Santo tem como primeiro momento, a “alvorada”. O que significa que nesse momento, o mestre-guia invoca através de uma prece a descida do Espírito Santo à Terra, sobretudo, sobre os corações e mentes de todas as pessoas presentes que se mantêm contritos na fé nesse momento. Segundo Ceron (2012, p.51), essa invocação é para pedir as graças e os milagres. É um ritual bastante significativo, pois configura a descida do Espírito Santo à Terra, e a sua retratação na bandeira, uma das suas representações simbólicas. Quando o folião reverencia e beija a bandeira, na realidade está beijando o Divino Espírito Santo, ali retratado e representado o “esplendor” de Deus. Esse é um momento forte, pois ocorre a evocação essencialmente de um Espírito Divino e Santo.

A expressão “Alvorar” significa um momento em que o Espírito Santo é chamado para descer à Terra e conduzir os foliões na sua longa caminhada que é o santo giro. São também nesse momento da Alvorada que são distribuídos todos os encargos e encargos da folia. É um momento em que cada um está empoderado de suas funções e atribuições na estrutura organizacional da folia. Segundo o Sr. Almerindo Felipe dos Santos, antigo morador da comunidade do Córrego do Ouro (Figura 28) e considerado pessoa de referência da folia, “*é nessa hora que são distribuídas as divisas*”, o que significa reafirmar que toda a pessoa que tem alguma responsabilidade é formalmente empossada no cargo. Em algumas situações, atualmente essas atribuições podem ser exercidas também por mulheres, no entanto, essa presença ainda é muito tímida.



Figura 28 - Sr. Almerindo Felipe dos Santos em sua residência. Córrego do Ouro. Maio de 2014

Foto: Ronaldo Neves Ferreira

Na Folia do Divino Espírito Santo realizado em setembro do ano de 2013, não foi identificada nenhuma participação efetiva de mulheres exercendo algum cargo. “Alvorar” significa entregar, detalhadamente, a função a cada “empregado” naquele dia. A partir do momento em que é alvorado, esse servidor do Divino se torna folião de lugar, folião de posto e assim, folião de fato e de direito, onde é selado o compromisso com o Divino.

Dando prosseguimento ao ritual alvorada, os guias da folia são alvorados por eles mesmos, uma vez que eles são os condutores da folia. Eles alvoram também suas vidas, assim, como os violões, a caixa, enfim. Todo instrumento, pessoas e símbolos. Sendo assim, são alvorados:

- O Caixeiro / Tamboreiro é o primeiro folião a ser alvorado. O Caixeiro com o seu instrumento de trabalho, caixa ou tambor, dá a marcação, o ritmo e também representa simbolicamente o toque da trombeta dos anjos do céu. Ele é a pessoa que dá o sinal para começar qualquer atividade dentro da folia. Pode haver folia com música e folia calada, sem música – só rezada –, mas não há folia sem caixa ou tambor. Segundo o Sr. Almerindo “*pode haver folia sem viola, mas sem caixa, a folia não sai, não acontece!*”

- Em seguida o Alferes é o alvorado juntamente com a bandeira. Quem exerce esse cargo tem a missão de conduzir a bandeira desde quando foi

empossado, ou seja, quando recebeu a incumbência de conduzir o estandarte, símbolo do Divino até a hora da entrega da folia, ou seja, até a desalvorada.

- Os Procuradores, que são exercidos de modo geral por duas pessoas: uma fica do lado direito e outro fica do lado esquerdo. A missão dos procuradores é recolher todas as ofertas que são disponibilizadas para o custeio da folia, como as esmolas e donativos que são oferecidos. É função, também, dos procuradores conduzirem a vela acesa sempre que a bandeira se deslocar no interior da casa, local do pouso. Seu instrumento de trabalho é uma sacola de pano em forma de bernal.

- Em seguida são alvorados os Regentes, pessoas que têm a função de corrigir, fiscalizar, chamar a atenção dos foliões, quando estes, por ventura, saem dos padrões de comportamento adotado pela folia. Todos os foliões que irão girar a folia; ao serem alvorados recebem uma coroa para ser colocada nos seus chapéus, um sinal para identificá-los e distingui-los dos demais foliões. Manter esse padrão de apresentação é também tarefa dos Regentes.

- Na Folia do Divino Espírito Santo realizada na zona rural, existe a figura dos campeiros, pessoas incumbidas de cuidar da tropa, ao serem alvorados. Eles recebem um símbolo do seu trabalho, representado pela miniatura de um cabresto dos animais, ou um pequeno pedaço de corda. A função dos campeiros é cuidar dos animais, desde a retirada deles do pasto do pouseiro até a entrega destes ao seu proprietário.

Vale lembrar uma reflexão sobre a peregrinação dos foliões. Segundo Ceron (2012, p.51), O momento da “alvorada” é uma situação que nos remete a Pentecostes: onde os apóstolos, que, tendo recebido o Espírito Santo, deixam o Cenáculo e vai para as ruas e praças proclamar o Ressuscitado e sua Boa Nova. Tal como os apóstolos, os foliões deixam o Ajuntamento e, erguendo a Bandeira do Divino, partem para o giro – para *“louvar o Divino e pregar a doutrina católica pela reza e pelo canto”* – como os peregrinos missionários penitentes pregadores da paz, da fraternidade e da unidade.

Uma vez concluído o momento da alvorada, com o toque do tambor, em seguida, tem início o primeiro giro, ou seja, a folia sai em direção ao primeiro pouso; este se compõe como todos os demais, de seis etapas, como por exemplo: a chegada em frente da casa, a entrada na residência, a louvação, o cartório ou peditório, o agradecimento e / ou matinas e a despedida.

3.1.1.2. Chegada em frente da casa: Benção do Cruzeiro

De modo geral, após uma longa caminhada à cavalo, e a depender a distância, os tropeiros que compõem a Folia chegam ao pouso ao fim da tarde. Simbolicamente, segundo Ceron (2012, p.52), é um momento que significa a hora em que o sol vai embora, “a luz sagrada”, como diz o canto de chegada do cruzeiro. No momento em que “a luz sagrada”, que representa a luz dos homens se acende, e, assim, a folia chega e se posiciona diante do Cruzeiro que geralmente está instalado defronte à residência do pouseiro (Figura 29).



Figura 29 - Chegada da Folia o Divino Espírito Santo para um pouso na Fazenda Recanto do Cajueiro. Setembro de 2013.
Foto: Delson da Costa Matos.

Depois de apeados de seus cavalos, os foliões se perfilam em frente ao cruzeiro, onde acompanham os rituais de chegada e de saudação seguida das cantorias conduzidas pelo guia-mestre (Figura 30 e 31).



Figura 30 - Chegada da Folia o Divino Espírito Santo para um pouso na Fazenda Recanto do Cajueiro. Setembro de 2013.
Foto: Delson da Costa Matos.



Figura 31 - Chegada da Folia o Divino Espírito Santo para um pouso na Fazenda Recanto do Cajueiro. Chegada ao Cruzeiro. Setembro de 2013.
Foto: Delson da Costa Matos.

O primeiro ritual da folia rural ao chegar em frente à casa do pouso, é fazer o “S” se houver espaço. Na realidade é realizada uma coreografia do “S” – de *Spiritus* que significa *Espírito* em latim e logo em seguida ocorre a Saudação ao Pouseiro, ou seja, o dono da casa.

Após a mencionada saudação, o mestre-guia pergunta, em versos, se a folia pode chegar organizada no formato de uma embaixada. Nesse momento,

são formadas duas companhias uma defronte a outra: uma, posicionada próximo à casa – abrigando aqueles que estão chegando –, composta pelos donos da casa e seus convidados e; outra, formada pelas pessoas que estão chegando, ou seja, os foliões que estão do caminhando no santo giro.

Em seguida, com a resposta afirmativa do pouseiro ou dono da casa, que representa o embaixador da companhia de lá, a companhia de cá, composta pelo mestre-guia, representante maior do santo giro, e demais participantes da Folia do Divino Espírito Santo realizam o Traçado o sinal da Cruz com a bandeira abençoando os quatro pontos cardeais da terra: sul, norte, leste, oeste.

Com a saudação em louvor ao Cruzeiro, sobre o qual forma-se um arco, representando a aliança de Deus com os homens, finca-se uma cruz, na terra em frente à residência do pouseiro. Em seguida, é realizado a Alvenda ou benção, que é conduzida pelo alferes. Nesse momento, os foliões já estão apeados dos seus cavalos, e, logo em seguida, são abençoadas as duas companhias, que, nesse momento, se tornaram uma só e seguem juntas em procissão até o altar.

3.1.1.3. Entrada na Residência

Ao chegar defronte ao altar que está localizado no interior da casa (Figura 32), o guia faz os primeiros agradecimentos à família anfitriã e as devidas reverências às imagens e ou estampas dos santos ali colocados. Nesse momento é confirmado o pouso ao Divino Espírito Santo e o abrigo aos seus foliões. Acontece também o pedido de benção para os donos da casa e seus convidados.



Figura 32 – Altar do Divino - Pouso no Sítio Três Corações da Sra. Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira

Após o pedido de pouso para o Divino e o abrigo aos foliões, o alferes entrega a estandarte do Divino Espírito Santo para o dono da casa. O pouseiro celebra a Folia do Divino por alguns motivos: seja para cumprir um voto, uma promessa, por devoção ou pela satisfação de dar continuidade a uma tradição de muitos anos.

3.1.1.4. Louvação

Esse momento de louvação, de acordo com Ceron (2012, p.55), consiste em um ritual quando ocorre a saudação aos santos e aos elementos, como a cruz, toalha, castiçais, flores, e aos símbolos, como a Bíblia. Louvam-se também as três entidades sagradas, como a santíssima trindade; o divino sacramento, os anjos, o céu e a terra; a vela acesa da fé, a cruz, a pombinha, símbolo da divindade, por meio da qual o Espírito Santo se faz presente. É um momento místico, de muita fé, onde presentes ficam em profunda contemplação. As pessoas ali reunidas contemplam e vivem o momento em profundo silêncio. É a representação simbólica da presença do corpo e do sangue de Jesus Cristo. Durante essa cantoria, o mestre-guia canta louvores aos ensinamentos na Bíblia, à Jesus e ao Espírito Santo.

3.1.1.5. Cantoria ou Peditório

É um momento em que dono da casa faz um pedido de uma graça para algum devoto que se ajoelha defronte da bandeira. Pode ocorrer também uma oferta a um penitente ou pessoa abençoada pelo Divino Espírito Santo em agradecimento a uma graça alcançada.

Em seguida, a Folia prossegue com o jantar. É quando os donos da casa repartem os alimentos, repetindo, assim, o gesto de Jesus Cristo de compartilhar a comida. Repete-se a cena da Santa Ceia.

Um aspecto que merece destaque é a infraestrutura que é providenciada para atender a um número significativo de pessoas que comparecem ao pouso; essas providências referem-se ao grande número de pessoas que se mobilizam em torno da festividade. Para realizar esse atendimento, é necessário criar estrutura de cozinha (Figura 33 e 34), compatível com a grande quantidade de alimentos que são preparados para o jantar e o café da manhã.



Figura 33 - Estrutura da Cozinha no Pouso no Sítio Três Corações da Sra. Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.

Foto: Ronaldo Neves Ferreira



Figura 34 - Cozinheiras e a estrutura da cozinha durante pouso no Sítio Três Corações, da Sra. Mari do Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.

Foto: Ronaldo Neves Ferreira

Vale ressaltar que foi verificado um forte sentimento de voluntariado e de solidariedade existente na organização, no decorrer da folia. Esses aspectos ficam muito evidentes no momento em que ocorrem as doações de gêneros alimentícios, uma vez que é necessária uma quantidade muito grande para alimentar num pouso – aproximadamente mais de mil pessoas, entre foliões, convidados e cata-pouso. Em outro momento, a evidência desse trabalho voluntário e solidário se faz presente no preparo e quando é servido o jantar, onde participam inúmeras mulheres e até crianças (Figura 35).



Figura 35 - Momento do Jantar no Pouso no Sítio Três Corações da Sra Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.

Foto: Ronaldo Neves Ferreira



Figura 36 - Celebração do 'Bendito da mesa' no Pouso no Sítio Três Corações da Sra Maria de Juca, na comunidade do Ribeirão – Folia do Divino Espírito Santo – setembro de 2013.

Foto: Ronaldo Neves Ferreira

Após o jantar, ocorre o agradecimento da mesa – com o célebre “bendito de mesa” (Figura 36, acima). Em seguida, acontecem as orações finais diante do altar com o terço e Ladainha de Nossa Senhora.

Em seguida, vem o momento profano, quando se realiza a Dança da Catira, o momento festivo da noite. É um momento para o reencontro dos amigos (Figura 37) e da catira. Esta dança é executada por homens que sapateiam, rodopiam e palmeiam um ritmo sincopado, intercalando com moda de viola, executada por dois violeiros. Mas vale destacar que se verificou que antigamente essa dança era feita exclusivamente por homens, e, após um período de resistência, houve uma mudança e, atualmente, a Dança da Catira conta com participação das mulheres. Vale observar que, na realização da Folia do Divino Espírito Santo na comunidade do Córrego do Ouro existe um grupo de jovens adolescentes que mantêm essa tradição na comunidade, tornando inclusive uma das manifestações culturais de referência do lugar. Esse grupo é conduzido pelo Sr. Edson das Dores Moraes de Freitas, conhecido como “Dison” que é o Presidente da Associação Cultural Catira da Batalha.

Vale salientar ainda que essa dança é permitida nesse momento, após o jantar. No entanto, durante a pesquisa, ficou evidente que a realização de forró ou o som automotivo, ficam proibidos, conforme aviso explícito previsto no cartaz da folia. Em conversa com o Sr. Valdemar, ex-presidente do Grupo de Folia Cavaleiros do Divino (CADI), ele foi taxativo com relação à realização do forró após o jantar. Segundo ele, o forró “não tem nada a ver” com a folia e manifestou uma grande preocupação com relação à questão da segurança durante os festejos.

Após a Dança da Catira, que pode chegar às altas horas, os foliões e demais acompanhantes da folia se recolhem para o devido descanso, uma vez que todos devem acordar cedo no dia seguinte para as Matinas.



Figura 37 - Pousou no Sítio Três Corações. A direita, Sr. Ovídio, no centro, Elvécio Pereira Cardoso, o Guia da Folia do Divino Espírito Santo e na esquerda, filho do Sr. Ovídio. Comunidade do Ribeirão – setembro de 2013.
Foto: Ronaldo Neves Ferreira -

3.1.1.6. Matinas e agradecimento

No dia seguinte, às seis horas da manhã, os foliões são acordados ao som da caixa tocada pelo caixeiro. O dia começa com o ato de beijar a bandeira que é retirada do altar e fazer as primeiras orações. O anfitrião e a família beijam respeitosamente a bandeira e a entregam ao alferes. É o momento quando ocorrem os agradecimentos ao dono da casa pela acolhida da folia e é servido o café da manhã para todos os presentes.

3.1.1.7. Despedida e novo agradecimento

Após ser servido o café da manhã, vem a hora da partida. É hora de agradecer ao dono da casa pelo bom acolhimento dos foliões e de despedida do altar e de todos os símbolos de devoção. O mestre chama por hierarquia os regentes e os foliões de lugar ou posto, para beijar o rico altar e para abraçar o

pouseiro e sua família. É um momento de muita emoção, choro, lágrimas, tanto para as pessoas que ficam quanto para aquelas que vai dar continuidade ao giro. Os foliões, já montados em seus animais, se perfilam diante da residência do pouseiro à espera da Bandeira. Uma vez trazida a bandeira pelo morador, ela é entregue ao Alferes. A caminhada do Divino é finalizada com a louvação realizada pelo Guia-mestre catando o “Canto do Adeus”.

Canto do Adeus

O divino Espírito Santo
é o primeiro sem ser o segundo. (bis)
Retratou-se na bandeira
pra dar seu giro no mundo. (bis)
E ele vai “avoando”
Com suas santíssimas asas, (bis)
Pra o dono desta casa. (bis)
Ele vai pro o santo giro –
nos ares faz um verão. (bis)
Vai dizendo viva, viva a
seus devotos e foliões. (bis)
E ele já vai girando
Pra estalagem de Belém. (bis)
Despedindo-se do povo
até pro ano que vem. (bis)
A todos digo com fé:
adeus, adeus que já vou (bis)
com a bandeira embora, até
pra o ano, se Deus quiser. (bis)
Adeus, adeus, que eu já vou embora!
Até pro ano, se Deus quiser. (bis)
(Autor desconhecido)

3.1.1.8. A Entrega da Folia e a Desalvorada

A entrega da Folia acontece no final de todos os pousos previamente programados para o giro. Isso significa dizer que não tem um número fixo de pouso. No momento em que ocorre o encerramento do santo giro são “desalvorados” todos os “empregados” da folia, bem como toda a companhia e os instrumentos utilizados nos cânticos. O último a ser desalvorado é o Espírito Santo. Na desalvorada, todos que foram empoderados no momento inicial da folia com a alvorada, ao findar o giro da folia, deixam de exercer esse empoderamento. Existe nesse momento um misto de tristeza e alegria. Tristeza, por um lado, porque os participantes, ou seja, os foliões retornarão para as suas casas e, por outro, vem um sentimento de alegria, pela sensação do dever, da devoção e da promessa cumprida.

3.1.2. A relação dos moradores do Córrego do Ouro com a Folia do Divino.

Compreendendo o papel de mediação que possibilita a sensibilização e a consciência do indivíduo, conforme observado por Hobsbawn (1995, p.13) a ser desempenhando pela Educação Patrimonial, no seio da comunidade, é que, no processo de pesquisa para esta dissertação, buscamos contemplar as diversas faixas etárias, desde os jovens adolescentes até os adultos. Nesse sentido, foram aplicados questionários para moradores, estudantes, dirigentes responsáveis pela Folia do Divino, assim como para pessoas vinculadas às instituições locais, seja escola, igreja, clube de serviço, existentes na comunidade do Córrego do Ouro, conforme quadro abaixo.

Faixa etária	Quantidade
Até os 14 anos	3
De 14 a 21 anos	4
De 22 a 29 anos	1
De 30 a 37 anos	3
De 38 a 45 anos	9
De 38 a 45 anos	14

Quadro 1 – Faixa etária

Lembramos que Gadotti (2002, p. 117), faz uma observação bastante oportuna quando salienta que a modalidade de educação multicultural deve ter uma importância consequente, o que implica dizer que essa proposta de educação agrega e valoriza a construção de um comportamento crítico, o que, por sua vez, contribui de forma determinante para uma formação de um cidadão consciente do seu papel no seio da sociedade.

Compreendemos também que os níveis de escolaridade associados a uma prática educacional eficiente contribuem para um desempenho a contento do indivíduo, quadro este não corresponde às observações citadas anteriormente. Sendo assim, chegamos às seguintes constatações: quanto ao nível de escolaridade, foi identificado um índice acentuado de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, seguido de pessoas com o Ensino Médio completo. Esse fato revela a existência de um alto índice de baixa escolaridade na comunidade, sobretudo na faixa etária de pessoas com mais de 46 anos. Esse dado adicional revela, ainda, que os mais antigos moradores da localidade tiveram dificuldades de acesso à escolaridade, uma vez que tiveram que trabalhar logo cedo e também por conta das condições precárias da unidade escolar.

O segmento de pessoas que se apresentaram com o ensino médio completo, é bastante significativo, o que demonstra que tiveram o acesso não só à escola de ensino fundamental da localidade, como também tiveram possibilidade de acesso ao transporte, o que contribuiu para frequentar as escolas de ensino médio na cidade de Sobradinho. Conforme o seguinte quadro.

Escolaridade	Quantidade
Ensino fundamental incompleto	13
Ensino fundamental completo	3
Ensino médio incompleto	3
Ensino médio completo	11
Ensino superior incompleto	2
Ensino superior completo	2

Quadro 2 – Escolaridade

A questão da diversidade cultural e das relações de origem são elementos caros para a prática de um projeto de educação Patrimonial com vistas à cidadania. Sendo assim, resgatamos Fonseca (1997, p.240) que salienta o episódio vivido com relação ao tombamento do Terreiro da Casa Branca em Salvador. Esse fato deixou evidente a intolerância frente à nossa diversidade cultural, que se apresenta ainda muito latente e equivocada na memória coletiva do povo brasileiro, sobretudo, as ações referentes à religiosidade de matrizes africana e popular.

Sendo assim, verificamos que quanto ao local de nascimento dos pesquisados foi verificado que a grande maioria nasceu em localidades fora da comunidade rural do Córrego do Ouro, e um pequeno número de habitantes nasceu na localidade. Esse dado demonstra que, por falta de infraestrutura na área da saúde na citada comunidade esse aspecto deve ter contribuído para essa realidade, assim como, também foi constatado que muitos desses atuais habitantes migraram de outras comunidades da região, de cidades do Distrito Federal e até mesmo de outros estados.

Quanto ao local de nascimento	Quantidade
Nasceram em alguma comunidade da APA de Cafuringa	3
Nasceram em localidade fora da APA de Cafuringa	29
Não informou	2

Quadro 3 – Naturalidade

Putnam (1996, p.177) chama atenção para a participação do indivíduo na vida da comunidade, o que contribui para a consolidação das relações comunitárias e implica dizer que possibilita o aprimoramento da democracia e, conseqüentemente, do exercício da cidadania. Sabemos que essa participação ocorre num processo de amadurecimento, o que leva tempo e requer experiências, mobilização e organização.

No que se refere especificamente com relação ao nível de participação na Folia do Divino Espírito Santo, foi identificado que, na sua grande maioria, os pesquisados participam efetivamente como folião na manifestação. No entanto, foi constatado também um aspecto curioso durante as conversas

informais com os moradores e/ou pessoas vinculadas à Folia do Divino. Existe certa aversão, com relação à figura do cata-pouso, ou seja, as pessoas tinham uma reação inicial de riso desconcertante seguida por uma postura que expressava em tom de brincadeira, uma resistência, uma gozação. Para o folião, a figura do cata pouso, são pessoas descomprometidas e que comparecia aos pousos exclusivamente para se divertir e sem nenhum compromisso com a folia. Por outro lado, ficou demonstrado que a condição de folião expressava uma postura de comprometimento e a condição era completamente diferente, era uma relação de compromisso, de pertencimento o que ficou evidente nessa questão.

Quanto à condição de participação na Folia	Quantidade
Folião	25
Cata pouso	5
Participante e não especificou	4

Quadro 4 – Nível de participação

Em nosso processo de pesquisa, ficou evidenciado que a participação precoce da criança na folia deve-se à família, especialmente ao pai, que é uma figura de referência que, de modo geral, participava de maneira direta ou indireta da folia na condição de pouseiros, mestre-guia ou simplesmente folião. Constata-se, portanto, que, ainda hoje, as crianças são inseridas na tradição da folia pelos pais, o que foi constatado a presença de inúmeras delas nos pousos, o que revela, por sua vez, uma preocupação no sentido de passar essa tradição de pai para filho. Com relação ainda a esse aspecto, foi revelado através dos depoimentos que o pesquisado em alguns casos possui de 20, 30 ou mais de 40 anos de participação na Folia do Divino.

Um aspecto curioso foi um depoimento peculiar de uma senhora que conheceu o esposo em um momento de pouso da Folia do Divino.

Quanto ao contato inicial que o pesquisado teve com a Folia do Divino Espírito Santo, recolhemos várias informações através de depoimentos que demonstram que essa tradição majoritariamente foi transmitida de pai para

filho, quando o pesquisado, de modo geral, ainda era criança com idade que varia dos cinco aos quinze anos.

Para Althusser (1985, p.90) apesar de frisar que o Aparelho Ideológico de Estado seja a igreja, a escola ou a família, elas se apresentam na forma do ideológico, no plano das ideias. Contudo, é necessário, segundo o referido autor, destacar que os AIEs, se materializam. Com relação aos AIEs e especialmente quanto ao papel da Igreja, ou seja, a religiosidade, vemos que ela se materializa quando o devoto assume comportamentos práticos, por exemplo: vai à missa, se ajoelha, se confessa, faz penitência, cumpre promessas, e entre outras atitudes.

Nesse sentido, com relação ao significado da Folia do Divino no âmbito individual, foram identificados os seguintes aspectos: a intensa fé e devoção que cada um tem com referência a figura do Divino Espírito Santo. A condição de ser praticante da fé católica, por influência da família; e, sendo assim, a folia deve ser preservada como forma de expressão de tradição, sabedoria e alegria, o que dá sentido e significado para a vida dos pesquisados. O que foi registrado pelo seguinte depoimento. Para o Sr. Mauro Wilson de Sousa, um dos pesquisados:

A folia significa a grande manifestação de fé do povo humilde da roça ou até mesmo da cidade que busca Deus na terceira pessoa da Santíssima Trindade". Outro aspecto evidenciado foi o da união dos devotos, o que foi revelado no seguinte depoimento: "a reunião de devotos em torno de um momento especial / encontro religioso / Devoção e união de pessoas / unir as pessoas em torno de um só objetivo, a divindade / devoção, integração entre comunidades.

A Folia do Divino, para outro depoente significa devoção por conta de um pedido atendido, como foi revelado pelo Sr. Valdemar do Ribeirão: "Já tive pedido atendido por conta da doença do irmão."

Ainda com referência à materialidade da ideologia, Althusser (1985, p.88) chama atenção para o fato de que "a tese presuntiva da existência não espiritual, mas material das 'ideias' ou outras 'representações' é necessária para prosseguirmos a nossa análise da natureza da ideologia". Essa materialidade a que se refere o autor é traduzida pelas atitudes e

comportamentos apresentados pelos moradores, o que, por sua vez, expressa tal e qual a ideologia no plano teórico e das ideias.

Com relação aos moradores do Córrego do Ouro frente à Folia do Divino, verificamos em vários depoimentos sinalizados, como momentos de fé, de devoção e louvação, como reafirmada anteriormente, conforme o depoimento do Sr. Wender Ferreira:

Todos se encontram em estado de louvor a Deus / significa uma reunião de fé / purificação, união e conagração / uma festa abençoada por Deus / uma oportunidade de unir a comunidade para que Deus traga paz a todos.

Para a Sra. Lavínia de Jesus Cardoso:

É uma tradição que seguimos com fé e louvando o Divino / significa fé de um povo que busca a Deus na sua humilde expressão de fé, juntando todas as forças para louvar ao Espírito Santo de Deus / aproximação dos moradores ao Divino.

Outro aspecto relevante identificado foi o significado da folia como espaço para fazer e preservar amizade. Para o Sra Norma Sueli Pereira da Silva: “A amizade, a tradição, é passada de pai para filhos e renova as pessoas na religião, na participação e na amizade.”

Para Julyane Karine Ramos da Fé: “Fazer novas amizades, novos conhecimentos.”

A Folia do Divino Espírito Santo, por ser uma grande festa religiosa, requer procedimentos de diversas naturezas, decoração, trabalho de logística, recepção de centenas, às vezes mais de mil foliões num pouso e providência de alimentação para esse grande número de pessoas. Sendo assim, é necessário um grande esforço coletivo para tais providências. Para o Sr. Valdemar Neves da Silva:

É um trabalho voluntário e solidário, onde todo mundo ajuda / a comunidade se reúne e contribui com alguma coisa / encontro da comunidade / motivo de união, confraternizar com outras comunidades.

Para Lilian Sampaio Café da Silva: *“é importante porque há união das pessoas em torno do evento / uma mobilização da comunidade para realizar o evento.”*

E para Theodora Francisca dos Santos: *“A comunidade se empenha e todos se unem para a festa.”*

Outro aspecto a ser considerado registrado pelo pesquisador é com relação à tradição. Assim, fica evidenciado que existe uma preocupação no sentido de preservar esse patrimônio cultural, conforme declaração do Sr. Sebastião José da Silva: *“Tradição da comunidade / São devotos, a comunidade mantém a tradição / tradição do povo que acontece todo o ano /”*

E para o Sr. Antenor Felipe dos Santos, conhecido como Nino: *“valorização da comunidade no meio cultural / tradição de quem é devoto e toda tradição deve ser cuidada.”*

No entanto, entre os pesquisados, tem quem perceba a folia como uma grande festa, como foi expressa na seguinte opinião do Sra Nilda de Oliveira Silva: *“encontro para farra dos jovens e devoção para os mais velhos.”*

E para Leonardo Moraes significa: *“uma cavalgada com festa.”*

Foi perguntado para os pesquisados se, além do aspecto religioso, a Folia do Divino pode ter outros significados. E, sendo afirmativa a resposta, quais seriam esses significados. Quanto a essas respostas, ficou evidente mais uma vez que a Folia do Divino é um espaço para se fazer, manter e rever amigos. Na opinião do Sr Edvaldo Felipe dos Santos: *“É um momento de fazer amizades, conhecer pessoas / um modo de rever os companheiros / a confraternização, disponibilidade.”*

E na opinião de Vagner de J. Cardoso é um momento de: *“de novas amizades, novos conhecimentos / relação com as pessoas / amizades e carisma / uma interação entre todos / amizade, não tem briga, nem discussão /”*

Para Carlos de Jesus Pereira Lemos significa a: *“união das comunidades diversas, sendo ela longe ou perto / confraternização entre as comunidades vizinhas /”*

E para Diego da Costa Cardoso: *“é um método aonde podemos rever grandes amigos.”*

Mais uma vez fica evidente o quanto é significativa a folia enquanto espaço religioso, de acordo com a declaração da Sra Onofra Gomes de Sousa:

É um trabalho religioso de devoção / É um momento de ajuda mútua, solidariedade / tendo fé, consegue a cura (!) / só tem cunho religioso / a devoção, a fé, a tradição criadas no catolicismo.

Para Letícia Pedrinha: *“Pois com a nossa fé, tudo acontece!”*

Com relação às evidências referentes ao turismo cultural, buscamos em Costa (2009, p.39), uma reflexão pertinente e que se insere a realidade dos moradores do Córrego do Ouro, na medida em que esse conceito pressupõe a motivação do participante, as características do objeto, a relação que este deve ter com o turista e, por fim, a interação baseada em estratégias educacionais. Essas ponderações devem ser salientadas, com relação a esse segmento de turismo cultural, sobretudo, em área de proteção ambiental, como é o caso de Cafuringa.

Nessa perspectiva, foram evidenciados os aspectos referentes ao cultural, à segurança e a possibilidade de atrair outras pessoas. Para o Sra. Jildete José da Silva:

É um aspecto cultural / é uma folia que pode com o tempo trazer pessoas para visitar a localidade. Pessoas que tenham afinidades, que tenham educação, para evitar pessoas bagunceiras. É importante ter segurança pra não ter confusão / tradição passa de pai para filho /

Para Edvaldo Felipe dos Santos: *“Outras pessoas são atraídas / muitas pessoas vem por curiosidade / comunicação, relação com as pessoas, cultura / sim, tradição.”*

Na opinião do Sr. Delson da Costa Matos: *“Se houver maior participação e engajamento evita-se que as pessoas se envolvam com práticas nocivas a sociedade.”*

Há quem veja também a Folia do Divino como essencialmente uma festa, como um espaço de diversão. Para a Sra Nilda de Oliveira Silva:

Diversão / festa, animação / para algumas pessoas apenas diversão / vê a folia com uma festa tradicional e não como uma festa religiosa. Não consegue vê uma festa religiosa onde há bebida alcoólica. O Espírito não habita onde há álcool.

No entanto, há quem veja como espaço de educação, de formação para as crianças, de acordo com as opiniões:

Para o Sr. Almerindo Felipe dos Santos:

Para as crianças ajuda na educação, a educação pelo conhecimento / tira as crianças da violência / Sim, todos são católicos, influenciam sua formação das crianças e das pessoas / Acho que sim, Pela fé! Tem muitas crianças que vem e pode continuar a tradição. Folia é de respeito.

Uma vez perguntado se a Folia do Divino poderia trazer outros benefícios para a comunidade e quais seriam essas melhorias, houve mais uma vez, a constatação forte do aspecto religioso, outros ventilaram os aspectos da tradição e da cultura, outros percebem como possibilidade de união e harmonia da comunidade e encontro com outras comunidades, como espaço de formação para as crianças e possibilidade de divulgação para a comunidade do Córrego do Ouro.

Ainda sobre ao aspecto da religiosidade, que se faz muito forte e presente, fica evidente no depoimento do Sr Delson da Costa Matos Junior:

Pais ensinam para os filhos a tradição, a devoção, à fé / sim, a devoção / em minha opinião, essencialmente religiosa. Até hoje não percebeu outras finalidades. Existe muita devoção / pessoas que estão doentes, recebem a oração do Divino e saem da causa / há oração conjunto para algumas pessoas que estão enfermas / trouxe paz e bênção.

Há pessoas que acreditam na valorização da comunidade em termos culturais e, ao mesmo tempo, destacam quanto à possibilidade de união e integração da comunidade. Conforme o seguinte relato da Sra Letícia Pedrina:

Sim, na parte onde acaba as intrigas e se unem em uma só causa / sim, paz harmonia / sim, a união das pessoas / Sim, União para comunidade, atrai outras pessoas, mobilização das pessoas / a comunidade se empenha e todos se unem para a festa / sim, com a união de todos e uma vida religiosa / união, reuniões são feitas para organizar o evento /

Para Edvaldo Felipe dos Santos:

União de pessoas que se veem nesta época, pessoas de Brazlândia, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Planaltina do DF / união de várias comunidades / sim, a comunidade fica mais unida, todas se junta para comemorar uma tradição /

E na opinião de Leonardo Moraes:

Traz sim, amizade e união entre os moradores / sim, pela integração da comunidade / sim, traz a união de um povo que vivencia uma só causa/ contribuem para mobilizar a comunidade. Contribuiria para a união, muitas amizades.

Outro aspecto evidenciado é com relação à situação da formação das crianças, a possibilidade de divulgação para a comunidade e ao mesmo tempo também de atrair pessoas, conforme o relato do Sr João Alves da Silva:

Tirar as pessoas da rua / forma de educação, influi na formação das crianças / Acho que sim, todos temos oportunidade de termos conhecimento.

Para o Sr. Almerindo Felipe dos Santos:

Acredito que sim. Incentivar as crianças para a continuação da tradição. Divulgar a comunidade/ Acho que sim, pode divulgar a comunidade / Sim, traz benefícios, vem muitas pessoas, traz crescimento nos comércios / sim, divulgação pela própria e da comunidade / sim, divulgação da comunidade.

Chamou a atenção, no entanto, uma opinião que revela a descrença em perceber benefícios para a comunidade.

Quanto à possibilidade da Folia do Divino do Espírito Santo poder transformar a comunidade, encontramos as seguintes opiniões que revelam a presença ainda muito significativa e forte do espírito de religiosidade, da fé e da devoção, no seio da comunidade, ainda de acordo com o depoimento do Sr. Almerindo Felipe dos Santos:

Manter a tradição é importante. A juventude começa a despertar e se envolve com a Folia / sim, todos têm uma fé muito grande e respeito, as pessoas e se torna uma família a do Divino / Pode transformar a comunidade religiosa através fé, da amizade, do respeito, consideração / Sim, à medida que a religiosidade popular vai sendo vivida pelo povo sua fé vai sendo aumentada / sim, atrair a divindade para a comunidade trazer a união, respeito um a outro / sim, pois com a nossa fé tudo acontece / Sim, com a fé que se tem, pode transformar pela fé. Quem participa da folia faz pela fé.

Outro aspecto que foi identificado nessa questão e apontado pelos moradores foi a possibilidade de, com a divulgação da festa, poder atrair mais visitantes, com a prática do turismo, ainda de acordo com os relatos da Sra Nilda de Oliveira Silva:

Sim, pois assim podemos trazer várias pessoas / sim, pelo turismo. Pode despertar interesse em outras pessoas a visitar a comunidade / Acho que se a festa for voltada para o turismo, contribuiria efetivamente para a comunidade / acho que pode transformar trazendo novas pessoas / se for divulgação / Depende da comunidade, se for por uma tradição pode sim transformar as pessoas (!) / Sim, pois assim podemos trazer várias pessoas para o meio da devoção.

Vale destacar uma opinião que chamou a atenção no que se refere à questão de trazer benefícios ou não para a comunidade em questão, segundo o Sr Leonardo Moraes: “*infelizmente não, por não mexer nas bases culturais vigentes.*”

Ficou evidente na conversa com o referido depoente o temor da Folia do Divino, ser utilizado para fins políticos eleitoreiros.

Ao serem perguntados sobre o conhecimento ou não de que a comunidade do Córrego do Ouro está inserida numa área de proteção ambiental e, caso a resposta seja afirmativa, qual a importância dessa localização para a comunidade e para a sua vida, foram registradas as seguintes respostas positivas: uns depoimentos sinalizando como espaço para a prática do turismo, outras apontando com um local especial e sagrado, outras preocupadas pela preservação do meio ambiente, outros depoimentos demonstrando temor com relação à posse da terra, como observamos nos seguintes relatos da Sra Joice Rocha Rufino: “*Já sabia e acho importante é um lugar sagrado.*”

Para o Sr. Anselmo Ramos de Carvalho:

Sim, local de grande interesse, na parte do turismo, pois tem locais que proporcionam lazer e cultura, falta somente um apoio, por parte das autoridades, e um interesse por parte da comunidade.

Na opinião de Delson da Costa Matos:

Sim, preservar as riquezas naturais existentes, bem como os costumes tradicionais / Sim, as pessoas da comunidade se conhece desde pequeno todos se conhecem / Sim, tem importância para que a Folia do Divino ocorra nos meios rurais / Sim, tem uma consciência de limpeza dentro da Folia. As pessoas cuidam da área da festa da Folia. Cuidam do seu lixo / Sim! Sabia sim! Tem que ter cuidado com água. Ter cuidado para não poluir a água. Algumas pessoas têm cuidado, outras não. Eu tenho cuidado de queimar o lixo / sim, de cuidados com o meio ambiente, uma localização com vários morros, plantas, córregos, onde podem ser aproveitados por várias pessoas / Sim, cada morador tem sua consciência e tenta se proteger por ter esse privilégio que poucos tem.

Para a Sra. Maria Doralice T. Araújo:

Eu sabia, mas não importa a distância, somos pessoas simples e viemos divulgar, união pelo Divino Espírito Santo / Sabia – mas não vê nenhum benefício. Querem mandar na nossa terra / Sim, é importante porque as pessoas devem ter cuidado com a natureza, cuidar do meio ambiente / Sim, os mananciais da região estão poluídos e abastecem grande parte da comunidade e a folia como reunião poderia ser utilizada para formar consciência / Sim, Ajuda a conservação da vegetação, pois por ser uma comunidade pequena não há risco de extinção.

Por outro lado, com relação às respostas negativas, foram observadas que algumas pessoas realmente não tinham esse conhecimento e também não fizeram nenhuma observação quanto à importância ou não dessa localização, no entanto, nas respostas que revelam esse desconhecimento, havia uma preocupação pela preservação do meio ambiente, como fica evidenciado na opinião do Sr. João Alves da Silva:

Não sabia! É importante para poder ajudar a preservar o meio ambiente. Evitar devastação das matas / não! Traz muitos benefícios contra o desmatamento e queimadas.

Para Sebastião José da Silva:

Não sabia! Mas é importante porque cuidam do meio ambiente do local, não existe queimada. Alguém trouxe uma muda de pau-brasil e plantou na chácara do seu Tião (Sebastião Pereira dos Santos). É uma forma de preservar uma madeira nobre e que tem a ver com as nossas origens / Não sabia que a comunidade é Área de Proteção Ambiental. Mas gostou de saber / não, mas as pessoas estão respeitando a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou focalizar a Folia do Divino Espírito Santo como uma forma de proporcionar da cidadania e como possibilidade de turismo cultural. Em especial, esta pesquisa analisou a manifestação que ocorre nas comunidades rurais localizadas na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, com na comunidade rural do Córrego do Ouro, uma vez que essa localidade, ao longo dos anos tornou-se uma referência para essa manifestação, uma vez que sempre houve um pouseiro disposto ou escolhido previamente para recepcionar os foliões da Folia do Divino.

Para efeito de sistematização, inicialmente abordamos, num primeiro momento, a relação da religiosidade com as festividades religiosas. Nesse sentido, desdobramos esse conteúdo em alguns aspectos, que julgamos serem importantes. Primeiramente, abordamos os primórdios tempos da religiosidade, quando buscamos, na pré-história, o contexto em que surgiram as primeiras manifestações de religiosidade. Em seguida, tratamos da religiosidade enquanto dimensão do ideológico e do simbólico, ou seja, como funciona a ação da religiosidade, enquanto aparelho ideológico de estado. Já nos tempos históricos, abordamos, a religiosidade e a identidade cultural e, por fim, ressaltamos a ação que religiosidade imprime no espaço territorial, criando uma configuração bastante peculiar. No segundo momento deste primeiro capítulo, abordamos a Folia do Divino Espírito Santo enquanto expressão da cultura popular. O foco desse ponto foi o quanto essa manifestação representa enquanto forma de expressão popular da comunidade do Córrego do Ouro. Em seguida, foi enfatizada a Folia do Divino como fator mobilizador e aglutinador dessa comunidade.

Esses aspectos aqui elencados serviram como arcabouço teórico no sentido de situar a Folia do Divino enquanto manifestação religiosa e cultural no âmbito e no plano simbólico para os moradores dessa comunidade. Nesse sentido, Althusser (1985, p.70) observa que o citado aparelho ideológico de estado, evidenciado através da religiosidade e formatada pela Folia do Divino, procura unificar ou homogeneizar no âmbito do seu pensamento coletivo, disfarçando a diversidade reinante e, ao mesmo tempo, contribuindo para

mascarar as suas contradições e conflitos existentes nessa comunidade que está estruturada em classes sociais diferenciadas e com interesses diversificados. A identificação do sentimento de fé constatada durante a pesquisa evidenciou a forte devoção desses moradores com relação à Folia do Divino.

As comunidades rurais, especialmente a do Córrego do Ouro, são localidades que, na sua grande maioria, são carentes de infraestrutura e de serviços o que vale dizer que a presença do Estado se apresenta de forma limitada, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura, ao saneamento básico. Os serviços de transportes e de comunicação em geral são serviços prestados por concessão do Estado. Essas prestações de serviços se apresentam muito carentes, o que pode ser verificado pelo número limitado de ônibus, pela precariedade de atendimento de todas as operadoras de telefonia na localidade, e de limitação também do sinal. Essa realidade nos remete a Bourdieu (1997, p.159) quando, ao tecer algumas reflexões sobre os *Efeitos do lugar*, observa que:

Nada mostra melhor que os guetos americanos, esses lugares abandonados, que se definem, fundamentalmente, por uma *ausência* - essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc (BOURDIEU, 1997, p. 159).

Mais adiante, o referido autor afirma que a possibilidade de falsear as evidências e os equívocos inseridos numa leitura substancial dos *lugares* só poderá ser compreendida após uma criteriosa análise dessas realidades, desses lugares, tomando como base a relação crítica entre o espaço social e físico. E, sinalizando em direção a essa reflexão, Bourdieu (1997, p. 160) afirma que:

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos (BOURDIEU, 1997, p.160).

Isso nos permite inferir que a configuração de espaços que apresentam uma realidade de carências de infraestrutura ou de serviços – realidade que a princípio nos remete a ausência do Estado – é, na realidade, a ação e a reprodução do capital sobre essas áreas, o que lhe confere uma realidade de carências, desprezo, de espaço relegado ao tempo e a sorte.

Lembramos que a referida comunidade está localizada numa área de proteção ambiental, o que significa que essa região merece a atenção tanto por parte do Estado, através dos seus entes institucionais, como da comunidade, sobretudo, por conta da mobilização e da pressão das suas organizações, revelando assim, a necessidade de uma postura de cidadania plena por parte dos seus moradores e não somente no plano da cidadania cultural.

Assim, nesse sentido, surge uma questão. Existe uma percepção de exercício de cidadania cultural por parte do morador da referida comunidade com relação à Folia do Divino Espírito Santo? Durante a pesquisa, verificou-se que a Folia do Divino Espírito Santo assume um papel estratégico no seio da comunidade quanto à representatividade e significado. Sendo assim, lançamos mão de uma exposição teórica que nos permitiu verificar não só o papel da Educação Patrimonial enquanto ferramenta para a construção da cidadania, mas também da Folia do Divino enquanto manifestação religiosa e cultural. Entre os pontos abordados relacionados a esse aspecto estão: os primórdios tempos da Educação Patrimonial, que chegou ao Brasil nos primeiros anos do século XX; e o papel da educação profissional sob a perspectiva da cidadania, uma vez que esse segmento de educação será a estratégia fundamental para o desenvolvimento de ações e conseqüentemente tomada de consciência do indivíduo no que tange à relação entre cidadão e bem patrimonial, seja ele material ou imaterial.

Diante dessas considerações, resgatamos que Putnam (1996, p.177) observa que o capital social possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção das relações democráticas, o que contribuiu de forma significativa para que a Educação Patrimonial tenha um papel primordial nesse contexto, uma vez que a construção de posturas de cidadania plena contribuirá para substanciais mudanças nesse espaço comunitário, conforme observa Fonseca (2012, p.16), que salienta o papel da

Educação Patrimonial no sentido de “despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de leva-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimorem sua qualidade de vida”.

Outro aspecto verificado diz respeito ao fato dos moradores do Córrego do Ouro identificarem na Folia do Divino Espírito Santo a possibilidade de desenvolvimento através do turismo pela via cultural. Essa reflexão vem no sentido de contribuir para a inserção da localidade na possibilidade de refletir sobre um projeto de turismo cultural. Nesse sentido, o turista vivenciaria uma experiência diferenciada, que pressupõe o deslocamento para satisfazer os desejos e anseios, numa comunidade de simples hábitos, com valores e referências ligadas à terra, ao modo de viver rural e à devoção católica. Contudo, vale lembrar que essa possibilidade deve contar com uma condição imprescindível que é o debate aberto com a comunidade.

É fundamental compreender a Folia do Divino Espírito Santo enquanto patrimônio cultural representativo para uma comunidade. Essa percepção sinaliza e abre espaços com possibilidades de desenvolvimento. Contudo, vale salientar que o conceito de desenvolvimento a que aqui nos referimos, deve ser compreendido na dimensão de buscar uma vida digna para os moradores dessa comunidade, a exemplo de contar com serviços de transportes, comunicação, saneamento básico e segurança de qualidade.

Identificamos que a região tem um potencial natural fantástico, a exemplo, da existência de uma malha hidrográfica onde 95% são recortadas pelas águas do Rio Maranhão, um importante afluente do Rio Tocantins. Contamos também com a presença do Ribeirão Sobradinho, que desagua no Rio São Bartolomeu, que por sua vez, constitui a bacia do Rio Paraná. Com uma forte presença de rios e afluentes, e um relevo acidentado, percebe-se a existência de muitas cachoeiras na área.

Trata-se também de uma área que fez parte do processo de ocupação da região Centro-Oeste, o que torna um espaço de grande significado do ponto de vista histórico. A ocupação dessas áreas interioranas do Brasil pelos bandeirantes, em busca de ouro e pedras preciosas, teve também a participação de membros da Igreja Católica, o que fez com que houvesse a implantação de costumes, rituais e manifestações, conferindo e configurando,

assim, uma significativa riqueza cultural. O que vale dizer que, em decorrência desse processo, se imprimiu nessa região uma paisagem cultural, conforme Almeida (2012, p,162) sinaliza quando se refere às implicações que as festividades provocam no espaço e nas pessoas:

A festa testemunha as crenças coletivas, as representações do sagrado próprias de uma comunidade ou da maioria de seus membros. A festa possui, de fato, a capacidade de produzir símbolos territoriais nos quais o uso social se prolonga além de seu acontecimento (ALMEIDA, 2012, p, 162).

Seguindo essa lógica, percebe-se que a região da APA de Cafuringa, ao longo da sua existência, sobretudo, a partir do momento em que foi formalizada a sua criação enquanto área de proteção ambiental, foi se configurando numa área bastante particular. Inicialmente pela sua estrutura física e natural, e, depois, pela sua riqueza cultural. A conjugação desses elementos fazem dessa região, um espaço singular e com potencial apelo turístico do ponto de vista cultural.

Entre outras questões em pauta, a escolaridade é uma delas. E, no que se refere ao nosso objeto de pesquisa, em que pese a existência de uma escola de ensino fundamental – que funciona em regime de tempo integral e que está localizada numa comunidade onde a Folia do Divino Espírito Santo é uma manifestação de referência, assim como a Dança da Catira, a roda de viola, a exemplo da comunidade do Córrego do Ouro – pensar numa estratégia pedagógica que envolva essas manifestações culturais existentes na localidade é de fundamental importância, na medida em que valoriza essas referências da comunidade e, ao mesmo tempo, fortalece a identidade cultural desses estudantes.

A Folia do Divino Espírito Santo se apresenta com um forte apelo de religiosidade, de devoção e fé para a comunidade. Essa manifestação, por conta da efetiva participação dos moradores, perpassa por acentuado espírito de solidariedade e voluntariado. Esse espírito é a marca do povo do lugar, o que ficou evidenciado nas pesquisas. Sendo assim, é um aspecto que deve ser considerado para qualquer articulação que se queira pensar, sobretudo, no que diz respeito à implantação de alguma ação na perspectiva do turismo cultural.

Outra preocupação identificada durante as pesquisas foi no sentido dos pais transmitirem o legado de conhecimento sobre esse patrimônio cultural para os seus filhos. Nesse sentido, foi percebida uma presença significativa de crianças, jovens e adolescentes nos pousos, nos rituais, circulando, ora participando dos afazeres comunitários, ora apreciando a movimentação, ora observando todo o desenrolar da folia, cantando, orando, comungando da festividade. É latente essa preocupação de passar essa tradição de pai para filho. Durante conversas informais, mantidas com o Sr. Edson das Dores Moraes de Freitas, conhecido popularmente como “Dison” responsável pela Associação Cultural Catira da Batalha, e a Sra. Nelita de Souza Matos, Gerente de Cultura da Administração da Fercal, foi feita uma proposta junto àquela Gerência, no sentido de criar uma Escola de Catira (Figura 29-30). Proposta muito louvável e pertinente, pois, ações como essa contribuirão para preservar e dar continuidade a essa tradição na localidade.



Figura 38 - Reunião realizada na Fazenda Batalha, com o Sr. Edson das Dores e Alexandre Yañez, Administrador da Fercal e Sra. Nelita Matos, Gerente de Cultura, com o objetivo de discutir a criação da Escola de Catira dentre outros assuntos da pauta cultural para a comunidade. Realizada no dia 03.04.2014.
Foto: Delson da Costa Matos.



Figura 39 - Grupo de Catira da Batalha, Sr. Edson das Dores 'Dison', Alexandre Yañez, Administrador da Fercal e a Sra. Nelita Matos, Gerente de Cultura.
Foto: Delson da Costa Matos. Reunião realizada no dia 03.04.2014 na Fazenda Batalha.

Portanto, o apoio da Administração Regional local e dos diversos entes públicos é de fundamental importância não só para a melhoria da infraestrutura e de serviços para a localidade, mas também, para o apoio, estímulo e preservação das manifestações culturais locais.

Durante as pesquisas e também em conversas informais foi identificado que a questão da segurança é preocupante. Especialmente em determinadas comunidades rurais, a exemplo de Almecegas. Apesar de existir um cuidado no consumo de bebida alcoólica, às vezes ocorrem excessos, o que provoca desentendimentos e alterações.

Considerando os diversos aspectos aqui apresentados, acreditamos que a existência de significativo patrimônio cultural e natural, aliado à dinâmica da vida das comunidades rurais, juntamente com o espírito de participação, são elementos em potencial para a inserção dessas comunidades num projeto de turismo cultural.

Sendo assim, esperamos ter contribuído para uma reflexão sobre a inserção da comunidade do Córrego do Ouro, na possibilidade da cidadania e do turismo cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ABUMANSUR, Edin Sued. Religião e Turismo: notas sobre as deambulações religiosas. In: ABUMANSUR, Edin Sued. (org.). **Turismo Religioso: Ensaio antropológico sobre religião e turismo.** Campinas, SP: Papyrus, 2003. Coleção Turismo.

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio Cultural: uma construção de cidadania. In: Átila Bezerra Tolentino (org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Sentidos das festas no território patrimonial e turístico. Universidade Federal de Goiás – (Iesa – UFG). In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____, Maria Geralda de. Festas Rurais e Turismo em Territórios Emergentes. **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98. Vol. XV, nº 919, 15 de abril de 2011 [Serie documental de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*]

_____, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** Goiânia: Editora Vieira, 2008. 313 p.

_____, Maria Geralda de et al. **Paradigma do turismo.** Goiânia: Alternativa, 2003. 176 p. – CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

AMORIM, Lara. **A Festa do Divino Espírito Santo no Brasil Contemporâneo: uma Etnografia de um Rito Popular em Goiás.** Brasília, 2002.

_____, Lara. **Reinvenção da tradição.** Brasília: Instituto do Terceiro Setor, 2012. 143 p. Il.(algumas color.), 27 cm. (Arte em Brasília: cinco décadas de culturas).

ALVES, Maria Lúcia Bastos. **Novos Caminhos do Turismo: Cultura e Tradições Religiosas na Região do Seridó Potiguar/RN.** VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. 2009.

AMARAL, Rita C. **Sentidos da festa à brasileira**. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Rita_Amaral.htm>. 2000. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo, Fundamentos e dimensões**. 8. ed. Editora Ática: São Paulo, 2001. Série Fundamentos.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo de Melo Franco Andrade (1936-1945)**. BRASÍLIA: MEC / Sphan / FNpM, 1981, p.44.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAGÃO, Ivan Rêgo; MACEDO, Janete Ruiz. Festa, Memória e Turismo Cultural-Religioso: A Procissão ao Nosso Senhor dos Passos, em Cristóvão-Sergipe. **Revista Rosa dos Ventos**. jan-mar, 2013. Programa de Mestrado em Turismo. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA.

ARIZPE, Lourdes. NALDA, Enrique. Cultura, patrimônio e turismo. In: **Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento** / Nestor Garcia Canclini, coordenador acadêmico; tradução Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003.

APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF/ Distrito Federal. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Brasília: Semarh, 2005.

AVELINE, Igor; BODENS, Johannes; BRAGA, Ligier. **A formação do “urbano” na Fercal a partir de agentes sociais**: um estudo de caso em regiões esquecidas do Distrito Federal. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre 2011, pp. 1-14.

BECKERT, Wendy. **História da Pintura**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Ática, 1997.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: Eco-história do Distrito Federal: indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 11. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007. 322p.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Memória, Patrimônio e Cidadania. In: **Educação patrimonial: orientações ao professor**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2011. 65 p.: il. color. 30 cm. (Caderno temático; 1)

BRAGA, Taís. Cantando história em sala de aula. **Correio Brasiliense**. Caderno Cidades, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1-92 a 53-2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6-94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007. 462 p.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 5 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília: Presidência da República, 2000a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3551 de 04 de agosto de 2000**. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília: Presidência da República, 2000b.

BRASIL. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo cultural**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23 p. 95-115, 1994.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítica e compreensiva: artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos; 13)

COSTA, Everaldo Batista. **A Concretude do Fenômeno e as Cidades-Patrimônio Mercadoria – Um abordagem Geográfica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

_____, Everaldo Batista; SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da Humanidade: Universalismo de apoderamento territorial soberano. In: COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2002.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural** : interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Sociedade e Educação Patrimonial**. Disponível em <<http://portal.IPHAN.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>>. Acesso em: 09 set. 2013.

CASCUDO, Luis Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos: Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979.(BAA / BE/BMCC).

CERON, Ida Tereza. **Devoção ao Divino Espírito Santo: folias e bandeiras**. – Santa Maria, RS: Associação Franciscana Madalena Damen, 2013.

CLETISON, Joi. **Festas do Divino Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.nea.ufsc.br/artigos>> Florianópolis. Acesso: 21.10.2013

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo, Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. 7. ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense.1998.

DALLA VECCHIA. Raquel Virmond Rauen. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico**. Guarapuava – PR. v.4 n.1 jan./dez. 2006.

DIAS, Reinaldo. O Turismo Religioso como Segmento do Mercado Turístico. In: DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena da. (org).**Turismo Religioso: ensaios e reflexões**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

_____, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DISTRITO FEDERAL. MEC.SEPPIR. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, DF, outubro de 2004.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF.** Brasília: Semarh, 2005. 543 p.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Roteiros da Fé Católica no Brasil,** Brasília, 2000.

FARIA, Sérgio Fraga Santos. **Fragmentos da história dos transportes.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

FERREIRA, L.D.M. **Festas religiosas: uma manifestação cultural de Mariana.** Ouro Preto: ETFOP. 2009.

FERREIRA, A. B. de H. Cidadania. In: **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.** 3ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: um processo de mediação.** In: Educação patrimonial: reflexões e práticas. Átila Bezerra Tolentino (org). João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Editora UFRJ – MinC – IPHAN. Rio de Janeiro. 1997.

_____, Maria Cecília Londres. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: **Educação Patrimonial: reflexões e práticas.** Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos.** ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). Rio de Janeiro DP&A. 2003.

FRATINI, Renata. **Educação patrimonial em arquivos.** História – revista eletrônica do arquivo do estado, ed. 34, São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural e a Liberdade.** 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____, Paulo. **Professora sim, tia não.** Cartas de quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2007.

GADOTTI, Moacir. Uma Escola, Muitas Culturas. In GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Autonomia da Escola: princípios e**

propostas. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.(Guia da escola cidadã, v.1).

_____, Moacir. **Projeto político-pedagógico da escola**: fundamentos para a sua realização. In GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.(Guia da escola cidadã, v.1).

GASTAL, Susana. MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.(Coleção ABC do Turismo).

GRUNBERG, Eveline. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. – Brasília, DF: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, J.R.S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 11, nº 23. Porto Alegre, 2005, p. 15-36.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. 2. Ed. São Paulo: Global Editora. Coleção Bases, ver., 1983.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1999)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Simone Oliveira. Cidadania, Participação e Organização Comunitária. In **Turismo, cultura e identidade**. José Clerton de Oliveira (organizador). São Paulo : Roca, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio Imaterial: conceitos e implicações. In TEIXEIRA, João Gabriel L. C., et al (org). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.

LINS, Ivan. Bandeira do Divino. In: **Long Play, nos dias de hoje**. Editora EMI-Odeon, 1978.

LEGISLAÇÃO SOBRE O PATRIMONIO CULTURAL. Série Legislação n. 92, 2 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 349 p.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e Cultura**: as ideias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Educação e Comunicação; v.4)

MACHADO, Paulo Batista. Catolicismo e Conquista da Cidadania. In: **Religião e Cidadania**. Braga, Júlio (orgs.) e outros. Bahia: EGBA/ UFBA, 1990. 170p. (Coleção Cidadania).

MAMEDE, Vera Sylvia de Matos Dourado. **Participação e desenvolvimento do turismo local**. In: **Turismo, cultura e identidade**. José Clerton de Oliveira, organizador. São Paulo: Roca, 2003.

_____, Vera Sylvia de Matos Dourado. Participação: sejamos capazes de imaginá-la e vivê-la. In: **Turismo, cultura e identidade**. José Clerton de Oliveira, organizador. São Paulo: Roca, 2003.

MANTRAN, Robert. **A expansão muçulmana**: século VII- XI. Tradução de Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Pioneira, 1977.

MENDES, Érika do Nascimento Pinheiro Mendes. **A Lavagem das escadarias do Nosso Senhor do Bonfim da Bahia**: Identidade e Memória no final dos oitocentos. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais do Turismo**, Brasília.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Secretaria de Políticas Culturais. Brasília, 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminho das Civilizações. História Integrada Geral e do Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1998.

MENEZES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1996.

_____, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no IPHAN**. Monografia de Especialização, Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2011.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio Cultural, turismo e identidades culturais**. In: Turismo de Base Comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ. BARTHOLO, Roberto. SANSOLO, Davis Gruber. BURSZTYN, Ivan (Org.). Rio de Janeiro. Letra e Imagem, 2009.

PELUSO, Marília Luiza. OLIVEIRA, Washington Candido. **Distrito Federal: paisagem, população & poder**. São Paulo: HABRA, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade**: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. Ciência e Religião. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>

_____, Zeny. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análises. In: **Introdução à geografia cultural**. CÔRREA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria Monteiro Mueller. **Terceirização em áreas protegidas**: estímulos ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. **História da Arte**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. TOLENTINO, Átila Bezerra. (orgs). João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

SEBRAE NACIONAL. **Turismo no Brasil**: Termo de Referência para a atuação do Sistema Sebrae. Brasília, 2010.

TABOSA, Flora Queiroga. **Patrimônio Cultural, Turismo e Endomarketing**: uma análise do projeto 'O Futuro visita ao Passado'. (Monografia). Departamento de Comunicação e Turismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

_____. SEABRA, Halisson Cardoso. História e Turismo unidos pela Educação Patrimonial: análise do projeto "O futuro visita o passado". In: **Educação Patrimonial, reflexões e práticas**. Átila Bezerra Tolentino (org.). João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa**: o processo de elaboração das cartilhas do patrimônio pela IPHAEP. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

TORO, José Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Seleção de textos e organização, Cristina Duarte Werneck e Nísia Duarte Werneck. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio. (X) Brasil, 2005, 112 p.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. In: **Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e Desafios Contemporâneos**. FILHO, Manuel Ferreira Lima. ECKERT, Cornelia. BELTRÃO, Jane Felipe. (Orgs). 2006.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás, deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. Trad. Maria Aparecida da Nóbrega. 5 ed. Salvador: Corrupio, 1997.

VILHENA, Maria Ângela. O Peregrinar: caminhar pela vida. In: **Turismo religioso: Ensaio antropológico sobre religião e turismo**.

VILLASCHI, Juca. Requalificação da cidadania pela interpretação sensorial: Direito ao patrimônio. In: **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. COSTA, Everaldo Batista. BRUSADIN, Leandro Benedini, PIRES, Maria do Carmo (organizadores). 1 ed. São Paulo: outras Expressões, 2012. 264.: il.

SITES CONSULTADOS

<http://www.mpbnet.com.br>

<http://www.infoescola.com>

<http://www.suapesquisa.com>

<http://linhasdoriente.blogspot.com.br>

<http://portal.IPHAN.gov.br>

<http://www.cultura.gov.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.anuariododf.com.br>

<http://www.fercal.df.gov.br>

<http://www.turismo.gov.br>

<http://www.oestecim.pt>

<http://www.planalto.gov.br>

www.suapesquisa.com

<http://www.cultura.gov.br>

<http://www.oestecim.pt>

GLOSSÁRIO

Alferes – Pessoa que lidera a festa de folia.

Anfitrião ou Pouseiro – Pessoa que se compromete a receber o ‘retrato’, a ‘bandeira’ e os foliões, em data previamente marcada e que pousarão em sua casa.

Alvorada – Ritual que, através de uma prece, invoca a descida do Espírito Santo à Terra, para abençoar os corações e mentes de todas as pessoas presentes. É reverenciada a bandeira como principal símbolo que deverá acompanhar o grupo de foliões durante o giro.

Bandeira – Símbolo maior da Folia do Divino. Traz a estampa do Espírito Santo, representada por uma pomba vermelha.

Caixa – Instrumentos de percussão. Pequeno tambor utilizado como acompanhamento das violas durante as cantorias. É tocado durante a chegada e saída da bandeira, tanto nos pousos quanto nas visitas ou giros.

Cantoria – Oração cantada durante os diversos momentos da Folia, tanto na chegada, diante de um cruzeiro colocado na frente da casa, e do altar, na sala principal, onde é feita também a despedida. Podem ser feitas cantorias também de agradecimentos, de pagamento de promessa ou de comemoração a algo especial, como por exemplo, aniversário.

Cargueiro – É a pessoa responsável e que vigia tropa que fica no pasto durante a noite. Como se fosse um segurança.

Caixeiro – Pessoa responsável para tocar a caixa. Pessoa que marca a batida rítmica característica da Folia do Divino. Tem o toque da alvorada, além do sinal de advertência para qualquer situação que se fizer necessário.

Cata-pousos – São pessoas que não são foliões; simplesmente acompanham a folia, sobretudo nos fins de semana. São pessoas que de modo geral vão se divertir, sem compromisso com a folia.

Catira – Dança de palmas e sapateados, realizada por grupos que oscilam de quatro a doze pessoas, ao som de violas e trovas cantadas por uma dupla de músicas. Antigamente era realizada exclusivamente por homens, hoje, as mulheres já participam.

Companhia – É o conjunto formado por todos os foliões montados a cavalo, com os seus apetrechos e símbolos para o giro.

Desarvorada – É o ritual de encerramento do giro, quando são entregues os donativos a uma paróquia. Simboliza também a subida da Divino ao céu, depois de ficar todo o giro com os foliões. É o momento e ritual da Folia.

Divindade – O Divino Espírito Santo

Divisa – Pequena insígnia, geralmente de pano, que caracteriza o participante como folião. Símbolo de empoderamento do folião.

Folia – É o grupo que conduz a Bandeira do Divino e é acompanhado pelos foliões e de músicos, pedem donativos e doações em nome da divindade.

Folia do Divino Espírito Santo – Folia do Divino – Grupo que, conduzindo uma bandeira com o símbolo do Divino Espírito Santo, simbolizado por uma pomba branca, pede donativos para a festa em seu louvor ou para determinada paróquia da região.

Folião – Participante que pode exercer ou não uma função na Folia do Divino Espírito Santo.

Fogueteiro – Pessoa responsável pela guarda e pela utilização dos fogos de artifício durante o giro.

Giro – É o roteiro a ser cumprido pela folia. É o trajeto percorrido pela companhia durante o período da folia, incluindo os pousos.

Guia – Pessoa que exerce as funções sacerdotais no giro, puxando as cantorias e orações e saudações de chegada, o rosário, as ladainhas no altar e as despedidas de agradecimentos. É o responsável principal pela invocação da divindade. Arvora e desarvora as bandeiras. Espécie de referência moral dos foliões.

Mussungueiro – Que cuida dos víveres no trajeto dos folies. É a pessoa que está vinculada a um grupo de foliões e que está à disposição para qualquer ajuda.

Procurador – Pessoa que guarda o dinheiro, os donativos e as esmolas que são doadas.

Pouso – É o local onde se realiza a parada noturna da companhia ou da folia. Geralmente ela acontece por volta das dezoito horas, obedece a todo um ritual de chegada, jantar, orações, festas, café da manhã, novas orações, almoço e despedida, em torno do meio dia.

Pouseiro ou Anfitrião – Pessoa que tem a responsabilidade de receber e alimentar o grupo, a folia. Geralmente essas paradas ocorrem com a presença de centenas de foliões.

Regente – É a pessoa responsável pela disciplina do grupo, que prevê várias sanções. Atua como uma espécie de Fiscal da folia, para evitar os excessos e confusões.

Tirar folia – Pessoa que vai liderar e conduzir um grupo de foliões.

Tropeiro – Pessoa responsável e encarregada de cuidar de toda a tropa da companhia, cavalos e mulas.

Truco – Jogo tipo carteadado jogado por duas duplas adversárias. A partir de convenções para os valores de determinadas cartas, a dupla vencedora, muitas vezes, é a que tem maior capacidade para blefar.

Visita ou giro – Parada onde ocorre a visita diurna às casas vizinhas aos pousos.

ANEXOS

Cópia do Questionário

Folia do Divino Espírito Santo Questionário a ser aplicado aos Moradores da Comunidade do Córrego do Ouro

Prezado (a) Morador (a) do Córrego do Ouro!

Meu nome é Ronaldo Neves Ferreira, sou aluno da UnB e estou realizando uma pesquisa intitulada A FOLIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA POSSIBILIDADE DA CIDADANIA E DO TURISMO CULTURAL: O CASO DA APA DE CAFURINGA, DF, para o Curso Profissionalizante de Mestrado em Turismo, no Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília – UnB.

Para realizar essa pesquisa, é necessário aplicar esse Questionário para os moradores locais e devo dizer que as suas opiniões serão muito importantes para a elaboração desse trabalho.

Agradeço a sua colaboração e me coloco a sua disposição para qualquer dúvida ou esclarecimentos. Grato pela sua colaboração!

Ronaldo Neves Ferreira – 9965.9062 / 8272.8599

01. Nome completo - _____ Idade _____

02. Escolaridade _____ Ensina a série: _____

03. Tel _____ Naturalidade _____ UF _____

04. End. _____

Assinale com um (x) a questão 5

05. Nível de participação na Folia: Participante ___ especificar: _____ Cata pouso _____

06. Quando você começou a ter contato com a Folia do Divino Espírito Santo?

07. O que significa a Folia do Divino Espírito Santo pra você?

08. Em sua opinião, o que significa a Folia do Divino Espírito Santo para a comunidade?

09. Além da religiosidade, a Folia do Divino Espírito Santo, pode ter outros significados? Quais?

10. A Folia do Divino Espírito Santo traz benefícios para a sua comunidade? Justifique a sua resposta.

11. Você acha que a Folia do Divino Espírito Santo possa transformar a sua comunidade? Justifique a sua resposta.

12. Você tem conhecimento que a comunidade do Córrego do Ouro, está localizada numa Área de Proteção Ambiental? Caso seja afirmativo, qual a importância dessa localização tem para a comunidade e para sua vida?

